

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde
Mestrado em Psicologia da Saúde

CLÁUDIA DOS SANTOS LIMA

**EXPERIÊNCIAS COM CÍRCULOS RESTAURATIVOS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS**

São Bernardo do Campo - SP
2014

CLÁUDIA DOS SANTOS LIMA

**EXPERIÊNCIAS COM CÍRCULOS RESTAURATIVOS EM UMA
ESCOLA PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Geralda Viana Heleno.

São Bernardo do Campo - SP
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

L628e	<p>Lima, Cláudia dos Santos</p> <p>Experiências com Círculos Restaurativos em uma Escola Pública no Estado do Amazonas/ Cláudia dos Santos Lima. 2014. 125 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) --Faculdade da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.</p> <p>Orientação de: Maria Geraldo Viana Heleno.</p> <p>1. Psicologia da Saúde 2. Justiça restaurativa 3. Adolescentes - Violência 4. Educação 5. Desigualdade social I. Título</p> <p>CDD 157.9</p>
-------	--

A dissertação de mestrado sob o título “**Experiências com círculos restaurativos em uma escola pública no estado do Amazonas**”, elaborada por **Cláudia dos Santos Lima** foi apresentada e aprovada em 05 de fevereiro de 2014, perante banca examinadora composta por **Profa. Dra. Maria Geralda Viana Heleno** (Presidente/UMESP), **Prof. Dr. Manuel Morgado Rezende** (Titular/UMESP) e **Profa. Dra. Elisa Maria de Andrade Brizola** (Titular/UNITAU).

Profa. Dra. Maria Geralda Viana Heleno
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Geralda Viana Heleno
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Programa: **Pós-Graduação em Psicologia da Saúde**

Área de Concentração: **Psicologia da Saúde**

Linha de Pesquisa: **Prevenção e Tratamento**

Dedico este trabalho à minha querida mãe, pelo amor e carinho; e aos meus amados filhos Frazier Lima Pinheiro e Frank Bruno Lima Pinheiro, pelo apoio, amor e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pela saúde, por estar sempre ao meu lado, dando-me ânimo e coragem para enfrentar os desafios da vida; à minha mãe, que me deu força nesta caminhada; aos meus filhos queridos Frazier Lima Pinheiro e Frank Bruno Lima Pinheiro, pela compreensão e paciência para suportar minha ausência e, com, sabedoria, souberam me incentivar para a realização deste sonho; à minha nora, Heloneida Freitas Ribeiro por me transportar para realização das visitas.

Aos meus mestres, que me deram suporte para a conquista do tão sonhado conhecimento.

Em especial à professora Dra. Maria Geralda Viana Heleno, minha orientadora.

À Bibliotecária Rosangela de Souza Garcia; ao Coordenador Regional de Educação da SEDUC em Benjamin Constant, Senhor Almecir Ferreira de Souza; ao gestor Valber Felix Ipuchima; o ex-gestor Cizino da Assunção Rodrigues; à Pedagoga Marinês Oliveira Müller; à Professora Maria José Mendonça da Silva Teixeira e a todos os servidores da Escola Estadual Imaculada Conceição de Benjamin Constant - AM.

Às minhas amigas Professora Cleidiana Costa Pantaleão; à Assistente Social Marlene da Silva Maia; à Fisioterapeuta do INC, Raimunda Josefa de Freitas; à Assistente Social do INC, Ingrid Olímpio Castelo Branco, pela amizade e, sobretudo, por terem dado apoio ao meu filho nas horas em que ele mais precisou.

Agradeço também às amigas Berenice Aparecida Trindade, Márcia Roseli Chiciuc, Dionizia Anastácia Chiciuc e Odete Tomazelli Zibini. Sou-lhes grata pelo apoio que me deram no momento em que mais precisei.

Aos bolsistas do Programa de Iniciação Científica - PIBID da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – INC/BC: Mayara Holanda Cruz, Jackelina Francesca Estrela Mera Mera e Itaciana Viviane Bintercut Ramos. Agradeço a vocês de todo meu coração.

À Patrícia Lira, aluna do 3º ano da Escola Imaculada Conceição, pelo apoio.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM/Instituto de Natureza e Cultura – INC/BC, pela liberação.

Gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM - por ter cedido à bolsa de mestrado, sem a qual este trabalho não teria sido concluído.

Aos alunos da UFAM Francinéia Castilho e Ismael da Silva Negreiros, pelo carinho e apoio.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste sonho. Todos torceram e acreditaram na minha vitória.

“Esta violência passiva se expressa pela negligência, pela desfaçatez, pela corrupção, pela indiferença de fazer vista grossa, que são reveladores de um clima de convivência refletora de uma violência estrutural de nossa organização social e psicológica, com profunda desvalorização das relações humanas, do ser e do viver”.

(David Léo Levisky)

RESUMO

Este estudo aborda o problema da violência na escola. A escolha do tema deveu-se ao fato de a violência nas escolas públicas brasileiras ter sido assunto diário na mídia nos últimos anos, com consequências devastadoras que afetam a formação da cidadania, principalmente quando crianças e adolescentes são envolvidos. Utilizou-se o método de pesquisa qualitativa por esperar compreender e descrever as experiências dos círculos restaurativos cujos objetivos são: 1) Avaliar a percepção de segurança de alunos e servidores de uma escola pública do estado do Amazonas e conhecer os tipos de violência com as quais se confrontam; 2) identificar e descrever o perfil socioeconômico das famílias dos participantes dos círculos restaurativos; e 3) descrever as experiências com os círculos restaurativos. Participaram da pesquisa 300 indivíduos de uma escola pública do Estado do Amazonas, distribuídos em 248 alunos, 49 servidores, sendo 148 do sexo masculino (49%) e 152 (51%) do sexo feminino, com idade média de (18,82) anos. Destes 210 (70 %) solteiros, 33 (11%) casados, e mais 57 (19 %) com outras situações conjugais. A escolaridade variava entre ensino fundamental incompleto (4%), ensino médio incompleto (83,9%) e mestrado completo (4%). Para coleta dos dados, utilizou-se um questionário com 11 itens, a escala sobre violência na escola com 8 itens e as técnicas dos círculos restaurativos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa participante por ter utilizado, para coleta dados, as técnicas de observação participante e entrevista semiestruturada. Quanto aos resultados, observou-se uma correlação moderada e significativa entre as variáveis, percepção de segurança na sala de aula com a da escola ($r=0,612$; $p<0,01$). Conclui-se que existe evidência de violência nos diversos contextos estudados, sendo que a ocorrência de violência informada é maior nos arredores da escola: 127 (46,4%). Dos participantes, 160 (58%) sentem-se seguros. Entretanto, um percentual considerável, 94 (34,3%) responderam que não se sentem muito seguros. Quanto ao perfil socioeconômico, detectaram-se inúmeros problemas de natureza socioeconômicos e psicossociais, dentre os quais, os conflitos familiares, pobreza, ausência dos serviços públicos básicos ou dificuldades no acesso, o desemprego, analfabetismo, negligência contra crianças e adolescentes entre outros. Em relação às experiências com os círculos restaurativos, foram mediados quatro conflitos e instaurados os pré-círculos e os círculos: dois em decorrência do bullying praticado por meio de mensagens de celular, uma desavença entre dois alunos e um desentendimento entre professor e aluno. Todos os casos tiveram resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Psicologia da Saúde. Justiça restaurativa. Violência. Adolescência. Educação. Desigualdade social.

ABSTRACT

This study addresses the problem of violence at school. The choice of theme was due to the fact of violence in Brazilian public schools have been subject journal in the media in recent years, with devastating consequences that affect the formation of citizenship, especially when children and adolescents are involved. We used the method of qualitative research by wait to understand and describe the experiences of restorative circles whose objectives are: 1) Evaluate the security perception of students and public school State of Amazonas and know the types of violence with which they are faced; 2) identify and describe the socioeconomic profile of the families of participants of restorative circles; and 3) describe the experiences with restorative circles. 300 individuals participated in the research of a public school of the State of Amazonas, distributed in 248 students, 49 servers, being 148 male (49%) and 152 (51%) were female, with an average age of (18.82) years. Of these 210 (70%), 33 (11%) married, and 57 more (19%) with other marital situations. Education ranged from elementary school incomplete (4%), incomplete high school (83.9%) and master's (4%). For data collection, it was used a questionnaire with 11 items, the scale of violence at school with 8 items and techniques of restorative circles. It is therefore a survey participant for having used for data collection, the techniques of participant observation and semi-structured interview. The results showed a moderate and significant correlation between variables, perception of security in the classroom with the school ($r = 0.612$; $p < 0.01$). It is concluded that there is evidence of violence in various contexts, and studied the occurrence of reported violence is greater in the surroundings of the school: 127 (46.4%). Of the participants, 160 (58%) feel safe. However, a considerable percentage, 94 (34.3%) responded that they don't feel very secure. As for the socio-economic profile, were numerous socioeconomic and psychosocial problems, among which, family dysfunction, poverty, absence of basic public services or access difficulties, unemployment, illiteracy, neglect against children and adolescents among others. In relation to experiences with restorative circles, were mediated four conflicts and initiated the post-circle and circles: two from bullying practiced through mobile messages, a quarrel between two students and a disagreement between teacher and student. All cases had satisfactory results.

Keywords: Psychology of Health. Restorative justice. Violence. Adolescence. Education. Social inequality.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Quantitativos e categorias.....	28
TABELA 2. Perfil socioeconômico dos participantes dos círculos restaurativos.....	28
TABELA 3. Formação escolar dos pais.....	29
TABELA 4. Estatística sobre a percepção de segurança da comunidade escolar.....	34
TABELA 5. Correlação de Pearson.....	35
TABELA 6. A percepção de segurança da comunidade escolar.....	36
TABELA 7. Tipos de violência sofrida na escolar.....	37
TABELA 8. Dados dos participantes dos círculos restaurativos.....	64

INDÍCE DE QUADROS

Quadro 1. Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa.....	25
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 VIOLÊNCIA ESCOLAR E DESIGUALDADE SOCIAL.....	14
1.1.1 A violência no Brasil.....	17
1.1.2 A violência no Estado do Amazonas.....	17
1.1.3 Violência contra crianças e adolescentes.....	19
1.2 O MODELO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	21
1.2.1 Principais características dos dois modelos de justiça.....	25
1.2.2 Objetivos.....	25
2 MÉTODO.....	27
2.1 LOCAL.....	27
2.2 PARTICIPANTES.....	28
2.3 INSTRUMENTOS.....	29
2.4 PROCEDIMENTO.....	31
2.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	33
2.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	33
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
3.1 A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA E OS TIPOS DE VIOLENCIA SOFRIDA.....	34
3.1.1 A percepção de segurança na escolar.....	36
3.1.2 Tipos de violência sofrida na escola.....	37
3.1.3 Outras formas de violência sofrida na escola e na comunidade.....	39
3.2 Perfil socioeconômico das famílias dos participantes do círculo restaurativo.....	40
3.2.1 Os problemas socioeconômicos e psicossociais detectados entre as famílias.....	61
4 EXPERIÊNCIAS COM CÍRCULOS RESTAURATIVOS.....	64
4.1 PROCESSO RESTAURATIVO 1.....	65
4.1.1 Pré-círculo 1.....	65
4.1.2 Pré-círculo 2.....	65
4.1.3 Círculo.....	66
4.2 PROCESSO RESTAURATIVO 2.....	66
4.2.1 Pré-círculo 1.....	67
4.2.2 Pré-círculo 2.....	68
4.2.3 Pré-círculo 3.....	69

4.2.4 Pré-círculo 4.....	69
4.2.5 Pré-círculo 5.....	70
4.2.6 Pré-círculo 6.....	71
4.2.7 Círculo.....	72
4.3 PROCESSO RESTAURATIVO 3.....	78
4.3.1 Pré-círculo 1.....	78
4.3.2 Pré-círculo 2.....	79
4.3.3 Círculo.....	80
4.4 PROCESSO RESTAURATIVO 4.....	82
4.4.1 Pré-círculo 1.....	82
4.4.2 Pré-círculo 2.....	83
4.4.3 Pré-círculo 3.....	83
4.4.4 Círculo.....	84
4.4.5 Pós-círculo.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES.....	103
Apêndice A - Termo de assentimento informativo para menores.....	104
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).....	107
Apêndice C - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para responsáveis.....	109
Apêndice D – Ficha de avaliação socioeconômica.....	111
Apêndice E- Dados com os tipos de violência.....	114
Apêndice F- Dados da violência sofrida pelos participantes.....	115
ANEXOS.....	116
Anexo A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP	117
Anexo B – Carta de autorização da instituição participante.....	118
Anexo C – Carta de autorização da instituição coparticipante.....	119
Anexo D – Carta de apresentação do pesquisador.....	120
Anexo E – Questionário sobre a violência na escola.....	121
Anexo F – Escala sobre percepção de violência na escola e na comunidade.....	123
Anexo G - Carta de autorização do CEP para mudança do título da pesquisa.....	124

1. INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o tema, justiça restaurativa, deu-se por meio da minha orientadora que propôs trabalharmos com mediação de conflitos na escola, por meio de pressupostos da justiça restaurativa, devido à sua larga experiência, já que a mesma tem orientado alguns alunos no desenvolvimento de suas pesquisas na área. O desafio foi aceito por observar que, nos últimos anos, o fenômeno da violência nas escolas brasileiras, envolvendo crianças e adolescentes, tem se intensificado, demonstrando ser um assunto causador de inquietação e preocupação de autoridades do judiciário e dos profissionais que lidam com os direitos das crianças, dos adolescentes e da juventude. No Estado do Amazonas, esse fenômeno não é alheio. Diante disso, para cumprir os objetivos deste estudo, trabalhou-se com as técnicas de círculos restaurativos, visando uma melhor compreensão dos conflitos no âmbito escolar.

Portanto, acredita-se que o estudo seja relevante por ter sido introduzido, em uma Escola Pública do Estado do Amazonas, o modelo de Justiça restaurativa, considerando que os pressupostos de justiça restaurativa sejam adequados na solução dos conflitos dentro da escola. O grande diferencial desse método é a atenção dispensada aos indivíduos envolvidos em conflitos. A justiça restaurativa concebe a violência, não como um fato isolado, e sim em relação aos tipos de vínculos estabelecidos entre as pessoas, dentro dos diversos contextos socioeconômicos e psicossociais.

O estudo teve como sustentação teórica livros e artigos sobre o fenômeno da violência/escolar e exclusão social como também aqueles que abordam a questão da justiça restaurativa, entre os quais, Prudente (2008), Levisky (2000), Milani (2004), Minayo (1994), Zehr (2008), Schuch (2008), Ednir (2007), Barroso (2008), Mariel (2006), Saffon (2010), Freitas (2010), Waiselfisz (2012), Anca et al. (2011), Aginsky e Capitão (2008), Campos e Jorge (2010), Gavrielides (2012), Hannem (2011), Donaldson (2010), Show et al. (2010), Hee e Jurg (2012), entre outros.

O modelo de justiça restaurativa vem com um novo olhar sobre os conflitos, em contraposição ao atual modelo de justiça, este cuja característica é de um modelo punitivo e retributivo na resolução dos conflitos, que não considera os fenômenos sociais e socioeconômicos como potenciais articuladores da violência, principalmente entre os jovens. Desta forma, considera-se que o estudo tenha relevância acadêmica por contribuir no aprimoramento do conhecimento do modelo de justiça restaurativa no âmbito acadêmico, como também poderá servir de suporte metodológico para comunidade escolar por fornecer

uma nova alternativa que auxilie no enfrentamento dos conflitos escolares, reforçando, assim, a importância social deste tipo de estudo, principalmente quando desenvolvido dentro das escolas públicas brasileiras.

O estudo focou a questão da violência de forma global. Entretanto, o foco central foi a violência nas escolas que, nos últimos anos, se alastrou no Brasil, ceifando vidas de crianças, adolescentes e jovens. A violência, em muitos casos, acontece sem motivação evidente, causando dor, angústia e comprometimento da aprendizagem e se manifesta de várias formas, geralmente envolvendo adolescentes e jovens. Em alguns casos, o conflito acontece ora dentro do espaço, ora aos arredores da escola, ora na comunidade. Frente a estas questões é que se justificou a importância desse tipo de trabalho no combate à violência nas escolas.

1.1 VIOLÊNCIA ESCOLAR E DESIGUALDADE SOCIAL

Minayo (1994) assegura a que, para melhor compreender a violência, deve-se adotar uma visão holística a partir do contexto histórico e dialético. Segundo a autora, o fenômeno deve ser abordado como um problema complexo relacionado com os fenômenos de natureza biopsicossocial, por acreditar que a violência também se relaciona com os problemas sociais que dizem respeito à vida em sociedade, como a política, a economia, a moral, o direito, a Psicologia, ou seja, faz parte das relações humanas.

Assim como Minayo, vários autores estudiosos do assunto mostram que tais fenômenos estão correlacionados. Pereira (2001) afirma que a ideologia capitalista reforça o aprofundamento da exclusão social em que uma pequena parcela da sociedade vive numa condição de vida, considerada alheia à maioria da população residente às margens da sociedade, cercada pela miséria, e a marginalidade social estando permanentemente atraída pela publicidade e estilos de vida e objetos de consumo que nem sempre estão ao seu alcance, e que representa pelo menos 1/3 da população dos países mais ricos e mais da metade nos países mais pobres. Levisky (2000) descreve que diante de tantas tecnologias vive-se uma violência digna do homem primitivo ocorrente em toda parte, como nas relações familiares, nas escolas, nas ruas, nos meios de comunicação, nas filas, nas relações institucionais e no lazer. Por outro lado, com as questões sociais (analfabetismo, violência, desemprego, falta de moradia, fome, miséria etc.), resultantes da globalização tanto econômica quanto tecnológica, acentuaram-se ainda mais as desigualdades e exclusão social entre as classes. (PEREIRA, 2001). Iamamoto (2005, p. 27) assinala que “a questão social pode ser compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista moderna que tem uma raiz

comum”. Para a mesma autora, a situação de pobreza faz o indivíduo ser visto como perigoso, transgressor, o que rouba e não trabalha, e sujeito à repressão e à extinção. São postos nas classes perigosas. Reforça-se, desta forma, a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida. “Um terço da população total dos países em desenvolvimento, cerca de 1.3 bilhões de pessoas, vivem em condições de absoluta miséria; enquanto que, aproximadamente, 1 bilhão são analfabetos”. (ONU, 1999). Vasconcellos (2000) acrescenta que a maioria da população de jovens e crianças não tem condição de sobrevivência, considerada adequada, em que muitos estão vivendo de forma precária, em busca da satisfação de suas necessidades básicas. Em muitos casos, recorrendo-se à agressão para fins de contentamento imediato dos seus desejos. Enfim, na contribuição para o crescimento da violência.

Freire (2003) afirma que o atual modelo de acumulação e produção trouxe para si as contradições sociais e econômicas, originando novas formas de culturas e vida, na acentuação cada vez mais da fragilização, presente na classe mais vulnerável.

Ao se tratar dos problemas sociais, como se apenas os indivíduos fossem responsáveis pela sua situação, o Estado se aproveita da alienação dos oprimidos na obtenção dos privilégios, ao invés de reparar os danos. Assim, os problemas sociais, ao invés de serem solucionados com políticas públicas, de modo que reparassem os danos, ainda que especializassem a juventude, terminam camuflando-os sem dar-lhes uma resposta satisfatória aos males, assoladores da sociedade, entre as quais a violência. Desse modo, Minayo (1994) destaca que o problema nos leva às considerações consensuais, na possibilidade da concepção de que este fenômeno é controverso em vários aspectos, e remete-nos a questionar se a violência está legitimamente relacionada aos problemas sociais aos quais os jovens e adolescentes enfrentam. Freitas e Ramires (2010) ressaltam a importância de qualquer estratégia de prevenção da violência e considera-se a existência de uma série de fatores que predis põem a ocorrência dos atos violentos. Nesse sentido, na visão da autora, qualquer ação de prevenção deve ser de caráter multissetorial, uma vez que a violência é um fenômeno complexo e multifacetado. Os programas de prevenção servem como alcance de êxito. A autora reforça a ideia de que nenhuma ação, sozinha apresentará resultados tão positivos quanto aqueles desenvolvidos de forma integrada.

Levisky (2000) considera que a corrupção, o descaso pelas minorias, as injustiças sociais e econômicas, e as legislações fraudulentas, geralmente elaboradas para preservar pequenos grupos controladores do poder, em que os líderes poderosos e alheios às

necessidades da população, que visam apenas às gratificações pessoais, podem contribuir para o aumento da violência no Brasil.

Desta forma, o adensamento das desigualdades, e com suas diversas repercussões, dentre elas a violência, ganham terreno sob os apelos do senso comum na busca de respostas simplistas para fenômenos complexos que emergem como caixa de ressonância da barbárie que se naturaliza no cotidiano das relações sociais. (AGUINSKY; CAPITÃO, 2008).

Rolim (2008), ao estudar o assunto, constatou que o Brasil é reconhecido como um país onde o índice de violência ganhou aumento significativo. Afirma que os dados apresentados sobre os índices de violência no Brasil, por mais assustadores que pareçam, não podem ser confiáveis, devido a um dos maiores problemas do Brasil - a subnotificação - principalmente aqueles que envolvem outras formas de violência, as físicas e as psicológicas. As quais estão presentes na maioria dos conflitos e atos violentos praticados nas escolas, extrapolando as relações sociais e institucionais, causando não somente os danos morais e físicos, como também sofrimentos mentais e psicológicos. Para o autor, o problema é bem maior do que parece, principalmente porque grande parte dos conflitos escolares não é notificada. O autor afirma que qualquer tentativa de lidar com a violência juvenil, sem levar em consideração os problemas sociais, torna-se uma ação inútil.

Milani (2004) acredita que é preciso desconstruir esse quadro avassalador, a violência juvenil, exigindo o envolvimento dos sujeitos, das instituições e da sociedade, em suas multidimensionalidades física, mental, emocional, ética, espiritual, econômica, jurídica, política, entre outros. Segundo o autor, o sistema educacional tem uma responsabilidade especial nesse processo. Levisky (2000) adverte para outras formas de violência, tais quais aquelas consideradas passivas, que se expressam por meio da negligência, da corrupção, pela indiferença e pelo fenômeno de se fazer vista grossa ao caso. O autor afirma que este descaso gera um clima de convivência em que a violência estrutural, a organização social e psicológica apontam para a profunda desvalorização do ser e do viver das relações humanas em sociedade. Levisky menciona que, nessa busca de caminhos possíveis, para uma melhor condição de vida, o adolescente precisa ser reconhecido como um dos protagonistas, mas, enquanto ele for visto apenas como um problema, ou o problema será excluído da possibilidade de se tornar agente da transformação social.

Segalin e Trzcinski (2006) destacam que, enquanto o problema for tratado desta forma, com os adolescentes tidos como intratáveis, ou caso perdido, sem oportunidade de serem refeitos seus próprios destinos, não haverá esperança de mudanças. Enquanto o menor infrator for apreendido numa “casa lar”, local onde deveria ser instruído e socializado para

transformação de sua história, o problema irá permanecer, já que nestas instituições eles recebem instruções para se tornarem mais perversos, pois o que eles vivenciam e convivem é uma desastrosa forma de violência experimentada por quem está precisando principalmente de apoio social, psicológico e, na maioria dos casos, dos recursos básicos para própria sobrevivência.

1.1.1 A violência no Brasil

A violência é uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade. É o atentado físico contra a pessoa cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outro. (SILVA, 2003). Dados do mapa da violência apontam que este é um dos principais problemas do Brasil, estimando o percentual de 31%, superando a preocupação com o desemprego (22%) (in EDNIR, 2007). Conforme Minayo (1994) a reincidência da violência vem provocando impactos nas relações humanas, em decorrência do modo como esse fenômeno vem sendo tratado no decorrer da história judicial, criminal e no âmbito da segurança pública, a qual é marcada pelo modelo retributivo e resolutivo no enfrentamento dos atos violentos.

Observa-se que o problema da violência no Brasil é um tema muito estudado e debatido pela sociedade e pelos pesquisadores. Contudo, precisa encontrar novas e criativas soluções para amenizar esse mal que acomete e aflige nossa sociedade que se manifesta com frequência dentro das escolas públicas brasileiras. Mariel (2006) afirma que a escola é um lugar privilegiado para refletir sobre as questões que envolvem crianças e jovens, pais e filhos, bem como as relações na sociedade. É também nesse universo que a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal podem ser incrementados ou prejudicados.

1.1.2 A violência no Estado do Amazonas

Os dados do Mapa da Violência de 2012 apontam que, na violência no Estado do Amazonas, no período de 2004 a 2010, o índice de homicídio sofreu uma significativa expansão. Visto que, em 2004, a taxa era de 16,9 homicídios para cada cem mil habitantes. Em 2010, esse índice passou para 30,6, representando um incremento de 81,5 % nos seis últimos anos; ou 10,4 % ao ano. Constatou-se que esse crescimento concentrou-se na capital Manaus. Waiserlfisz (2012) atribui essa concentração à expansão demográfica, pela qual a cidade de

Manaus vem passando nos últimos anos, e afirma que qualquer oscilação nas taxas da capital incidirá diretamente nos índices do Estado.

A violência envolvendo professores e alunos, nas escolas públicas de Manaus, parece ser a principal preocupação do atual governo. Em 2012, o problema da violência na escola tem sido frequente em Manaus. O caso mais grave ocorreu em uma escola Estadual da zona oeste, sendo palco de confrontos entre alunos e ameaças a professores. Devido ao fato, a escola recebeu o projeto piloto da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) para uma ação que prevê o monitoramento dos alunos por câmeras instaladas dentro das salas de aulas. O objetivo do governo é estender a ideia para as 230 escolas públicas de Manaus que, juntas, somam 280 mil estudantes. A medida foi adotada devido à ocorrência de vários casos de conflitos, com cenas de violência, e o governo espera que a instalação das câmaras de monitoramento, sob funcionamento de 24 horas, dentro e fora do prédio das escolas, possa reduzir a ocorrência de atos violentos, além da possibilidade de compartilhar com os pais o que acontece dentro da sala de aula. O projeto será implantado primeiramente na capital, com posterior extensão para as escolas do interior do Estado (MAIA; BARRETO, 2013).

Vale lembrar que a prevenção da violência nas escolas públicas do interior do Estado do Amazonas seja mesmo fundamental, já que os casos de conflitos escolares também são frequentes, o que pode ser comprovado com os dados da pesquisa realizada por Maia e Barreto (2012). O estudo foi realizado num município no interior do Amazonas. As autoras coletaram e analisaram os casos de agressão física, ameaças, raptos, desaparecimentos, tentativas de estupro, estupro realizado, abuso sexual, atropelamento, aliciamento, calúnia e difamação, mostrando, assim, que grande parte dos casos registrados é de agressão física, ocorrida em 49 dos casos (25,39%). Desses, 6 (seis) foram acompanhados de maus-tratos físicos, furtos e ameaças. Das agressões físicas, a maioria apareceu atrelada aos casos de abusos sexuais ou acompanhadas com o crime de aliciamento. Dentre os casos de agressão, um envolveu maus-tratos físicos, praticados pelo pai contra uma criança menor de quatro anos. O estupro foi outra forma de violência com números próximos aos da agressão, e somou 48 casos (24,87%). As tentativas de estupro compreendem 46 (23,83%) dos casos; os de ameaça, incluindo ameaça de morte e tentativa de sequestro, somaram 26 casos (13,47%).

Segundo Maia e Barreto (2012), as consequências da violência são queixas físicas as quais podem constituir somatização com os problemas psicológicos. Em termos psicológicos, a maioria das informações encontradas relatam vítimas em estado de choque que demonstravam medo e dificuldades para dormir e se alimentar. Nos critérios do manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM - IV (APA, 2004), a resposta a um

evento traumático inclui medo, a expansividade diminuída do mundo externo, dificuldades de dormir, irritabilidade, dificuldade de concentração e sentimento de culpa. Significa que, provavelmente, algumas das vítimas poderão desenvolver transtorno de estresse pós-traumático.

1.1.3 A violência contra crianças e adolescentes

Os casos de violência contra crianças e adolescentes no Estado do Amazonas, de acordo com o demonstrativo referente ao ano de 2012, divulgado pelo Conselho Tutelar do município em questão, somaram 474 casos relacionados à violação dos direitos de crianças e adolescentes. Destes, 168 estão relacionados ao crime de negligência, e somados 27 casos de maus tratos; a ameaça aparece com 07. Em relação ao tratamento vexatório e constrangedor, contabilizaram-se 27 notificações. Os casos de abandono do lar e material somaram juntos 13 casos; denúncia de abandono intelectual com 36 notificações, e os problemas relacionados à alienação parental, com 11 casos somados. Conforme dados do demonstrativo, os conselheiros atenderam 04 casos de exploração sexual, 02 de omissão, 09 de estupro. O aliciamento de menor aparece com 04 casos; assédio sexual e exploração do trabalho infantil totalizaram-se 03 notificações; agressão física, verbal e psicológica, com 26 denúncias. Os crimes foram cometidos contra crianças na faixa etária de 0 a 10 anos e contra adolescentes com idade entre 14 e 17 anos. Em relação ao parentesco, dos agressores com a vítima, entre os 115 dos crimes, o agressor foi a mãe; em 93 dos crimes, o agressor foi o pai; somente 01, dos crimes, teve como agressor o padrasto; em 46 dos crimes, os agressores foram o pai e a mãe; e em 56 dos crimes, a prática foi por terceiros. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90. Art. 5º) diz: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

Quanto à origem das denúncias, 27 originaram-se das escolas; 23, das Unidades Básicas de Saúde (UBS); 10, pelo hospital; 51, provenientes de denúncias anônimas; 308, da comunidade; 05, da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH); e por meio do disque, 100. (CT/BC. 2013).

Apesar de os dados¹ do Conselho serem altos, o poder judiciário apresentou apenas 19 (dezenove) casos de violência envolvendo crianças e adolescentes. Observa-se a existência de

¹ Dados coletados no livro de ocorrência do Poder Judiciário do Município em 12 de julho de 2013.

subnotificação de dados, uma vez que, no Conselho Tutelar, detectaram-se mais de quatrocentos casos de violência, na maioria deles apontava-se o adolescente como agressor ou culpado.

Maial e Barreto (2012) reconhecem que a violência contra crianças e adolescentes no Brasil não é um fenômeno raro. Entretanto, há de se reconhecer o impacto destas experiências sobre as suas vítimas. Afirma-se que, na maioria das vezes, essa violência não é diagnosticada, sendo grandemente desconhecida, especialmente quando se trata de zonas do interior. As autoras chamam atenção para subnotificação dos casos de violência, afirmando que uma parte significativa da violência não é denunciada nem pelas vítimas nem por outros. Assim, muitos casos ficam desconhecidos. A caracterização dos casos denunciados pode contribuir para melhor compreender o fenômeno e, desta forma, a notificação dos casos contribui para a possibilidade de intervenção dos conflitos e redução dos casos de violência contra essa população, isso enquanto a subnotificação contribuir para o aumento desse tipo de crime e da impunidade.

Levisky (2000) aponta que a maioria dos problemas sociais - analfabetismo, má distribuição de renda, mortalidade infantil, crescimento desordenado das cidades sem planejamento urbano, a ausência ou precariedade dos serviços públicos (saúde, educação, segurança, entre outros) - são geradores de violência. Segundo ele, são geradores de crises que afetam os valores éticos, morais e culturais de uma nação. Todos decorrentes, em certa medida, da globalização da economia, da informação, da tecnologia, causando não apenas problemas locais, mas nacionais.

O problema da violência, segundo Jorge (2002), causa forte impacto no setor de saúde e pode ser considerado como um problema de saúde pública por elevarem os atendimentos nos hospitais e prontos socorros públicos, instituições para as quais são encaminhadas vítimas e, em muitos casos, os agressores. Esta tese é sustentada por Minayo e Ramos (1999), afirmando que a violência está atrelada ao agravamento dos problemas de saúde pública, sobrecarregando os hospitais. Na visão de Aguinsky e Capitão (2008), o problema da violência é um desafio por exigir cada vez mais resoluções conjuntas, principalmente com a formulação das políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes e juventude. A ineficiência ao acesso, a fragilização das políticas públicas de educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, trabalho e a ausência do Estado fazem com que este público receba apoio para a manutenção do tráfico de drogas e da criminalidade.

Segalin e Trzcinski (2006) sustentam que, apesar do descompromisso e da omissão do Estado, principalmente em referência à garantia de políticas públicas de qualidade, o mesmo

deve atender os direitos fundamentais de seus cidadãos, de forma que haja condições de sobrevivência com dignidade a todas as crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente em sua normativa constituinte. As políticas sociais devem priorizar projetos e programas voltados para reprodução do futuro das crianças, dos adolescentes e dos adultos jovens brasileiros, dando-lhes suportes na viabilização a acessos profissionalizantes e, por sua vez, ao primeiro emprego. Assim, podem seguir caminho, independentes da família e nem correriam o risco de ingressarem em facções criminosas como o tráfico de entorpecentes, sendo a pior forma de violência juvenil que se mostra cada vez mais comum no Brasil nos dias de hoje.

Um das piores formas também de violência acometida contra crianças, adolescentes e juventude adulta seja a ausência de políticas públicas que deveriam dar respostas concretas aos problemas sociais. Zimmerman (1997) consolida que o cerne do ser humano consiste na capacidade de ser portador de um conjunto de princípios que incluem os desejos, as identificações, os valores, os mecanismos defensivos e, sobretudo, de ter suas necessidades básicas atendidas. Por outro lado, não podemos deixar de considerar que a atual estrutura social e política da sociedade brasileira são as geradoras de situações favoráveis ao aprofundamento das desigualdades sociais e, por sua vez, geram cada vez mais os conflitos violentos.

1.2 O MODELO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

No contexto internacional, o modelo de justiça restaurativa tem início com o movimento das Organizações Unidas – ONU ao pregarem a cultura da paz, visando amenizar os conflitos entre os países, entre grupos ou nações, por meio do diálogo e negociações. Para tanto, contou com ações que contemplavam um conjunto de valores, atividades, modo de comportamento e novo modo de vida que rejeita a violência, cujo foco consistia em prevenir conflitos, abordando suas causas em profundidades para solucioná-los a partir do diálogo e da negociação (UNESCO, 1998/1999). Shuck (2000) atesta que dentro deste contexto a Justiça restaurativa era vista como um modelo de justiça convencional, por relacionar-se com a política de incentivo a uma cultura da paz e da não violência, cujos principais valores estavam centrados na proteção e promoção dos direitos humanos.

Conforme Barroso (2008), o termo justiça restaurativa foi usado pela primeira vez em 1977 no artigo *Beyond Restitution: Creative Restitution*, do psicólogo americano Albert Eglash, que descreve haver três respostas ao crime: a retributiva baseada na punição, a

distributiva focada na reeducação e a restaurativa fundamentada na reparação de danos. A autora afirma que estas práticas ganharam forças na década de 70 nos Estados Unidos. Quando começou a mediação de conflitos entre infrator e vítima, chamados, respectivamente, de “autor” e “receptor”, em encontros promovidos por pessoas habilitadas, com a participação de pessoas indiretamente atingidas pela ofensa, por acreditar que elas podem contribuir na resolução do conflito. Segundo a autora, são essas pessoas que representam a comunidade e, através de diálogo, busca-se não a punição, mas a efetiva responsabilização para que o causador enfrente as consequências de suas ações, afim de que as causas que o levaram ao ato violento sejam efetivamente investigadas, de modo que as sequelas causadas sejam reparadas.

Após vários debates e discussões sobre o modelo de justiça restaurativa, a ONU divulga a resolução 2002/12 contendo os princípios básicos na sua utilização em programas de justiça restaurativa em assunto criminal, por considerar aumento significativo de iniciativas por meio do uso dos pressupostos da justiça restaurativa em todo mundo e, principalmente, por reconhecer que essa iniciativa geralmente inspira-se em formas tradicionais e indígenas em relação à justiça. Em outras palavras, o crime é visto como um dano às pessoas. E ainda enfatiza-se que esse modelo de justiça evolui como uma resposta ao crime, que respeita a dignidade e a igualdade das pessoas, constrói o entendimento e promove harmonia social mediante à restauração da vítima, dos ofensores e das comunidades. Reconhece ainda que essa nova abordagem permite que as pessoas afetadas pelo crime possam compartilhar abertamente seus sentimentos e experiências, assim como seus desejos sobre como atender suas necessidades. Além disso, o modelo propicia a oportunidade para que a vítima obtenha a reparação dos danos, sentimento de segurança e superação do problema da melhor forma possível. Ao ofensor, possibilita-se a compreensão sobre as consequências do seu comportamento, além de proporcionar-lhe assumir responsabilidades pelo ato cometido de forma efetiva. Como também a possibilidade da compreensão da comunidade sobre as causas subjacentes do crime e, assim, promover bem-estar comunitário e a prevenção da criminalidade.

Oliveira, Emil e Aldrighi (2012) defendem que, no Brasil, a proposta de justiça restaurativa é iniciada com a reformulação do judiciário e articulação de órgão e agentes que lutam pela promoção da paz e da cultura da não violência, cujos principais objetivos é de ampliação do acesso à justiça, redução da morosidade na resolução dos casos no judiciário, informatização do sistema de justiça e participação comunitária nos processos de resolução de conflitos. Na escola, segundo eles, o modelo de justiça restaurativa teve início com a implantação dos projetos em quinze escolas públicas na cidade de São Paulo, coordenados

pela secretaria de educação, em parcerias com judiciário e duas Organizações Não Governamentais (ONGs), utilizando os pressupostos da Justiça restaurativa para articulação entre escola e comunidade com objetivo de criar a cultura da paz e da não violência, com envolvimento de gestores, professores, pais, alunos e membros da comunidade escolar na prevenção e redução da violência nas escolas.

No Brasil, o modelo de justiça atual configura-se como modelo de justiça retributiva e punitiva que “ignora as diferenças sociais, econômicas e políticas, tratando todos os ofensores como se fossem iguais perante à lei” (ZEHR, 2008, p. 81). O autor sustenta que o processo responsável no tratamento dos desiguais e, trata todos de forma igual, termina por ignorar e manter todas as formas de desigualdades em nome da justiça e da igualdade. Ao agir desta forma, o Estado não resolve o problema; ao contrário, termina por aprofundar ainda mais as desigualdades sociais.

Contrapondo-se ao modelo de justiça retributiva, surge o modelo de justiça restaurativa, definido por Aginsky e Capitão (2008), como um método que não visa apenas as transgressões e os culpados, mas na ênfase ao individual e ao social, à democratização e humanização ao atendimento, além de possibilitar o acesso aos direitos, à afirmação de igualdade nos espaços de diálogo, à garantia de ambientes seguros e respeitosos e, acima de tudo, à valorização das diferenças por meio de processos sociopedagógicos, considerado não somente os danos, mas os responsáveis pelos mesmos e, também, os prejudicados pela infração. Para essas autoras, o modelo de Justiça Restaurativa na Vara da Infância e da Juventude, ou em outras instituições como a escola, possibilita um novo olhar ao problema, principalmente em direção à ética no tratamento das medidas socioeducativas. Afirmam que isso renova esperanças de formar uma justiça mais justa e humana no Brasil.

Desta forma, o modelo de Justiça Restaurativa abre novas possibilidades para construção de responsabilidade mútua, por meio destas intervenções e experiência de interação com a força coercitiva do Estado. Nesta perspectiva, espera-se a redução de danos e de prática de atos violentos às instituições e aos profissionais no seu âmbito de atuação, como aqueles lesivos e de infrações à lei. Além de humanizar as relações atingidas pela infração, proporcionando maior coesão social na geração de compromissos coletivos com um futuro melhor (AGUINSKY; CAPITÃO, 2008).

Na maioria das vezes, quando o aluno, na categoria de autor, se envolve num conflito, atingindo outro adolescente (receptor), é levado para diretoria, ou encaminhado ao Conselho Tutelar ou, dependendo da gravidade, para a Vara da Infância e da Juventude. Zehr (2008) defende que esta é uma das piores formas de abordar o problema. Conforme o autor, não

existe no processo criminal um momento em que autor e receptor possam ser ouvidos para a criação da possibilidade de reparação dos danos. Apesar do dano infringido ao outro, não se pode negligenciar o autor, que geralmente é estigmatizado e condenado sem a devida oportunidade de perdão. Desta forma, não se pode aplicar-lhe a mesma pena que foi feita ao receptor.

Zehr (2008) ressalta que o autor, muito depois de ter “pago a sua dívida”, sofrendo a punição, continuará como um ofensor, pois o ódio e a violência continuarão sendo cultivados dentro dele na prisão, ou em outras situações de punição, e virão a substituir o pesar e o arrependimento que, talvez, tenha sentido. O autor afirma que, tal como o receptor, eles não terão a oportunidade de resolver o conflito. A ferida continuará aberta.

As práticas de punições vigentes na sociedade brasileira respaldam-se no modelo da justiça retributiva, não concebendo o problema da violência como um fator decorrente da dinâmica social. Zehr (2008) concorda que, embora o indivíduo seja responsável pelas escolhas que faz, o contexto social e psicológico no qual encontramos inseridos, certamente influenciam nossas escolhas. Além disso, o contexto social, econômico, político e psicológico são, de fato, importantes. No entanto, nosso conceito individualista de culpa ignora tal contexto. Nossa sociedade não tem a prática de investigar o fenômeno que envolve os conflitos, e sim estigmatizar os ofensores, reforçando, assim, a postura violenta e o fortalecimento da exclusão social.

1.2.1 Principais características dos dois modelos de justiça

As diferenças entre os modelos de justiça retributiva e restaurativa: a retributiva atua no crime objetivando punir o agressor para dá resposta ao Estado e sociedade. Para a justiça retributiva, o crime é uma violação acometida contra um Estado regido por regras sistemáticas e desobediência à lei. O modelo restaurativo atua no crime, responsabilizando o agressor pelo crime e pela reparação do dano causado, dando-lhe obrigações de corrigir o erro. Para a justiça restaurativa, vítima e agressor são parte no processo de decisão. O crime é visto como uma violação de pessoas e relacionamentos. O modelo restaurativo envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança (ZEHR, 2008).

A seguir, as principais características dos modelos de justiça restaurativa e retributiva.

Quadro 1 - Justiça retributiva e Justiça restaurativa

LENTE RETRIBUTIVA	LENTE RESTAURATIVA
O crime é definido como violação da lei	O crime é definido como dano à pessoa e ao relacionamento. (Violação de relacionamento).
O crime está numa categoria distinta dos outros danos	O crime está reconhecidamente ligado a outros danos e conflitos
As necessidades e direitos da vítima são ignorados	As necessidades e direitos da vítima são a preocupação central
Os erros geram culpas	Os erros geram dívidas e obrigações
As “verdades” das vítimas são secundárias	As vítimas têm a oportunidade de “dizer a sua verdade”
O ofensor não tem responsabilidade pela resolução do problema.	O ofensor tem responsabilidade pela resolução do problema.
O ofensor é visto de modo fragmentado: a ofensa o define	O ofensor é visto de modo holístico
Ignora-se o relacionamento vítima-ofensor	O relacionamento vítima-ofensor é central
Não se estimula o arrependimento e o perdão	Estimula-se o arrependimento e o perdão
O contexto social, econômico e moral do comportamento são ignorados.	Todo o contexto é relevante

Fonte: Zehr (2008).

Schuch (2008) entende a Justiça Restaurativa como uma forma contemporânea de fazer justiça social, dada à maneira que lida com os conflitos tendo em vista à promoção e produção de justiça, configurando-se numa justiça mais sensível e humanizada, que pode contribuir para regulação social e formação de novos sujeitos éticos. Ou seja, indivíduos ativos e aptos para maximizar suas vidas por meio de escolha e de liberdade.

Como podemos observar, o modelo de justiça retributiva, oposta ao da justiça restaurativa, discute o Estado como sendo considerado a vítima e define o comportamento danoso como violação de regras, considerando irrelevante o comportamento entre vítima e ofensor, segundo Zehr (2008) a lente restaurativa identifica as pessoas como vítimas e reconhece a centralidade das dimensões interpessoais. Nesse modelo, as ofensas são definidas como danos pessoais e um dano contra os relacionamentos interpessoais. Assim, o crime é visto como uma violação de pessoas e relacionamentos.

1.2.2 Objetivos

Diante do exposto, o estudo teve como objetivos: 1) avaliar a percepção de segurança de alunos e servidores e conhecer os tipos de violência com as quais se confrontam; 2)

Identificar e descrever o perfil socioeconômico das famílias dos participantes dos círculos restaurativos e 3) descrever as experiências dos círculos restaurativos em uma escola pública do estado do Amazonas.

2. MÉTODO

Utilizou-se o método de pesquisa qualitativa por esperar compreender e descrever as experiências dos círculos restaurativos. Bogdan e Biklen (1991) consideram que a pesquisa qualitativa pode ser entendida como aquela que auxilia para melhor compreensão do comportamento humano. Minayo et al (1999) afirma que a pesquisa qualitativa auxilia na interpretação das questões consideradas à parte das estruturas sociais e das relações humanas. Dyniewicz (2006) garante que a pesquisa que utiliza a abordagem qualitativa busca soluções para problemas do cotidiano, descobrindo conhecimento novo para compreensão e transformação da realidade.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa participante, pela utilização de coleta dados, técnicas de observação participante e entrevista semiestruturada. Borba (1999) afirma que essa metodologia aborda seis princípios básicos para coleta e análise de dados: autenticidade; compromisso; antidogmatismo, evitando ideias pré-concebidas; restituição sistemática, que compreende a noção de que cultura ou tradição são realistas e dinâmicas; desenvolvimento de métodos que permitam participação efetiva de todos; abordar uma sequência que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação, numa sincronização e ritmo permanentes. Com uso de recursos locais para a pesquisa, além da necessidade de ser humilde para aprender a aprender, e romper com assimetrias nas relações sociais. Descrição do local de estudo, descrições do local onde os dados serão colhidos com o propósito de localizar o leitor no campo de estudo onde o pesquisador trabalha somente fenômenos da realidade concreta; historicidade, recorrendo ao momento presente sem esquecer os condicionantes históricos que lhe deram origem. Para Queiroz, et. al (2007) a observação participante resume-se como aquela em que o pesquisador observa, ao mesmo tempo em que compartilha com seu objeto de estudo com o objetivo de conhecer seu cotidiano e, assim, compreender a condição na qual se encontram. A autora afirma que essa é uma metodologia muito empregada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa.

2.1 LOCAL

A pesquisa foi desenvolvida no período de fevereiro a julho de 2013, numa Escola pública do Estado do Amazonas. O projeto foi apresentado aos responsáveis pela Escola, que imediatamente aceitaram e se comprometeram a disponibilizar todo material e espaço físico

necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Aparelhou uma sala com pintura nova e a seguinte identificação “sala de mediação de conflitos” e os horários de atendimentos.

2.2 PARTICIPANTES

Tabela 1- Quantitativos e categorias

Categorias	Quantidade
Alunos	248
Servidores	49
Pais	03
Total	300

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em junho de 2013.

O estudo contou com 300 participantes, divididos em 248 alunos, 49 servidores, entre professores, administrativos, merendeiras, auxiliares de serviços gerais, vigias entre outros, e 03 pais representando a comunidade. Sendo 148 (49%) do sexo masculino e 152 (51%) do sexo feminino. Com idade média de 18,82 anos. Destes 210, 147 (70%) declararam-se solteiros; 33 casados (11%); e 57 (19%) com outra situação conjugal. Com escolaridade entre fundamental incompleto (4%), ensino médio incompleto (83,9%) e mestrado completo (4%). O tempo de trabalho de 01 a 28 anos (Tabela 1).

Tabela 2 – Perfil socioeconômico das famílias dos participantes dos círculos restaurativos

Renda familiar	Quantidade	Quantidade de filhos por faixa etária	
		De 1 a 12 anos	De 13 a 18 anos
Um Salário mínimo	04	14 (32%)	30 (68%)
Um salário e meio	07		
Dois Salários mínimos	05		
Três Salários mínimos	03		
Quatro salários ou mais	03		

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em junho de 2013.

Em relação ao perfil socioeconômico das famílias, os dados mostram que 18% sobrevivem com um salário mínimo, 32% com um salário e meio e 14% com uma renda

mensal de quatro salários mínimos ou mais. Quanto à faixa etária dos alunos, o predomínio foi de adolescentes (68%) com idade que variava entre 13 a 18 anos. (Tabela 2).

Tabela 3 – Formação escolar dos pais

Escolaridade dos pais	Quantidade	%
Analfabetos/semianalfabetos	05	40%
Ensino fundamental incompleto	16	2%
Ensino fundamental completo	01	2%
Ensino médio incompleto	01	2%
Ensino médio completo	09	13%
Curso técnico completo	03	8%
Ensino superior completo	04	10%
Especialização	01	3%

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em junho de 2013.

Quanto à escolaridade dos pais dos adolescentes que se envolveram em conflitos, 12% se declararam analfabetos/semianalfabetos, 40% com ensino fundamental incompleto, 2% ensino fundamental completo, 2% com ensino médio incompleto, 13% ensino médio completo, 8% curso técnico completo, 10% com o ensino superior completo e 3% com especialização (Tabela 3).

2.3 INSTRUMENTOS

A coleta dos dados se deu por meio de um questionário com onze itens (Anexo E). O instrumento foi utilizado no projeto denominado Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos, uma parceria para a cidadania que está sendo desenvolvida nos fóruns das referidas comunidades, ambas no Estado de São Paulo. Neste estudo, o instrumento foi aplicado para alunos, professores e servidores de uma escola pública do Estado do Amazonas. De acordo com Ednir (2007), o instrumento permite medir o quão seguro os alunos e a equipe de uma escola se sentem e quais as formas de violência com a quais se confrontam. Tem como título "Como você se sentiu na escola e na comunidade esse mês", e pode ser facilmente aplicado em uma ou mais classes, e seus resultados poderão ser imediatamente utilizados. Para a autora, o estudo pode ser repetido um ano depois, na verificação do impacto. Outro instrumento usado foi a escala sobre a violência na escola e na comunidade, elaborada por Kahn, et al. (1999),

contendo oito itens (Anexo F) e adaptado por Marriel et al., (2006). O instrumento permite conhecer os tipos de violência sofrida na escola e na comunidade referente ao último ano. As autoras adaptaram o instrumento semanticamente para uma melhor compreensão dos indivíduos envolvidos em estudos realizados no Brasil. Conforme a autora, o instrumento já foi utilizado pela ONU em pesquisas aplicadas em todo o mundo. No Brasil, o estudo original com uso da escala foi realizado por Kahn, et al. pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - ILANUD/ONU, no ano de 1999 em 40 escolas públicas e particulares. Para as autoras, o instrumento possibilita avaliar a situação dos seguintes indicadores: humilhação; ameaça; agressão forte de modo a precisar de curativos ou ir ao médico; danificação proposital de algum pertence; convívio com pessoas que carregam arma de fogo e/ou branca; furto de objeto; subtração à força de dinheiro ou alguma coisa. Outro instrumento adotado foi a ficha de avaliação socioeconômica (Apêndice D) preenchida durante as visitas domiciliares às residências dos alunos envolvidos em conflitos para coleta dos dados demográficos. Adotou-se também a técnica de entrevista semiestruturada. Segundo Thiollent (1998), essa técnica consiste num pequeno número de perguntas abertas centrada, onde o narrador descreve livremente sua experiência a respeito de determinado tema.

Utilizou-se o método dos círculos restaurativos, dividido em três sessões denominadas pré-círculo, círculo e pós-círculo. Na primeira é explicitado o conflito; na segunda, realiza-se uma reunião com os envolvidos para firmar o acordo cujo objetivo é reparar os danos. Por último, faz-se uma abordagem para saber como estão os relacionamentos entre os participantes envolvidos. Para Ednir (2007), o Círculo Restaurativo é uma metodologia diferenciada e mais humana na resolução de conflitos, por enfatizar os envolvidos, buscar construir no autor e na vítima suas autonomias e tomadas de consciência diante da situação conflitante. A autora afirma que esse novo modo de lidar com os conflitos possibilita que agressor e receptor tenham a oportunidade de optar na tomada de decisão. O mais importante desse método é que os participantes são convidados a falar sobre o fato ocorrido e provocados a pensar sobre as causas e as consequências de suas ações. A autora sustenta que o mais importante desse método é que nele se evita a culpabilização e a rotulação, adotando-se uma postura proativa diante do outro, e por uma escuta mais acolhedora das emoções e dos sentimentos, estes sendo a base para reatar as relações e o bem comum. Ou seja, “é um modo de resolver conflitos por meio do diálogo, de forma humanizada em que as partes envolvidas chegam a acordos definidos em conjunto, com apoio de um Facilitador de Práticas Restaurativas” (EDNIR, 2007, p. 40).

2.4 PROCEDIMENTO

As atividades iniciaram com apresentação da proposta ao gestor da Escola e, sucessivamente, levado ao conhecimento do Coordenador Regional de Educação da Secretaria de Estado de Educação Desporto e Cultura do Estado do Amazonas (SEDUC). Depois o projeto foi submetido para apreciação do comitê de ética em Pesquisa - CEP da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. O passo seguinte consistiu na apresentação da proposta à comunidade escolar por meio de slides em reunião realizada no auditório da escola com a presença de professores, administrativos, merendeiras, vigias, auxiliares de serviços gerais e o gestor da escola.

Em seguida, realizou-se um breve resumo sobre os objetivos do projeto nas salas de aula e uma reflexão sobre os casos de violência nas escolas brasileiras. Por sua vez, é feita a apresentação dos instrumentos, momento em que se esclareceu aos alunos sobre o método de justiça restaurativa e os passos da pesquisa, assim como as atividades que seriam desenvolvidas na segunda fase do estudo, ou seja, a mediação dos conflitos que surgissem na escola durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Para seleção da amostragem sobre os tipos de violência e a percepção de segurança na escola, adotou-se os critérios de amostra por conveniência de forma aleatória. Para tanto, foram distribuídos 675 instrumentos entre a comunidade escolar. Deste, somente 274 foram utilizados na pesquisa por estarem corretamente preenchidos e autorizados pelos participantes, pais ou responsáveis pelos menores.

O critério de seleção dos participantes nos círculos restaurativos foi o envolvimento em conflitos, resultando numa amostra de quatro processos restaurativos, envolvendo 26 (vinte e seis) participantes, sendo adolescentes, professor e a comunidade representada pelos pais. As visitas domiciliares foram realizadas para conhecer o perfil socioeconômico dos envolvidos nos conflitos.

Também foi marcada uma reunião com o gestor da escola para acertar os procedimentos que seriam adotados para mediação dos conflitos. O gestor disponibilizou uma sala apropriada para realização dos círculos restaurativos, com pintura nova e a seguinte identificação “sala de mediação de conflitos”, com os horários de atendimentos. Depois é feito parceria com o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário para informa-lhes a respeito do projeto sobre justiça restaurativa que estava sendo desenvolvido na escola, assim como compartilhar os dados sobre a violência ocorrida no município, principalmente aqueles referentes à violência escolar.

Em seguida, o projeto foi apresentado aos bolsistas do PIBID do Campus universitário local, que estavam estagiando na escola. Acredita-se que a parceria com os universitários e as Instituições tenha sido importante, primeiramente porque foi possível compartilhar informações relacionadas a situações que exigiam cuidados por envolver adolescentes, e também na coleta de dados sobre a violência no município, envolvendo crianças e adolescentes, citados nesse estudo. Em segundo lugar, porque os acadêmicos e os professores tiveram a oportunidade de conhecer os princípios da justiça restaurativa e principalmente a oportunidade de adotar esse método na resolução de conflitos quando estiverem na prática docente, já que todos os envolvidos cursavam Licenciatura em Pedagogia ou Letras.

Assim, os círculos restaurativos foram instaurados conforme surgiam os conflitos, estes encaminhados pela pedagoga ou gestor. Depois as vítimas e ofensores eram ouvidos separadamente pela facilitadora (pré-círculo), para quem tinham a oportunidade de contar suas versões sobre o fato, e seguidamente convidados a participarem do círculo.

Depois que o ofensor e a vítima concordavam em participar dos círculos, realizava-se as visitas domiciliares para responder os objetivos propostos e solicitar autorização dos pais ou responsáveis para a participação dos menores nos círculos e convidá-los para participarem dos círculos juntamente com seus filhos. Ao final das conversas, quando havia consentimento para participação dos menores, marcava-se a data e horário das reuniões, com o cuidado sempre de marcar um horário em que fossem compatíveis para ambas as partes.

Passada essa etapa, realizavam-se os círculos com a presença da vítima, do ofensor, dos pais, do representante da escola e da facilitadora. Durante a reunião, todos tinham oportunidade de expor seus sentimentos acerca da situação. Em seguida, realizava-se a fase de reflexão sobre o problema para se chegar num consenso e resolver o caso e, assim, reparar os danos. Na última etapa, ou seja, pós-círculo, todos os indivíduos participantes dos círculos foram contatados e convidados a falar sobre o desfecho do caso.

Para montagem dos círculos, foram tratados apenas os casos de infrações disciplinares descritos por Ednir (2007) como desentendimento, rebeldia, ou atos inflacionais de natureza leve que, para a autora, são iguados aos delitos de menor potencial cuja pena máxima não seja superior a 01 (um) ano ou, “mesmo que exceda há um ano, não tenham graves consequências” (p 54). Para Nasciutti (1996), essa abordagem metodológica facilita para uma interpretação mais ampliada do comportamento humano, dentro de um contexto social, por considerar suas peculiaridades, além de permitir identificar os fenômenos e, posteriormente, a possibilidade de um trabalho em grupo.

Em seguida, deu-se a coleta dos dados sobre os tipos de violência e a percepção de segurança na escola, criação do banco de dados no Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0, depois a análise estatística de correlação de Person para calcular as médias, o desvio padrão e frequência, bem como o índice de precisão (alfa de Cronbach).

2.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados sobre a percepção de segurança e violência na escola e na comunidade foram analisados e processados no SPSS versão 20.0. Para Oliveira (2007), é um programa muito utilizado por profissionais de ciências humanas e exatas e áreas afins. Depois os resultados foram apresentados em tabelas (Apêndice E). Em seguida, descrição do perfil socioeconômico das famílias daqueles que se envolveram em conflitos. Portanto, mostrar os problemas que as famílias enfrentam e podem ser considerados como fatores existentes que permeiam os conflitos mediados e extrapolam os muros da escola. Por fim, deu-se a descrição das experiências dos círculos restaurativos por meio de análise dos elementos estruturais e dos fenômenos do campo grupal que surgiram durante os processos restaurativos instaurados após a discussão qualitativa à luz da teoria adotada no estudo.

2.6 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, sob o nº 134.663, em 18/10/2012 (ANEXO A), em conformidade com as Resoluções nº 196/96 e Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde - CNS/MS.

Os adolescentes foram informados sobre a pesquisa e orientados de que poderiam recusar-se a participar, mesmo autorizados pelos seus pais ou responsáveis. No caso de concordância, assinavam o Termo de Assentimento Informativo para menores. Todos os participantes foram informados de que suas identidades seriam preservadas. Em seguida, foi-lhes solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados a análise estatística e os dados descritivos sobre a percepção de segurança na escola e os tipos de violência sofrida pela comunidade escolar. Os dados referem-se tanto para a violência na escola quanto na comunidade. Em seguida, descrição do perfil socioeconômico das famílias dos participantes dos círculos restaurativos.

3.1 A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA E OS TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA PELA COMUNIDADE ESCOLAR

Tabela 4 – Estatística sobre a percepção de segurança da comunidade escolar (n=274)

Variáveis	Média	Desvio padrão	Alfa de Cronbach
1 Na sala de aula	1,49	0,72	0,67
2 Na escola	1,61	0,76	0,68
3 Nos arredores da escola	1,83	0,83	0,68
4 Entre a escola e residência e vice versa	1,74	0,86	0,72
5 Mexeram comigo e ou me intimidaram	1,45	0,66	0,71
6 Falaram mal e ou me ameaçaram	1,31	0,55	0,72
7 Fiquei com medo de certos alunos	1,28	0,55	0,72
8 Algo meu foi roubado	1,28	0,61	0,71

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em março de 2013.

Na análise estatística descritiva dos valores médios das variáveis relativas à percepção de segurança para o teste de confiabilidade, o estudo psicométrico mostrou que os resultados são significativos, porém de média magnitude (Tabela 4), demonstrando evidências de violência nos diversos contextos estudados, ou seja, quanto maior for o valor do escore fatorial médio, maior é a percepção de insegurança do respondente. Assim, médias iguais ou maiores que 3,0 indicam que o respondente percebe insegurança no item enunciado. Médias fatoriais menores que 2,0 tendem indicar índices de insegurança apenas satisfatórios. Desta forma, observa-se que a ocorrência de percepção de insegurança informada é maior nos arredores da escola. (M=1,89; DP= 0,68). Quando os desvios padrão são altos, indica que os dados estão espalhados entre os valores. Quando estão baixos, indicam que os dados estão próximos da média. (COMPAGER, 2013). Zehr (2008) afirma que a justiça deve começar satisfazendo as necessidades humanas, atender as necessidades básicas que os indivíduos sozinhos não conseguem. O autor afirma que esse é o elemento chave da Justiça Restaurativa,

demonstrando, desta forma, a necessidade de uma maior atenção dos órgãos públicos quando se trata de segurança pública dentro e fora das escolas.

Tabela 5 - Correlação de Pearson (n=274)

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8
1 Na sala de aula	-							
2 Na escola	0,612**	-						
3 Nos arredores da escola	0,509**	0,606**	-					
4 Entre a escola e residência e vice versa	0,275**	0,390**	0,399**	-				
5 Mexeram comigo e ou intimidaram-me	0,227**	0,199**	0,170**	0,131*	-			
6 Falaram mal ou ameaçaram-me	0,173**	0,121*	0,038	0,000	0,385**	-		
7 Fiquei com medo de certos alunos	0,179**	0,146*	0,237**	0,155*	0,157**	0,264**	-	
8 Algo meu foi roubado	0,232**	0,159**	0,195**	0,135*	0,274**	0,344**	0,220**	-

**p<0,01 *p> 0,05

Na análise estatística dos coeficientes de correlação (r de Pearson) entre as variáveis, observou-se correlação positiva e significativa entre as variáveis de percepção da violência (1) na sala de aula com (2) na escola ($r=0,612$), e também correlação moderada entre as variáveis (1) na sala de aula com (3) nos arredores da escola ($r=0,509$) (Tabela 5). Os resultados evidenciam a existência de violência nos diversos contextos estudados, desde a saída da residência até dentro da sala de aula. Oliveira (2007) explica que o coeficiente de correlação simples de Pearson é uma medida de associação linear entre as variáveis que varia entre -1 e +1. Quando seu valor é -1, a correlação é perfeita negativa, ou seja, os valores altos em uma variável correspondem a valores baixos em outra. Quando seu valor é +1, a correlação é perfeita positiva, ou seja, os valores altos em uma variável correspondem a valores altos na outra. Quando seu valor for 0, significa que não há correlação entre as variáveis estudadas. Assim, acredita-se que apesar de os resultados serem significativos e moderados, a violência na escola está estudada, pode estar relacionada com as variadas formas de violência sofrida na comunidade e vice-versa.

Milani (2012) afirma que o período escolar marca profundamente a vida do adolescente e se deve menos pelo conteúdo das disciplinas e mais pela vivência de socialização, de convívio com as diferenças em espaço no qual o aluno deveria desenvolver a capacidade de ouvir, negociar, ceder, participar, cooperar, perseverar. Para a mesma autora, a escola deveria oferecer aos alunos a oportunidade de interagir com outros adultos e de identificar outros modelos de referência que pudessem contribuir para o seu bom desenvolvimento. Maia e Barreto (2012) descreve a violência como a negação, a usurpação e

a violação das condições físicas, psíquicas, intelectuais, morais e de liberdade que garantem a vida em sociedade.

3.1.1 A percepção de segurança na escola

Tabela 6 – A percepção de segurança da comunidade escolar (n=274)

Como você se sentiu no último mês?	Seguro	%	Não muito seguro	%	Inseguro	%	Muito inseguro	%	Não respondeu	%
Na sala de aula	160	58	94	34,3	8	2,9	09	3,3	03	0,1
Na escola	134	44	111	40,5	16	5,8	09	3,3	04	1,5
Nos arredores da escola	96	35	127	46,4	34	12,4	13	4,7	04	1,5
Entre a escola e residência e vice versa	125	45	103	37,6	29	10,6	29	10	02	0,7

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em março de 2013.

Quanto à percepção de segurança na escola, os dados mostram que 160 (58%) dos participantes sentem-se seguros. Porém, um percentual considerável 94 (34,3%) respondeu que não se sente muito seguro (Tabela 6). Almeida, Alencar e Fonseca (2009) apontam que os atos delituosos de pequenas e grandes indisciplinas nas escolas justificam o sentimento de insegurança dos que a frequentam. O cenário nas escolas, hoje, é de ocorrências violentas praticadas por agentes externos e internos no cotidiano escolar. Dados da pesquisa realizada pelos mesmos autores apontaram que (70%) dos profissionais afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência dentro do espaço escolar ou em seu entorno, corroborando com os dados desta pesquisa. Njaine e Minayo (2003) destacam que a responsabilidade social é um reconhecimento de que ambientes de convívios como a família e a escola refletem diretamente na socialização entre os jovens. Merecendo, desta forma, atenção por parte do Estado e garantindo, assim, a defesa dos direitos humanos, principalmente dos adolescentes devido a sua situação de pessoa em desenvolvimento.

Waiselfisz (2012) afirma que a violência é um fenômeno que vem aumentando no interior com um crescimento de 22,1%, estes que há algumas décadas detinham índices relativamente baixos em relação às capitais. Almeida et al. (2009) falam que os fatores geradores da violência não estão isolados, mas tem influência do contexto social. Para a autora, a violência é um fenômeno complexo que vem assumindo dimensões diferenciada e

contextualizada. Afirma que a violência escolar tem suas particularidades e precisam ser aprendidas e adotadas, a fim de não se cair em precipitação e nem de deixar de ser combatida pelas instituições.

3.1.2 Tipos de violência sofrida na escola

Tabela 7 – Tipos de violência sofrida escolar (n=274)

Esse mês	Nunca (%)	Algumas vezes (%)	Muitas vezes (%)	O tempo todo (%)	Não respondeu (%)
Mexeram comigo e ou me intimidaram	163 (59,5)	95 (34,7)	08 (2,9)	05 (1,8)	0,3 (1,1)
Falaram mal e ou me ameaçaram	191 (69,7)	71 (25,9)	09 (3,3)	03 (1,1)	0,0 (0,0)
Fiquei com medo de certos alunos	207 (75,5)	58 (21,2)	05 (1,8)	03 (1,1)	01 (0,4)
Algo meu foi roubado	187 (68,2)	65 (23,7)	10 (3,6)	0,0 (0,4)	11(0,4)
Eu estive envolvido em briga e ou violência física	221 (80,7)	35(12,8)	04 (1,5)	10 (3,9)	04 (1,2)

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em março de 2013.

Em relação aos tipos de violência sofrida na escola, os dados da Tabela 7 mostram que a maioria dos participantes respondeu que nunca sofreu nenhum tipo de violência na escola (59,5%). Porém, um índice considerável, 34,7%, respondeu já ter passado por situações que os intimidaram, seguido por 25,9% que afirmaram já ter sofrido ameaças. Portanto, este número não pode ser desprezado.

Outro item analisado nesta pesquisa foi o problema de furtos dentro da escola. Os dados mostram que 23,7% (65) dos participantes responderam que tiveram algo seu roubado por algumas vezes, como objetos pessoais. Almeida et. al (2009), em sua pesquisa, identificaram também um elevado número de violência dentro da escola, destacando-se o furto de objetos pessoais, além de furtos e quebra intencional de equipamentos da escola. Quanto ao envolvimento em brigas e agressões físicas, 80,7% responderam que nunca se envolvera com esse tipo de violência, contra 12,8% que confirmaram ter se envolvido (Apêndice E).

Levisky (2000) acredita que a violência está relacionada à falta de perspectiva de vida de muitos adolescentes, além de outros ingredientes como reação a um estado mutante e

contraditório insuportáveis, ou seja, os adolescentes se preparam duramente para encontrar um caminho na vida adulta, respeitar e preservar uma série de valores. Porém, depara-se com desesperanças, falta de emprego, baixas remunerações, dificuldade para construir uma família, entre outros.

Vasconcellos (2000) afirma que o desenvolvimento de atitudes e padrões de comportamentos, que moldam a vida ao longo do tempo, deve-se a própria experiência adquirida e ao ambiente que o indivíduo se desenvolve. Acrescenta que a intensidade de força e de vida trazemos da busca de união, de integração, de ligação genética, como tendência à ruptura, ao desligamento, à separação, de tendências desintegrativa, destrutiva, agressiva e de contato com a realidade. A autora afirma que existem as variações culturais e pessoais que interferem no modo de cada indivíduo lidar com a realidade. Essas ações são classificadas pela autora de “patrimônio genético”, ou carga positiva, que significa a tendência de busca, de ligação, de união, de força integrativa e desorganizativa. Para a psicanálise, tudo isso significa pulsão de vida e pulsão de morte.

Dentro deste contexto, Violante (2000) relata que a violência encobre manifestações de condutas auto e heterodestrutivas. Afirma ainda que o jovem vive num mundo considerado por ele confuso, devido às mudanças e às confusões de valores da sociedade em que vive, e esta ensina que ele deve aprender ser bom, honesto, sério e persistente. Porém, depara-se com uma sociedade em que a regra é "vence o mais esperto e sem princípios". Ele luta contra tudo isso, mas não sabe se é melhor adaptar-se a tudo isso ou abdicá-la. Assim, o elemento violência, expressado nas mais diferentes formas, está fazendo parte do modelo de desenvolvimento da identidade e padrão de conduta do adolescente na sociedade atual que se expressa por meio da rebeldia, da revolta, de manifestações agressivas, sendo mais ou menos toleradas pelo restante da sociedade (LEVISKY, 2000).

Zehr (2008) considera que o passado pode ser visto como causa do presente e o presente moldará o futuro, ou seja, se os problemas sociais, que vivemos hoje, são considerados como as principais causas das mazelas presentes na sociedade, e se não forem tratados, poderão moldar o futuro também. O autor afirma que, muitas vezes, o crime é um pedido de socorro de muitos ofensores por desejar somente garantia de sua condição de pessoa.

Ao serem questionados com quais pessoas os adolescentes dessa pesquisa costumam falar sobre seus problemas, a maioria apontou que conversa com os colegas de sala de aula ou amigos. Destes, 8,8% dos entrevistados responderam que não costumam conversar sobre a violência sofrida com ninguém na escola. Uma participante respondeu: “Eu conversei com

uma pessoa da escola, mas a minha situação piorou ainda mais, eu me senti um pouco prejudicada” (Sic).

3.1.3 Outras formas de violência sofrida na escola e na comunidade no último ano

Em relação às formas de violência sofrida no último ano, tanto na escola quanto na comunidade, observou-se que a maioria, 91,2%, respondeu nunca ter sofrido nenhum tipo de violência na escola, seguida de 83,2 % na sua comunidade. No entanto, uma parcela a considerar, confirmou ter sido vítima de variadas formas de violência, sendo 20,1% para a humilhação na escola e 19,7% na comunidade; 15,0% relataram que já tiveram algum objeto seu danificado de propósito na escola contra 13,1% na comunidade; 6,6% confirmaram já ter andado ou convivido com pessoas que carregam armas de fogo na escola, enquanto que na comunidade o índice sobe para 13,1%. Com relação a ter andado ou convivido com pessoas que carregam armas brancas como faca, punhal, canivetes, entre outros; 12,8% confirmaram que andaram com essas pessoas na sua comunidade contra 9,9% na escola; em relação aos roubos dentro da escola, 22,3% confirmaram que já tiveram algum objeto (caneta, caderno, pendrive, celular, entre outros) seu roubado na escola sem que ele percebesse; e 24,1% afirmaram que já tiveram algum objeto seu roubado na sua comunidade. Dados disponíveis em tabela (Apêndice F).

Presume-se que a violência presente nas escolas deva-se também à deficiência de espaços que promovam o diálogo e a escolta com profissionais capacitados. Assim, a instauração dos círculos restaurativos, dentro das escolas, vem possibilitar a escuta humanizada e ainda contribuir para o processo de mediação dos conflitos que visa à promoção do diálogo entre as partes, e também a escuta diferenciada dos pontos de vista e razões da outra parte, num ambiente de respeito, levando à conscientização do realismo das próprias exigências (ALMEIDA et al., 2009).

Marriel et al. (2006) verificaram, em seu estudo, que 34,2% dos adolescentes com sentimento depreciativo foram os mesmos que confirmaram terem sido humilhados na escola. A autora afirma que parte desta humilhação decorre de brincadeiras entre amigos, opiniões negativas dos educadores e discriminações, além de terem percebido muitos constrangimentos dos alunos em relação a pessoas externas à escola. A autora acrescenta que a violência, muitas vezes, disfarçada, mascarada e de difícil diagnóstico, são experiências aniquiladoras e ocorrem em diferentes níveis das relações, podendo ter como agente tanto alunos como professores e funcionários, em seus diversos arranjos, quer como protagonista quer como vítimas e suas

ocorrências como resultados das práticas cotidianas de discriminação, preconceito, entre outros. Para Ednir (2007), a violência está cada vez mais presente nas escolas brasileiras, mas poderia ser prevenida, se os princípios que norteiam os Círculos Restaurativos fossem vivenciados em todos os espaços das escolas, com horizontalidade nas relações, respeito mútuo, possibilidade de fazer as escolhas e assumir responsabilidade.

3.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DOS PARTICIPANTES DOS CÍRCULOS RESTAURATIVOS

Foram realizadas 23 visitas às residências das pessoas envolvidas em conflitos, o que possibilitou conhecer a realidade das famílias e solicitar autorização dos pai ou responsáveis para participação dos menores por meio da assinatura do TCLE.

Durante as visitas, deparamos com alunos vivendo em condições desumanas, enfrentando inúmeros problemas de natureza socioeconômica e psicossocial, dentre os quais conflitos familiares, baixa renda, pobreza extrema, dificuldade no acesso ou ausência dos serviços públicos básicos, desemprego, analfabetismo, a negligência contra crianças, adolescentes e idosos. O problema considerado como o mais grave foi o fato de adolescentes vivendo em proximidade com drogas.

Primeira visita

Nilton, 14 anos, cursando o 1º do ensino médio. A família é composta pelo pai que trabalha como autônomo realizando serviço de mecânico, ensino médio completo, 49 anos de idade. A mãe é professora graduada em pedagogia, 38 anos, e afirma que o tempo despendido com os filhos é de seis horas diárias. Nilton tem dois irmãos: um com 10 e outro com 13 anos de idade. A mãe informou renda per capita da família: R\$ 460, 00 reais, provenientes dos salários dos pais. Afirma que a família costuma se divertir juntos e, na maioria das vezes, vão ao sítio ou ao parque aquático na cidade de Letícia, na Colômbia.

De acordo com as informações da mãe, o adolescente estuda nessa turma há três anos, e não foi a primeira vez que o aluno é agredido. Afirma que alguns alunos dessa turma começaram a provocar seu filho desde que passou à presidência da turma. Afirma que, em 2011, o filho foi agredido e jogado da escada da escola e ficou com escoriações e hematomas nas pernas. Conta que Marcelo fazia parte do grupo que agrediu seu filho. Relatou que procurou o gestor, contou o que aconteceu com o filho, porém o gestor disse não saber o que

fazer com os adolescentes porque os mesmos não tinham medo de nada, nem mesmo quando eram ameaçados de serem encaminhados ao Conselho Tutelar ou delegacia.

Diante da atitude do gestor, a mãe relata que foi ao Conselho Tutelar do município e, na ocasião, os alunos e seus pais foram chamados. Os conselheiros conversaram com os alunos, ao perceberem que demonstravam hostilidade diante da situação, ameaçaram encaminhar o caso ao Ministério Público. Afirmam que, ao perceber a gravidade do problema, as outras mães se desesperaram e, no momento, os alunos renderam-se prometendo não mais agredir Nilton. Afirmam que depois os adolescentes fizeram as pazes, e o adolescente desabafa: “porém, agora me parece que começou tudo de novo” (Sic).

A pesquisadora informa sobre o projeto e os círculos restaurativos com a possibilidade de o problema do filho ser resolvido com diálogo. Percebe-se que o adolescente já enfrentava problema nessa turma e, até o momento, não havia sido resolvido.

Segunda visita

A visita à residência de Marcelo, 16 anos, cursando o 1º ano do ensino médio, não foi fácil. Foram três tentativas. Nas duas primeiras visitas, a pesquisadora conheceu uma vizinha, esta informou que os pais trabalham e que Marcelo vive na rua. Assim, a noite foi possível conhecer os pais de Marcelo. O bairro que o adolescente reside, compara-se à Cracolândia de São Paulo. Observou que a noite o beco era tomado por usuários de drogas. Marcelo mora nesse beco numa casa de madeira com piso de tábua. As condições do beco são precárias e pouco serviço de infraestrutura. Na casa, reside o pai, 46 anos, analfabeto, madeireiro; a mãe, 39 anos, 5º série do Ensino Fundamental, agricultora e pescadora; o irmão, com 20 anos, é militar do exército.

Após a apresentação, a pesquisadora explica o motivo da visita sobre o projeto que está sendo desenvolvido na escola e inicia o preenchimento da ficha socioeconômica. A mãe informa que a família raramente sai para passeios ou lazer, devido às dificuldades financeiras. Afirmam que trabalha na roça três dias da semana. Nos outros dois, na pesca, o pai passa semanas na mata, extraíndo madeira. Marcelo passa a maior parte do dia sozinho. Quando não está na escola, fica na rua, e os dois não costumam dialogar. A renda per capita da família é de, aproximadamente, R\$ 400,00, proveniente da madeira, da bolsa família e do salário do filho. Vasconcellos (2000), em sua pesquisa com crianças, observou que predominou a queixa da ausência dos pais e da dificuldade de diálogo.

A mãe fala sobre a situação do filho: “esse ano ele está mais comportado porque no ano passado ele fugia da sala de aula e ficava na rua. Eu falo para ele que se ele não estudar vai ser igual o pai dele, vai ter que dá duro para viver. Ele sabe que eu e o pai não tivemos oportunidade de estudar porque quando a gente era adolescente morava no Alto do Javari²” (Sic). Pelo que foi observado, a mãe não tem disponibilidade para cuidar do filho, em função da carga pesada de trabalho fora do lar. O adolescente vive em situação de vulnerabilidade social que o coloca em situação de risco.

Cabe descrever que, nas visitas, observou-se no entorno da casa uma mulher sentada numa ponte fumando um cigarro de maconha e, ao lado, uma criança de aproximadamente três anos de idade. A situação é preocupante, porque é nesse local que Marcelo vive diariamente, onde conforme informação de alguns moradores, é comum o consumo de álcool e drogas tanto por adultos como por crianças e adolescentes. A realidade do local parece um fator negativo não promotor de saúde. Vale ressaltar que, para um município de pequeno porte, ou seja, aqueles com menos de 20 mil habitantes, como no caso desse município, o combate ao consumo de substâncias psicoativas poderia ser mais eficiente do que nas grandes capitais. Porém, não é o que se vê. Conforme o censo demográfico do IBGE, realizado no ano de 2010, o município em questão possui 33.411 mil habitantes, distribuídos em 17 mil na zona urbana e o restante na zona rural. Diante de tal situação, na tentativa de melhor compreender o problema, manteve-se contato com Conselho Tutelar para relatar o problema observado. Porém, os conselheiros relataram o mesmo que os moradores: o uso de droga naquele beco, de forma rotineira. Então, a pesquisadora fez uma proposta aos conselheiros: notificar a delegacia ou Ministério Público para que fosse tomada alguma medida. Observa-se a falta de empoeiramento, não somente da população, mas principalmente do poder público para promover mudanças que poderiam beneficiar a população.

Terceira visita

Tatiana, 16 anos de idade, 1º ano do ensino médio. A família é composta pela mãe, 50 anos, ensino médio completo, professora aposentada; e pelo padrasto, piscicultor, ensino médio incompleto. A mãe informa que Tatiana tem mais dois irmãos: um médico neurocirurgião e dois cursando medicina. A casa é mista: uma parte madeira e outra de

² É um afluente do Rio Solimões e do Rio Amazonas sendo toda a margem direita brasileira e a esquerda peruana, desagua no rio Solimões, junto à cidade de Benjamin Constant. Sua foz possui três braços, formados por duas ilhas, denominadas Islândia e Petrópolis. Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Javari. Acesso dia 24/01/14.

alvenaria, com dois pisos, mais de quatro cômodos, situada em uma rua de difícil acesso devido à falta de asfalto. A mãe informou que quando chove fica muito difícil passar pelo local por causa da lama. O bairro possui energia elétrica, porém sem água encana nem coleta de lixo. A renda per capita da família é de, aproximadamente, R\$ 700,00 reais provenientes da aposentadoria da mãe e da venda de peixe do esposo. A mãe relata que tem cinco filhos - três homens e duas mulheres - sendo que somente os homens são seus filhos biológicos e as meninas foram adotadas. Afirma que adotaram as duas meninas depois de enfrentar muitos problemas com a filha mais velha que, segundo ela, “resolveu virar homossexual” (Sic). Relata que a filha se envolveu com o narcotráfico e passou dois anos presa. Cumprida a pena, cursou faculdade de engenharia e trabalha numa empresa na Colômbia. Afirma que depois dos problemas da filha, expulsou-a de casa. “Eu estava muito revoltada por ela se meter com tráfico e, por essa razão, não fui visitar ela na prisão. Meus problemas de saúde e familiar me fez tomar uma atitude que foi devolver a minha filha do meio. Ela foi adotada quando tinha um ano de idade e quando eu a devolvi ela estava com quinze anos. Hoje eu me arrependo de ter devolvido a menina porque sei que isso a prejudicou e porque eu já sentia afeto por ela e sei que ela também gostava de mim” (Sic).

Em seguida a mãe confirma que tomou a decisão porque teve medo de enfrentar mais problemas e pensou em devolver Tatiana também. Como a menina era muito pequena, não teve coragem. A mãe fala: “Estou pressentindo que vou passar por tudo novamente porque ultimamente Tatiana tem me dado muito trabalho e dor de cabeça. E mais, essa não é a primeira vez que ela se envolve em confusão. Ela já foi acusada de roubar um celular na sala de aula. Quando fiquei sabendo, fui à escola, mas não provaram nada e, para evitar mais confusão, tomei o celular da filha e dei para o adolescente que revê seu celular roubado. Até hoje não sei se fiz a coisa certa” (Sic).

Observa-se que a visita possibilitou que a mãe relatasse outros problemas que a família enfrenta quando diz: “A Tatiana tem de tudo, levo-a para passear, mas mesmo assim ela é muito rebelde e revoltada. Falo as coisas para ela e parece que entra por um ouvido e sai por outro. Depois que soube da confusão, tomei todas as coisas dela e só vou devolver quando ela mostrar que mudou” (Sic).

Percebe-se que essa mãe tem dificuldade para lidar com a adolescente, além de demonstrar autoritarismo quando menciona os problemas com as filhas. A mãe atribui o nervosismo aos problemas de saúde que enfrenta, ao relatar que é professora aposentada por invalidez porque teve traumatismo craniano em decorrência de uma garrafada que levou. Afirma que os problemas de saúde se agravaram depois que uma mulher com deficiência

mental quebrou uma garrafa em sua cabeça. Afirma que não foi a primeira vez que a mulher agrediu alguém. Narra que, em outra ocasião, uma mulher estava na balsa de passageiros com um bebê e sendo surpreendida quando o bebê foi puxado de seus braços pela mulher e jogado no rio. Nesse momento, um homem pulou no rio e pegou a criança que saiu ilesa. Conta que depois do trauma sofre de síndrome do pânico, tem medo de sair de casa, sofre de amnésia e irritação. Afirma que quando está em local com aglomerações fica muito ansiosa e pensa que a qualquer hora alguém irá atacá-la. Por isso evita sair de casa.

Quarta visita

Neide, 17 anos de idade, cursando o 3º ano do ensino médio. A adolescente reside com a mãe, 41 anos, doceira, ensino fundamental incompleto; o pai, 48 anos, ensino fundamental incompleto, padeiro e comerciante; o irmão, 13 anos. A casa é de alvenaria cujo local funciona também a padaria de onde provém o sustento da família. O bairro possui todos os serviços de infraestrutura. A renda per capita da família aproxima-se de R\$ 500,00 reais provenientes da venda de pães, bolos e salgados. A mãe afirma que não é a primeira vez que a filha é vítima de violência. A filha já foi agredida fisicamente por duas vizinhas. Afirma que o caso foi encaminhado ao Poder Judiciário, as agressoras foram condenadas a prestar serviços comunitários e ainda uma quantia em espécie. Observa-se que esse adolescente, como os demais, enfrentam outros problemas de violência, além dos da escola, demonstrando que a violência está também na comunidade.

Quinta visita

Francisca, 20 anos de idade, 3º ano do ensino médio. Aluna reside numa casa de madeira num bairro bem estruturado, juntamente com a mãe, 41 anos, cursando a 5ª série do ensino fundamental no programa de Ensino de Jovens e Adultos - EJA. O pai, 48 anos, ensino fundamental completo, comerciante; e um irmão, 18 anos, ensino médio completo, voluntário numa escola pública. A renda per capita da família é de aproximadamente R\$ 300,00 resultante do comércio e do benefício da bolsa família.

Durante a conversa, o pai relatou sentir-se muito indignado com a escola porque o diretor não informou à família sobre o problema. Afirmou que um sobrinho viu a sua filha brigando na escada da escola e o avisou e logo foi à escola, trouxe a filha para casa e

aconselhou-a afirmar que não sabe o que poderia ter acontecido caso não tivesse ido buscar a filha, pois a mesma estava nervosa.

A mãe informa que a filha sofre de epilepsia e toma remédio controlado e precisa ir à Manaus uma vez por ano para consulta. Afirma que as passagens eram pagas pela prefeitura, mas que desde 2012 não foram mais autorizadas e a família não tem recursos para levar a filha ao médico. Comentam que, em 2013, já foram várias vezes à prefeitura pedir apoio, mas este alega que não há recursos disponíveis. Dona Mara demonstrou preocupação, ao relatar que, ultimamente, sua filha aparenta estar mais agressiva. O pai relata: “Muitas vezes minha filha perde o controle até comigo que sou mãe. Ultimamente as crises convulsivas têm sido frequentes, estamos com dificuldade até para comprar o medicamento porque a receita está desatualizada e as drogarias não querem mais vender o remédio. Por isso, precisamos levar ela logo ao médico” (Sic).

Depois de ouvir o relato da mãe, a pesquisadora orienta que procure o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e solicite intervenção do Serviço Social. Caso o resultado não fosse positivo, que procurassem o Ministério Público. Sabe-se que as prefeituras recebem recursos públicos destinados para custear os tratamentos fora de domicílios – TFD, conforme rege a lei 8.080 do Sistema único de Saúde - SUS. Observe que essa jovem enfrenta problema de saúde e precisa de apoio, mostrando que essa família necessitava de intervenção do Serviço Social para cuidar da saúde da filha.

Ao final, a pesquisadora informa sobre o projeto, conversou com a filha que aceitou participar do círculo e convida os pais para participarem. A mãe afirma que não tem coragem de encarar a mãe de Tatiana, mas o pai gostou da iniciativa e confirmou sua presença.

Sexta visita

Oswaldo, 14 anos, cursando o 1º ano do ensino médio. Essa família é composta pela mãe, 40 anos, cozinheira, funcionária pública, ensino fundamental completo e uma irmã de 05 anos de idade. A mãe afirma que é separada, e o pai paga uma pensão mensal aos filhos. A família mora numa casa mista de madeira e alvenaria, com cinco cômodos, localizada num bairro onde a vulnerabilidade social é visível. A maioria das ruas não são asfaltadas, sem água encanada e sem tratamento. A mãe afirmou que utiliza água da chuva para o uso doméstico, armazenada em uma cisterna. Afirma que trabalha o dia todo e, por isso, passa somente às duas horas do almoço e à noite com os filhos. Afirma que, para completar o orçamento da

família, colocou uma taberna³ onde vende produtos alimentícios como arroz, farinha, açúcar, feijão, bolos e sorvetes preparados durante à noite. Relata que a vida deles é muito difícil e que se preocupa com o futuro dos filhos. A renda per capita da família é de R\$ 300,00.

Sétima visita

Marina, 15 anos, cursando 2º ano do ensino médio. A adolescente convive com a mãe, 46 anos, ensino médio completo; o pai, 68 anos, semianalfabeto, ambos trabalham como autônomos. Marina tem duas irmãs: uma de 19 anos e a outra com 23, ambas cursando o ensino superior. A casa é de madeira, localizada numa rua com muitos buracos, porém com serviços de coleta de lixo, água encanada e tratada. Conforme informações prestadas pela mãe, a renda per capita da família é de R\$ 219,60, somados o salário do esposo, o benefício de R\$ 300,00 reais da bolsa que a filha recebe da Universidade e mais R\$ 120,00 reais do benefício da bolsa família. A mãe relata: “Minha filha conversou comigo sobre a briga que aconteceu na escola. Estou muito triste de saber que o nome da minha filha está envolvido em tudo isso. Eu não tenho queixas da minha filha em relação a brigas na escola. Já recebi queixas de uma professora que reclamou que ela conversa e ri muito em sala. Minha filha sonha em conhecer os Estados Unidos e fala que quer fazer faculdade de medicina veterinária” (Sic).

Observa-se, nesta família, diferentemente das outras, uma atitude amorosa da mãe, sem violência, e reconhecendo o valor da filha, apesar dos problemas. Depois da conversa, a pesquisadora informou sobre o círculo, perguntou se a mãe autorizava a participação da filha e convidou-a para participar. A mãe afirma que gostaria muito de participar porque gostaria de saber por que a moça que escreveu a mensagem colocou o nome da filha, mas que não podia por causa da necessidade de trabalhar.

Oitava visita

Ana, 17 anos, cursando o 3º ano do ensino médio. A aluna mora com a mãe, 40 anos, doméstica, cursou até o 5º série do ensino fundamental. O pai, 57 anos, carpinteiro, semianalfabeto. Dois irmãos: um de 12 anos e outro de 14, ambos cursando o ensino fundamental. A família mora num bairro muito carente onde não existe nenhuma infraestrutura. A casa fica num beco e serve também de taberna onde vendem principalmente

³ Pequeno comércio, que geralmente funciona na própria casa, comum nos pequenos municípios do Amazonas.

bebida alcoólica. A pesquisadora chegou às 09 horas da manhã. Apesar do horário, a pesquisadora observou que havia uns homens bebendo bebidas alcoólicas sentados na calçada da casa. A casa é construída de madeira sobre uma vala por onde passa os dejetos dos demais moradores. De acordo com informações da mãe, a renda per capita da família é de R\$ 315, 00 reais provenientes do Bolsa Família, das vendas de mercadorias da taberna e dos serviços de carpintaria do pai. A mãe relata: “Essa não é a primeira vez que minha filha se envolve em confusão. Ano passado ela brigou com outra aluna depois de esta tê-la xingado. Chegou em casa toda rasgada e ninguém da escola veio me chamar. Só fiquei sabendo por minha filha que me contou e falou que a outra aluna pegou suspensão por três dias. Somente isso. "Olhe, senhora, eu fiquei muito chateada de ver minha filha chegar em casa praticamente nua e eu nem sei quem é a outra aluna, e prefiro nem saber por que não sei o que seria capaz de fazer com ela” (Sic).

O pai afirma: “Eu fiquei surpreso porque essa é a primeira vez que alguém da escola vem aqui em casa. Olhe, nem depois que as meninas brigaram. Isso nunca aconteceu!” (Sic). Percebe-se que as famílias consideram importante a presença da escola e a preocupação de tentar resolver os problemas dos filhos.

Nona visita

Aline, 16 anos, cursando 2º ano do ensino médio. A família é composta pela mãe, 35 anos, ensino médio completo, autônoma, separada. A mãe afirma que trabalha com venda de pães, juntamente com a filha, e vendem nas ruas do bairro, pela manhã. Aline tem dois irmãos: um, de 9 anos, e outro, 6 anos de idade, ambos estudando. A residência da família são dois cômodos anexos à casa que era da avó e foi cedida à filha, localizada num bairro considerado precário, devido à ausência dos serviços de urbanização, entre outros. A renda per capita é de R\$ 286,00 oriunda da venda dos pães e do Bolsa Família. Observou-se que a situação da família é de vulnerabilidade social. A mãe relata:

“A vida da minha família é muito edifício, sofri muito porque minha filha tinha vergonha do meu trabalho, principalmente porque vendo pão num peneiro que levo na cabeça pelas ruas. Mais agora está melhor, depois de muita conversa que tive para tentar mostrar para minha filha que preciso fazer esse trabalho porque é o que eu sei fazer. Afinal, é da venda dos pães que eu tiro o sustento dos filhos. Hoje estou mais feliz porque ela não tem mais vergonha de mim e ainda me ajuda como. Eu acho que ela sofria bullying pelos os alunos por causa do meu trabalho, por isso ela tinha vergonha. Mas graças a Deus ela superou. Agora eu que tenho dó de ver minha filha acordar quatro horas da manhã para me ajudar assar os pães e vender, depois ainda vai para aula. Mais eu não posso fazer nada porque aqui é difícil emprego e na prefeitura eles só dão trabalho para quem é do lado deles” (Sic).

Observa-se que a adolescente vive uma vida de extrema vulnerabilidade social, o que poderá gerar problemas de aprendizagem, já que ela precisa levantar às quatro horas da manhã para ajudar a mãe na venda dos pães. Depois vai para a escola, provavelmente sente sono na sala de aula. Infelizmente, nesse e na maioria dos municípios os adolescentes precisam trabalhar em serviços considerados impróprios para a idade conforme a Lei 8.069/90 Art. 60 do ECA que regulamenta o trabalho para menores. Assegura que o trabalho para menores de idade deve se dar somente em condição de aprendiz, visando o seu desenvolvimento profissional. O que não é o caso dessa adolescente.

Décima visita

Mara, 17 anos, cursando o 3º ano do ensino médio. A adolescente reside com a mãe, 42 anos, técnica de enfermagem; o pai, 34 anos, técnico de enfermagem; e duas irmãs gêmeas com 20 anos de idade, ensino médio completo. A família mora em uma casa de madeira, mais de cinco cômodos, bem estruturada, localizada no centro de cidade. A renda per capita da família é de R\$ 640,00, originária do salário do pai e da mãe.

A pesquisadora informa à mãe que o nome da adolescente apareceu como sendo da pessoa que escreveu e divulgou a mensagem. Explica sobre o projeto e os círculos restaurativos. A mãe afirma que a filha conversou com ela sobre o conflito na escola e negou que havia escrito a mensagem; porém, não acreditava porque, ultimamente, a filha tem mentido muito. A mãe acrescenta: “Há duas semanas ela foi à casa de uma amiga dizendo que iria fazer um trabalho de aula. Horas depois, recebi uma ligação solicitando que comparecesse à delegacia porque minha filha estava lá. Na minha chegada à delegacia, soube que na casa da amiga da dela a Márcia tinha vários adolescentes bebendo e fazendo barulho. Os vizinhos ligaram para a polícia que conduziu todos à delegacia. Perguntei à ela se tinha bebido e negou; porém, não acredito porque ela estava com cheiro de álcool na boca. Por isso, acreditei que poderia ter sido ela mesma que escreveu aquela mensagem e deu um sermão nela e falei que da próxima vez que ela se meter em confusão ela vai apanhar” (Sic).

Observa-se que a mãe fez esse discurso porque já sabia do conflito. Mara expressa o desejo de participar do círculo para saber por que seu nome surgiu no meio do conflito. A pesquisadora pergunta para a mãe se a mesma autoriza a participação da filha e se deseja participar também. A mãe afirma que não será possível porque precisa trabalhar e assina o TCLE para que a filha pudesse participar e se defendesse da acusação. Ao final, a pesquisadora agradece à família e informa a data e horário do círculo.

Décima primeira visita

Márcia, 17 anos, cursando o 3º ano do ensino médio. Adolescente é órfã, a mãe faleceu vítima de um Acidente Vascular Cerebral – (AVC). Os pais já eram separados quando a mãe morreu. A adolescente afirma que mora com o irmão de 21 anos, ensino fundamental incompleto, trabalha como autônomo; a cunhada, 23 anos, ensino médio completo, e um sobrinho, 3 anos de idade. A família reside numa casa de alvenaria, localizada na periferia da cidade. A rua não é asfaltada. A aluna informa que quando chove fica um lamaçal e não tem coleta de lixo. A casa ficou como herança da mãe para os dois filhos. Márcia informa que não depende do irmão e sobrevive com uma pensão de R\$ 600, 00 pago pelo pai, mensalmente. Durante a visita, Márcia relata a seguinte situação:

“Eu sofro muito depois que a mamãe morreu porque sinto falta dela, tenho dificuldade para me concentrar para fazer as tarefas porque me lembro da mamãe toda hora e choro muito. Eu só não parei de estudar porque minhas amigas me aconselharam. Eu tenho problema aqui em casa porque minha cunhada não gosta mim. Eu também não gosto dela porque ela esconde a comida para eu não comer e também porque quando eu faço alguma coisa errada que ela não gosta, ao invés de conversar comigo, ela vai fazer fuxico para o meu irmão. Uma vez meu irmão estava viajando para cuidar do meu pai porque ele fez uma cirurgia da próstata ai ela encheu a cabeça dele de fofoca. Eu e meu irmão brigamos e estamos intrigados até hoje” (Sic).

Percebe-se que os problemas estão sempre no mesmo grupo de adolescentes que enfrentam outros problemas, fora os da escola. Observa-se que a fofoca à qual a aluna se refere é o mesmo caso ao qual a mãe da Mara se referiu anteriormente, quando afirmou que a filha e outros adolescentes foram detidos na delegacia porque estavam bebendo na casa de uma amiga. Márcia também relata o mesmo problema e afirma que se afastou das amigas para evitar confusão com a cunhada. A aluna afirma:

“Eu contei para minha irmã tudo que minha cunhada estava fazendo comigo, ela é casada e mora noutro bairro. Minha irmã foi falar com ela e as duas brigaram e foram parar no Conselho Tutelar, elas assinaram um termo de paz e minha cunhada prometeu mudar. Mais ela mudou só um pouco, e a gente ainda não se fala. A gente briga por causa das minhas amigas, porque ela não gosta quando ela vem passar final de semana comigo. Eu cortei amizade com elas, mais isso foi pior porque quando eu estava com minha amigas, eu quase não lembrava mais da mamãe e agora eu lembro e choro muito. Por isso, quero ir morar em Manaus com minha prima, porque acho que na capital vai ser melhor pra mim, lá tem mais facilidade para cursar a faculdade de odontologia que eu quero é arrumar um trabalho e assim ocupar minha mente” (Sic).

Enquanto a adolescente falava, o irmão chega. A pesquisadora o convida para conversar e pergunta se ele gostaria de falar sobre os problemas que estavam enfrentando. A aluna expõe: “Eu não parei de falar com minha irmã, ela que parou de falar comigo, quando eu tentava falar com ela, ela não respondia, então eu resolvi deixa-la em paz, mas eu gosto dela e sofro muito porque a gente estar vivendo assim” (Sic).

A pesquisadora fala aos irmãos que é possível um entendimento. Afinal, ambos estavam sofrendo a mesma dor, pois os dois perderam a mãe, e que deveriam se ajudar e poder enfrentar o luto. Sugere que tentem reatar os laços. Eles afirmam que conversariam sobre o assunto e, em seguida, se abraçaram. Márcia pergunta à pesquisadora se havia possibilidade de conseguir uma consulta psicológica porque sente que precisa de ajuda, já que estava com dificuldade para se concentrar nos estudos e, por causa disso, suas notas caíram muito. A pesquisadora promete que irá verificar e retornaria com uma resposta. No dia seguinte, a pesquisadora entrou em contato com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e relatou o sofrimento da aluna. A Psicóloga informa que não fazia psicoterapia individual, mas que poderia atender a família e disponibilizaria o atendimento. A pesquisadora retorna à residência da aluna. Ao chegar, percebe que o clima já era outro. Márcia informou que conversou com o irmão, e decidiu não viajar para Manaus. A pesquisadora fala que fica feliz com a notícia e informa o que a psicóloga falou - se eles gostariam de fazer psicoterapia familiar no CRAS. Eles concordaram. Em seguida, a pesquisadora informa ao gestor da escola da necessidade da família. O gestor concorda e, juntos, elaboram o encaminhamento social para acompanhamento psicológico da família no CRAS.

Depois de resolvido o problema, a pesquisadora informa ao irmão sobre o projeto e o convida a participar do círculo.

Décima segunda visita

Dalva, 16 anos, cursando o 3º ano. Essa família é composta pela mãe, 43 anos, técnica de enfermagem, desempregada; o pai, 44 anos, ensino médio completo, funcionário público; o irmão, 14 anos, e a irmã, 24 anos, universitária. A casa é de alvenaria, situada numa rua sem asfalto. A residência, como a maioria, não tem fossa e os dejetos são despejados na vala. A mãe afirma que foram várias vezes à prefeitura pedir a instalação de uma tubulação no igarapé. Segundo a mesma, muitas pessoas já apresentaram malária e dengue, devido ao esgoto a céu aberto. De acordo com informações prestadas pela mãe, a renda per capita da família é de R\$ 260,00 reais.

Décima terceira visita

Débora, 17 anos, cursando o 3º ano do ensino médio, a adolescente reside numa casa de madeira. Por meio da visita, foi possível observar a situação precária da família. A mãe afirma que é separada, ganha um salário mínimo do trabalho. Relata que todos os dias faz uma viagem de 26 km até o local do trabalho. Residem na casa da mãe, 48anos, a cunhada, um neto e o irmão, de 23 anos, universitário. Afirma que o filho ajuda nas despesas com o benefício da bolsa de R\$ 400,00 reais dada pela universidade. De acordo com a mãe, o pai não dá pensão nem ajuda alimentícia. Ela fala: “ele ajuda com a quantia que quer, quando quer e como quer” (Sic). Sobre a filha, a mãe relata: “Minha filha é muito calada, não fala dos problemas que enfrenta na escola comigo. Tento conversar com ela, mas também sou muito tímida e tenho vergonha de conversar com ela e até mesmo de abraçar” (Sic). Além dos problemas relatados pela mãe, observamos que ela aparenta muito sofrimento e tristeza, além de estar muito abaixo do peso. De acordo com as informações, a renda per capita da família é de R\$ 380,00 reais.

Décima quarta visita

Andressa, 16 anos, cursando o 3º ano do ensino médio. A aluna mora com a mãe, 37 anos, professora, ensino superior completo e a irmã de 09 anos de idade. A casa é de alvenaria, localizada num bairro com água encanada e tratada, fornecimento de energia e coleta do lixo. A renda per capita é de aproximadamente R\$ 300,00 reais proveniente do salário de professora e a pensão alimentícia que o pai paga para as filhas. A mãe relata que a filha nunca se envolveu em conflitos e conversou com ela sobre a confusão por causa da mensagem e afirma: “felizmente o problema não abateu minha filha” (Sic).

Décima quinta visita

Kelly, 16 anos, cursando o 3º ano do ensino médio. A adolescente mora num quarto de quitinete com o irmão de 22 anos, universitário, alugado por R\$ 300,00. Afirma que eles sobrevivem com uma renda mensal de R\$ 900,00 reais: R\$ 500,00 que os pais mandam para ajuda nas despesas e R\$ 400,00 da bolsa do PIBID que o irmão recebe. A mãe, 49 anos, professora; o pai, 53 anos, professor. A adolescente informou que os pais são separados. A família mora no município de Tocantins – AM. Durante a conversa à adolescente, a

adolescente pergunta para pesquisadora se poderia de contar algo que lhe aconteceu na escola. A pesquisadora pede que ela fique à vontade. A adolescente relata:

“Eu não gostei do que um professor fez, ele me assediou dentro da sala de aula. Ele me convidou para sair, eu disse que não queria no dia seguinte, quando meu irmão saiu, eu estava só. E o professor chegou me chamando para sair, eu disse que não, ele insistiu, mas como ele viu que eu não ia ceder ele desistiu. Fiquei com medo, mas não teve coragem de falar para meu irmão. Eu pensei em contar tudo para meu irmão mais desistir e resolvi deixar pra lá para evitar confusão” (Sic).

Enquanto a adolescente falava, o irmão chega, ouve a conversa, fica muito nervoso e fala: “o que você está falando mana?! Por que você não me contou isso? Quem é esse professor, que eu vou falar com ele agora! A gente pensa que vocês estão seguras na escola e é isso que acontece! Porque a escola é para oferecer segurança, não é, senhora? Mas não!” (Sic). A pesquisadora pede para o rapaz se acalmar e que não faça nada. O problema pode se resolver com diálogo. O rapaz informa que vai procurar o gestor para pedir providências e acrescenta: “Eu não vou deixar isso barato não! Vou tomar alguma providência mesmo”. (Sic).

A pesquisadora pede mais uma vez para o rapaz se acalmar, promete que também vai falar com o gestor sobre o assunto. Em seguida, informa sobre o projeto que está sendo desenvolvido na escola, sobre os círculos restaurativos e também falar com o gestor sobre o ocorrido.

Na escola, a pesquisadora relata o episódio ao gestor, que informa que não é a primeira vez que a escola recebe queixas daquele professor. Afirma que em 2012 uma mãe denunciou esse mesmo professor por ter assediado a filha. Afirmou não saber como o caso havia sido encerrado e prometeu providências.

Décima sexta visita

Ariana, 16 anos, cursando o 3º ano do ensino médio. Adolescente mora com um irmão, 15 anos, cursando o 8º ano do ensino fundamental; e a avó de 72 anos, analfabeta, aposentada, deficiente visual. A idosa afirma que a doença é decorrente da catarata. A idosa relata que a filha separou-se do pai dos adolescentes e arrumou outro marido. Afirma que a filha se separou do pai dos adolescentes, e o atual marido não quer que os filhos morem com a mãe. Afirma que o genro não gosta que a filha visite os filhos. Em seguida, a idosa pergunta:

“A senhora não pode me ajudar, porque eu quero que ela ajude na alimentação dos filhos dela e nos serviços domésticos, porque eu não enxergo mais e por isso tenho dificuldades para fazer os serviços de casa. Tenho dó dos meus netos porque eles estudam pela manhã, chegam da escola com fome e ainda vão preparar a comida. Quando eu enxergava, meus netos chegavam da escola, a comida já estava pronta, mais agora, até eu passo fome porque tenho que esperar eles voltarem da escola para fazer a comida. Senhora, fale com minha filha para ver se ela pode vim aqui todos os dias fazer pelo menos o almoço dos filhos dela” (Sic).

Nesse momento, a adolescente demonstra muita revolta e fala: “Minha mãe só vai às reuniões da escola para assinar meu boletim porque eu insisto muito. A vovó não tem condições. Afinal ela que precisa de ajuda”. Percebeu-se que a situação dessa família é muito difícil, havendo necessidade de se tomar alguma providência. Então ao sair, a pesquisadora vai ao CRAS, por ser a instituição responsável pela atenção social primária à família em situação de vulnerabilidade social, residente dentro de sua área de abrangência. Informou a situação da família e repassa os dados para a Assistente Social que se compromete a acompanhar o caso. Conforme informações, a renda per capita da família é de R\$ 236,00 reais, vinda da aposentadoria da idosa. Percebe-se que, para a idosa, o problema que mais a preocupava não era o conflito ao qual a neta se envolvera na escola, mas o fato de a filha não assumir suas responsabilidades de mãe.

Décima sétima visita

Ana, 15 anos, cursando o 2º ano do ensino médio, a adolescente mora numa casa construída sobre uma vala que serve de esgoto. Percebe-se que o problema pode comprometer a saúde de todos. O bairro não tem nenhuma infraestrutura. A família é composta pela mãe, 35 anos, ensino fundamental incompleto, auxiliar de serviços; o pai, 36 anos, ensino fundamental incompleto, dois irmãos - um de 10 anos e outro com 17 anos. A renda per capita da família é de R\$ 283, 00 reais proveniente dos salários da mãe e do pai e do benefício do Bolsa Família. Observa-se que essa família não apresentou outros problemas de natureza psicossociais, fora a situação de vulnerabilidade social.

Décima oitava visita

Suely, 14 anos, cursando o 1º ano do ensino médio. Essa família é composta pela mãe de 36 anos, ensino fundamental incompleto, auxiliar de serviços gerais, o pai, 44 anos, 1º ano do ensino fundamental, marítimo, trabalha como ajudante de embarcação. Suely tem cinco

irmãos: uma de 22 anos, ensino fundamental completo, auxiliar de serviços gerais; o irmão, 19 anos, ensino médio completo, militar; um adolescente de 16 anos, cursando o 1º ano do ensino médio; e os irmãos gêmeos de 13 anos, cursando o 6º ano do ensino fundamental; o sobrinho de 3 anos de idade. A renda per capita da família é de R\$ 283,00, proveniente dos salários dos pais, dos irmãos e dos benefícios do Bolsa Família e do Projovem Adolescente⁴.

Depois da apresentação, a pesquisadora explica o motivo da visita, informa sobre o projeto de justiça restaurativa e os procedimentos dos círculos restaurativos. Em seguida, a pesquisadora solicita que fale sobre o problema, e a mãe afirma: “Minha filha não falou nada sobre a confusão na escola, eu tenho dificuldade para conversar com meus filhos porque sou muito tímida. Eu vivo muito triste porque minha outra filha de 22 anos não quer estudar e ainda arrumou um filho” (Sic). A pesquisadora pede que a mãe faça um esforço para estabelecer um diálogo com os filhos porque é importante a realização de um diálogo entre pais e filhos.

Décima nona visita

Fred, 16 anos, cursando 1º do ensino médio. A família é composta pela mãe, 40 anos, ensino fundamental incompleto, trabalha com venda de churrasco e salgados; o pai, 44 anos, ensino fundamental incompleto, pescador; um irmão de 10 anos, estudante; e uma irmã de 22 anos, universitária. A casa é de madeira, próxima a uma vala por onde passa o esgoto com os dejetos. O bairro é precário, a rua não é asfaltada e sem água enganada. Observou que a situação da família é precária. A renda per capita é de R\$ 170,00 reais, oriunda da venda dos peixes, do churrasco, dos salgados, do benefício de R\$ 400,00 reais da bolsa PIBID que a irmã recebe da universidade e de mais R\$ 112,00 reais do benefício do Bolsa Família.

Ao chegar, a pesquisadora se apresenta, explica o motivo da visita, fala sobre o projeto de justiça restaurativa e como se dão os círculos restaurativos. Em seguida, pergunta se a mãe gostaria de falar sobre o conflito envolvendo seu filho. A mãe relata: “Ele me falou sobre o problema da mensagem e avisou que a Assistente Social vinha aqui em casa falar comigo, mas ele não me falou nada sobre o tipo de mensagem que circulava na escola nem do que os primos escreveram nessa mensagem. Ele também sofre bullying na escola, devido à ausência

⁴ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. (MDS, 2005)

de dois dedos da mão e, por causa disso, eu já fui várias vezes na escola, mas não fizeram nada” (Sic).

Percebe-se uma família que enfrenta problemas envolvendo a escola e não tem onde recorrer. Essa mãe demonstrou mais preocupação com o fato de o filho sofrer bullying do que com o conflito no qual estava envolvido, o que reforça a necessidade de programas dentro das escolas que ofereçam espaços, de modo que instituições de ensino e famílias resolvessem os problemas enfrentados pelos alunos no cotidiano.

Vigésima visita

Valdir, 16 anos, cursando o 1º ano do ensino médio. A família é composta pela mãe, 43 anos, dona de casa, 2º ano do ensino fundamental; o pai, 38 anos, autônomo, 4º ano do ensino fundamental; o irmão, 15 anos, 7º ano do ensino fundamental; e um irmão de 26 anos, deficiente auditivo. Renda per capita da família: R\$ 170,00 reais. Mora numa casa de madeira, três cômodos e localizada num bairro muito carente. A mãe afirma que a rua não é asfaltada e que até o momento não tiveram condições de construir um banheiro e, por isso, usufruem de um improvisado sanitário externo, ou seja, um buraco com uma cobertura no quintal da casa. A mãe fala sobre a situação da família: “Aqui é muito difícil. Quando chove, fica só lama, os alunos tem que colocar sacolas de plástico nos pés para poder sair de casa e irem para a escola. Aqui não tem água encanada nem coleta de lixo. Eu aparo água da chuva para beber e fazer comida; ou, então, pego água numa cacimba que fica lá embaixo para fazer a limpeza da casa e lavagem de louça” (Sic).

A pesquisadora explica o motivo da visita e informa os objetivos do projeto da escola, fala da situação vexatória que Valdir está enfrentado, devido à mensagem, e informa que havia conversado com os alunos e todos concordaram a participar do círculo pelo desejo de resolver a situação, relatada pelo primo. Em seguida, pergunta se a mãe gostaria de falar algo sobre a situação do filho em relação ao conflito. A mãe fala: “Ele não me falou nada, e quando o primo dele me contou, fiquei horrorizada de saber o conteúdo da mensagem escrita ao primo. Nunca imaginei que meu filho fosse capaz de fazer uma coisa dessas. Ele é muito estudioso e pensa até em fazer faculdade para ajudar a família. Eu já conversei com ele e aconselhei” (Sic).

Observa-se que essa família é uma das mais necessitadas dentre as demais visitadas. Contudo, é uma família que se demonstra muito afetuosa e com capacidade para resolução dos conflitos de forma adequada. Quando a mãe concluiu sua fala, a pesquisadora elogiou a

maneira que ela conduziu a situação. Em seguida, reforça novamente sobre os objetivos do projeto e da pesquisa, deixa claro para a mãe que havia realizado o pré-círculo com os alunos e todos concordaram com a realização do círculo porque gostariam de conversar sobre a mensagem que circulava na escola e, assim, resolvessem o problema que estava causando constrangimento ao primo. Acrescentou que o adolescente afirmara que estava envergonhado dos colegas que já tinham conhecimento da mensagem.

Vigésima primeira visita

Alex, 15 anos, cursando o 1º ano do ensino médio. A família é composta pela mãe, 47 anos, camareira, 4º ano do ensino fundamental; o pai, pescador, 48 anos, analfabeto; e um irmão de 28 anos, universitário. R\$ 280,00 é a renda per capita da família, proveniente do salário da mãe, da venda do peixe e mais R\$ 300,00 reais do benefício que o irmão recebe da universidade. A família reside em uma casa de madeira, situada num bairro precário cuja rua não é asfaltada, não possui água encanada nem energia elétrica, muito menos coleta de lixo. Sobre a situação do bairro, a mãe fala: “Aqui é muito difícil porque não tem água; eu pego água numa cacimba que tem lá embaixo. Quando chove, aparo água da chuva. Não tem nem energia porque os postes não chegam até aqui; a energia daqui de casa é um gato que a vizinha cede pra gente. Aqui não tem nem rua, e para as crianças irem para a escola, elas precisam passar em cima da ponte improvisada com uma tora de pau que os moradores que construíram. E quando chove, os alunos enfrentam um lamaçal para irem à escola.” (Sic)

Depois da acolhida, a pesquisadora relembra o motivo da visita, explica sobre o projeto que está sendo desenvolvido na escola e sobre os procedimentos dos círculos restaurativos. Em seguida, informa que conversou com os adolescentes e todos afirmaram que gostariam de participar do círculo porque estavam arrependidos de terem feito aquela brincadeira e por perceberem que o primo estava sofrendo as consequências.

Em seguida, pergunta se a mãe gostaria de falar algo sobre o ocorrido. A mãe relata a situação com as seguintes palavras: “Meu filho não é de brigar na escola. Já recebi reclamação dos professores porque ele estava bagunçando na sala de aula. Meu sobrinho me contou o que eles fizeram e eu conversei com ele; pedi para não fazer mais essas coisas porque é feio. Eu fiquei foi com vergonha da mensagem que eles escreveram.” (Sic)

A pesquisadora ouve a mãe e assegura que o problema poderá ser resolvido com instauração do círculo e finalizou a visita reiterando sobre o desenvolvimento do projeto na escola. Observa-se que, nessa família, apesar das dificuldades, a mãe mantém um diálogo com

o filho, além de demonstrar habilidades para lidar com os problemas. Isso é o mais importante para que os adolescentes entendam a gravidade de seus atos.

Vigésima segunda visita

Cesar, 14 anos, cursando o 2º ano do ensino médio. A família é composta pela mãe, 34 anos, professora, especialização completa; a companheira, 25 anos, universitária; e a irmã, 12 anos, estudante. A casa é de madeira, cinco cômodos, situada num bairro com pouca infraestrutura. A renda per capita da família é de R\$ 650,00, proveniente do salário da mãe e da pensão do pai destinada aos filhos.

A pesquisadora inicia a visita informando à mãe sobre o conflito, explica o projeto desenvolvido na escola, descreve os círculos restaurativos, afirma sobre a conversa com Cesar que relatou o ocorrido entre a professora e ele. Em seguida, pergunta se o filho havia falado com a mãe do conflito, se a mesma deseja falar do problema, e a mãe expressa: “Ele me falou que teve um problema com a professora e ela o mandou sair da sala. Ainda bem que a senhora veio aqui porque eu ia mesmo à escola porque quero saber dessa história da maquiagem e, pelo que sei, ele não usa essas coisas. Ele disse que não é verdade. Até porque depois que ele me falou que a professora falou que ia ferrar com ele, eu fiquei com muita raiva da professora, e ia falar com ela porque vi que a coisa é séria mesmo. Não sei se é o fato de ser separada e mais a minha situação conjugal...não, acredito que isso não interfere na vida social e escolar do meu filho. Porque ele respeita minha situação. Eu também respeito e aceito a situação dele desde que ele assumiu” (Sic).

Ao final da conversa, a pesquisadora explica à mãe que o problema poderá ser resolvido no círculo, que irá visitar a professora e convidá-la a participar, afim de que o problema seja solucionado sem que as partes saiam machucadas. Em seguida, convida-a a participar do círculo, a mãe afirma que gostaria de participar para poder conversar com a professora sobre o comportamento do filho, e em seguida afirma: “Eu faço questão de participar, porque quero saber que negócio é esse da professora ficar falando que vai ferrar com a vida do meu filho. Eu não sei por que ela não mandou me chamar, até porque ela me conhece, nós estudamos juntas e, por isso, não entendo porque ela não me chamou, e ainda está ameaçando ele” (Sic). A pesquisadora pede para mãe não se preocupar porque o problema poderá ser resolvido no círculo.

Vigésima terceira visita

A professora, 38 anos, ensino superior completo, casada. A família é composta pelo esposo, 38 anos, autônomo, nível superior completo: dois filhos: uma adolescente de 17 anos, ensino médio completo, e uma criança de 5 anos. A família reside numa casa de madeira, localizada numa avenida principal da cidade. A professora não informou os rendimentos da família. A pesquisadora informa à professora que a pedagoga relatou sobre o problema ocorrido entre a professora e Cesar, que a mesma havia solicitado que o aluno fosse acompanhado, por indisciplina durante a aula. Em seguida, a pesquisadora informa que conversou com o aluno e o mesmo contou sua versão sobre o ocorrido e pergunta se a professora gostaria de falar sobre o assunto. A Professora concorda e afirma: “Eu trabalho há 20 anos como professora e a maior parte foi com adolescentes, e nunca tive problemas até porque eu não gosto de confusão com aluno, mas ele respondeu com malcriação comigo quando pedi que calasse a boca. Essa é a primeira vez que tenho problemas na escola. Graças a Deus, eu vivo bem com minha família” (Sic).

Depois de ouvir a professora, a pesquisadora informa que durante a conversa que teve com aluno, o mesmo afirmou que gostaria de participar do círculo restaurativo porque gostaria de resolver a situação, principalmente porque estava arrependido. Em seguida, pergunta se a professora concorda em participar para juntos tentarem resolver o problema. A professora concorda e fala: “Eu aceito sim, porque quero esclarecer sobre o fuxico que fizeram para ele, de que eu vou ferrar com a vida dele. E espero que a mãe dele participe também porque quero falar com ela sobre o comportamento do filho dela e esclarecer tudo isso” (Sic). Em seguida, a pesquisadora agradece pela atenção e assegura que todos terão oportunidade de esclarecer o mal entendido no círculo.

Por meio das visitas, foi possível concluir que ainda é muito alto o índice de famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social, e que as crianças, adolescentes e os jovens adultos estão expostos a todo tipo de risco entre os quais a violência. Percebe-se que para esses adolescentes existem pouca perspectivas de futuro, devido aos problemas sociais que enfrentam e, sobretudo, a carência de emprego para os pais e os jovens. Este não é um problema isolado, mas está presente em vários municípios brasileiros. De acordo com as disposições das Organizações das Nações Unidas (ONU, 1999), a justiça deve levar em consideração os aspectos legais, judiciais, sociais, econômicos, entre outros, que compõem as bases do respeito das sociedades pela dignidade dos seus membros, e a garantia de segurança social e integridade das pessoas. Para Waiselfisz (2012), a reestruturação da produção

brasileira que vem acontecendo desde o último quartel do século passado vem causando o crescimento contínuo da violência cotidiana configurando como aparência representativa e problemática da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida social.

Iamamoto (2005) relata que a revolução técnico-científica de base acentuou a exclusão social, econômica, política e cultural de homens, jovens, crianças e mulheres das classes subalternas que hoje são alvos da violência institucionalizada. Sendo a exclusão e a pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive aqueles considerados desenvolvidos em relação a outra face de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado.

Freire (2003), por sua vez, considera que a ampliação da reprodução do capital a nível mundial ampliou também a reprodução das relações sociais. Globalizando desta forma, as desigualdades sociais e o surgimento de inúmeros problemas sociais, dentre os quais a violência.

Simionatto (2004), ao estudar os pensamentos de Gramsci, descreve que, para esse autor, a realidade social é viva, criativa e instituída por contradições, mudanças, processos e estruturas. Para Gramsci, as relações sociais envolvem antagonismos e contradições que poderão ser compreendidos a partir de uma reflexão crítica que leve em conta a historicidade do social. Para esse autor, a hegemonia por meio de sua ideologia criou a subalternidade, social, política e cultural de outros grupos. Sposati (2008) conceituou os desamparados ou necessitados como aqueles em condições de fragilidade física associada à econômica e responsabilizando o Estado de suprir as necessidades básicas destes cidadãos.

Para Novelo (2008), há a necessidade de o Estado descentralizar a atenção para o mercado e focar as necessidades básicas das demandas, como liberdade, harmonia, equidade, desenvolvimento social, bem-estar coletivo e uma agenda social que atendam as reais necessidades da população.

A globalização, de acordo com Justamand (2010), assumiu várias roupagens, entre as quais a exclusão social, econômica e cultural, em que os Estados agem como se fossem donos do mundo, sendo que as empresas transnacionais são as privilegiadas com a fatia principal dos benefícios gerados pela sociedade. Do outro lado, o neoliberalismo, ao contrário do que se pregava, ou seja, de oferecer um mundo melhor para a maioria da população mundial, o que vemos hoje é um golpe ordenado em que o cinismo, a corrupção, a exclusão e a precariedade da vida da população carente se fragilizam cada vez mais. O pior de tudo isso, afirma o autor,

é que as reais necessidades dessa população são camufladas, manipuladas e controladas pelo Estado e pela mídia.

Levisky (2000) afirma que a instabilidade social é propulsora da violência estrutural, familiar, social, ética, psicológica, prejudicando as relações humanas, acarretando no acúmulo cada vez maior da violência. Violante (2000) acrescenta que a maioria da população brasileira vive em estado de pobreza, excluída socialmente, produto histórico da produção e distribuição da riqueza, acarretando, assim, o não reconhecimento da cidadania e rejeição social da qual milhares de pessoas são alvos.

Minayo e Ramos (1999) consideram que o problema da violência no Brasil é decorrente de problemas históricos de natureza macroestrutural, configurados com a extrema desigualdade, exclusão social, a exclusão moral, a corrupção e a impunidade. Para as mesmas autoras, qualquer projeto de prevenção da violência deve levar em conta a complexidade histórica desses fenômenos que se expressam também nas relações interpessoais. Para as mesmas autoras, a realização da justiça social implica a satisfação das necessidades humanas fundamentais e uma distribuição equitativa dos recursos materiais. Visando o acesso universal aos serviços essenciais nas áreas da saúde e da educação, a igualdade de oportunidades parte da proteção das pessoas ou dos grupos mais desfavorecidos, e de alguma moderação nas áreas da retribuição, do consumo e do lucro. Minayo (1994) afirma que a violência tem seus indicativos básicos, e qualquer ação para redução desse fenômeno deve ser direcionada ao pleno exercício da democracia e efetivação da justiça social, focando suas causas como a pobreza e a miséria do país.

Vasconcellos (2002) acredita que a violência pode ser cronicamente estimulada por influências nocivas ambientais como o abuso de criança, pobreza, uso abusivo de drogas, entre outros. Assim, a desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas em que o moderno se constrói por meio do “arcaico”. Desta forma, a desigualdade faz com que a questão social hoje apresente tanto marcas do passado quanto as do presente, esta que traz suas múltiplas expressões exigindo ações junto à criança, ao adolescente, ao jovem, aos idosos, à situação de violência contra mulher, entre outras enfrentadas pela sociedade.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgados em 2002, apontaram que 9.500 adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas 97% eram afrodescendentes, 90% não haviam concluído o ensino fundamental, 51% não frequentavam a escola, 66% dos jovens eram de famílias de baixa renda de até dois salários mínimo mensal e 12,7% viviam em famílias que não possuíam qualquer renda mensal. Aginsky e Capitão

(2008) e Ednir (2007) alegam que o poder público deve se organizar com novas ideias e práticas para lidar com a violência, no sentido não somente de reduzir ou eliminar, mas também preveni-la, já que é sabido que os problemas ligados à violência na sociedade e nas escolas têm suas raízes nos componentes social e cultural.

3.2.1 Os problemas socioeconômicos e psicossociais detectados entre as famílias

Durante as visitas, observamos inúmeros problemas de natureza socioeconômica e psicossocial, dentre os quais os conflitos familiares, pobreza, ausência dos serviços públicos básicos ou dificuldades no acesso, desemprego, analfabetismo, negligência contra crianças e adolescentes, entre outros. Segalin e Trzcinski (2006) descrevem que a ausência do Estado, a falta ou ausência de políticas públicas ofereçam um atendimento adequado aos jovens, adolescentes e suas famílias, atendam às necessidades básicas e possibilitem o desenvolvimento biopsicossocial saudável dessa população. Para esses autores, apesar dos avanços nos programas sociais e nacionais de atendimento à infância e adolescência, a ausência dos serviços públicos, principalmente nos pequenos municípios considerados um dos principais motivos para o aprofundamento dos problemas sociais no Brasil, ainda pode ser considerado a questão central. As Organizações das Nações Unidas dispõe que “a negação dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais não constitui apenas uma tragédia pessoal; origina também condições de instabilidade política e social, lançando as sementes da violência e do conflito entre sociedades e nações e no seio das mesmas. O respeito pelos Direitos Humanos e pela dignidade humana constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.” (ONU, 1999, p. 19).

Dentre os inúmeros problemas detectados, acredita-se ser o mais gritante a situação financeira dessas famílias, pois a renda não é suficiente para suprir as necessidades básicas dos filhos, principalmente dos jovens adultos e adolescentes. É considerado por vários estudiosos como sendo a base geradora da violência. Entende-se que a falta de recursos básicos, o analfabetismo, a dificuldade para lidar com as situações do dia a dia constituem em mais uma forma de violência, pois há de se considerar que a maioria das famílias enfrenta dificuldades para promover o desenvolvimento saudável dos filhos.

Sobre o assunto, Avanci et al. (2008) afirmam que a violência praticada contra a população infanto-juvenil alcançou destaque no conjunto da morbimortalidade em diferentes partes do mundo, em decorrência do seu crescimento. Milani (2012) acredita que o Brasil seja reconhecido como um grande provedor de injustiças sociais, disparidades econômicas e

sociais, exclusão social e falta de oportunidades que afeta a maioria da população, resultando em outro tipo de agressão que é a violência estrutural. A autora afirma que os problemas sociais que muitos tentam explicar, como se fossem naturais ou inevitáveis, permanecem no centro de inúmeras formas de violência no Brasil. Levisky (2000, p. 20) destaca que a “sociedade democrática se organiza dentro de certas normas, teoricamente em condições de igualdade para todos. Entretanto, na realidade, as ações podem ser transversalmente opostas com aumento de tensão, desorganização e desrespeito, humilhando o cidadão, gerando intensas frustrações e descargas agressivas, todos servidos de ingredientes para a violência moral e física”.

O descaso com crianças e adolescentes os tornam vulneráveis à aproximação com todos os tipos de doenças, como decorrência das condições de vida precária. Observamos de perto a realidade de vários alunos que vivem em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura, alguns vivendo em condição desumana, expostos à situação que compromete seu crescimento e desenvolvimento saudável.

Um dos principais problemas do município é a falta de emprego. Como foi possível observar na fala de duas mães, ao afirmarem que os postos de trabalho são escassos e os que existem estão limitados aos serviços públicos. Como se isso não fosse o bastante, a remuneração ainda é muito baixa. Além disso, percebe-se que os postos de trabalhos são usurpados pelos gestores para garantia de votos, principalmente para membros de famílias numerosas. Assim, essa escassez de empregos para os pais e os jovens faz que a desigualdade social aumente cada vez mais naquele e em muitos outros municípios do Estado do Amazonas. Pois é sabido que essa não constitui uma prática isolada. De acordo com a (ONU, 1999, P 20) “Os Direitos Humanos são universais e aplicam-se a todos as pessoas sem discriminação. E o respeito pelos direitos do indivíduo tem de ser garantido em todas as ocasiões, independentemente das circunstâncias ou dos sistemas políticos.”.

Durante as visitas, encontramos muitos pais desempregados, alguns trabalhando como autônomo para garantir o sustento da família (pesca, agricultura, madeireira, padeiros/padeiras), no caso da mãe que encontramos, que faz e vende os pães num cesto pelas ruas do bairro, junto com a filha. Observamos que, na maioria das famílias, a renda é muito baixa. Em muitos casos, a única renda fixa era proveniente do benefício do Bolsa Família. Silva (2005) destaca que os adolescentes e os jovens são os mais afetados pela injustiça social. Nessa população é que se expressa os principais problemas sociais, dentre os quais a violência.

Freitas e Ramires (2011) afirmam que os jovens enfrentam grandes desafios na inserção ao mundo do trabalho, e assim ajudam financeiramente a família. Além disso, há o

acesso aos bens disponíveis no mercado, principalmente os tecnológicos (celulares, tablets, notebook, videogames, entre outros), muito visados e valorizados pela juventude. A autora afirma que o emprego vai além da possibilidade de ajudar nas despesas de casa, e de os jovens poderem usufruir da vida social, cultural e lazer. Segalin e Trzcinski (2006) também acreditam que a miséria agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade social dos jovens que se veem tomados pelo desejo de uma roupa de marca, de um calçado de marca, ou mesmo de um boné.

Pode-se concluir que o principal problema das famílias em questão ainda seja a miséria decorrente dos problemas sociais aos quais enfrentam, dentre os quais desempregos que são alarmantes no município. De acordo com dados da ONU (1999), um terço da população total dos países em desenvolvimento, cerca de 1,3 bilhões de pessoas, vivem em condições de absoluta miséria.

No município, como já dito anteriormente, os postos de trabalho são escassos; os serviços públicos - saúde, educação, entre outros - não controlados pelo poder público, funcionam como fábrica de fazer votos. Portanto, há de reforçar a necessidade de reconhecer os problemas políticos, psicossociais e econômicos como vias pelas quais será possível compreender a dimensão dos problemas sociais. (ONU, 1999).

Vale ressaltar que o acesso ao emprego é a principal via pela qual as famílias poderão alcançar sua autonomia e, assim, sair da situação de dependência e, por sua vez, da situação de vulnerabilidade social. Portanto, o desemprego e os demais problemas sociais, no município em questão, são considerados graves, devendo serem encarados como problema de dimensão global para o enfrentamento da violência no Brasil.

4. EXPERIÊNCIAS COM CÍRCULOS RESTAURATIVOS

Nesta seção será descrito as experiências com círculos restaurativos e os conteúdos dos casos mediados por meio de instauração dos círculos, pré-círculos, círculos e pós-círculos. Almeida et. al (2009) destacam que o processo de mediação de conflitos visa à promoção do diálogo entre as partes, a escuta diferenciada dos pontos de vista e razões da outra parte, num ambiente de respeito, levando à conscientização do realismo das próprias exigências. Mesmo que os mediados não cheguem a um acordo, o processo tende a diluir as hostilidades, ao propiciar um modelo padrão de interação cooperativo que pode ser utilizado em outras situações de disputa. Os autores apontam ainda que, no âmbito escolar, a mediação se inscreve como uma ação socioeducativa importante, pois a reflexão produzida em situação de mediação contribui para pensar a discriminação, opressão e exclusão em todas as suas manifestações, colaborando para a formação de sujeitos conscientes, participativos e solidários.

A Justiça Restaurativa, como escreveu Aginsky e Capitão (2010), abre novas possibilidades para a construção de responsabilidade genuína, no seio da experiência de interação com a força coercitiva do Estado. Numa perspectiva de redução de danos, as intervenções buscam minimizar a violência de práticas institucionais e profissionais no seu âmbito de atuação. Esse novo paradigma de justiça, ao invés de competir com os procedimentos usuais, adotados pela justiça convencional, dá a eles um sentido novo, baseado na participação, autonomia e inclusão.

Tabelas 8 – Dados dos participantes dos círculos restaurativos (n=26)

Categorias	Quant.	Gênero		Faixa etária	
		Masculino	Feminino	13 a 15	16 a 17
Alunos	22	08	14	08	13
Professor	01		01		
Pai	01				
Mãe	02				

Fonte: Dados da pesquisa realizada em junho de 2013.

Dos participantes, 43% cursavam o ensino médio. Sendo a maioria (43%) no 3º ano. Os nomes adotados para identificar as vítimas, os ofensores e os pais são todos fictícios para preservar suas identidades. Os encontros foram realizados numa sala, disponibilizada pelo gestor da escola e adequada para os atendimentos. Os círculos ocorreram na seguinte ordem: Primeiro, conhecia-se o conflito e os envolvidos; depois eram instalados os pré-círculos em

que as partes eram chamadas individualmente para relatar sobre o ocorrido; e depois convidados a participar do círculo. Por fim, instaurava-se o círculo.

4.1 PROCESSO RESTAURATIVO 1

O primeiro processo aconteceu no turno matutino com dois alunos, ambos do 1º ano do ensino médio: Nilton com 14 anos e Marcelo com 16 anos.

4.1.1 Pré-círculo 1

A pedagoga passou e viu Nilton fora da sala de aula e pergunta o que aconteceu. O aluno conta o ocorrido. Em seguida, ela o leva à sala de mediação de conflitos. E explica para a facilitadora que o aluno estava no corredor porque a professora o expulsou da sala. A facilitadora recebe o aluno e pergunta se gostaria de relatar o que aconteceu. O aluno relata:

“Foi uma discussão, uma briguinha de nada. A professora estava fazendo uma dinâmica e o Marcelo estava bagunçando e falando. Eu pedi para ele calar a boca porque estávamos na aula e, também, o chamei de idiota. A professora disse que eu estava sendo agressivo, aí eu perguntei, então eu posso sair da sala caso a senhora queira. Ela disse: pode não! você deve. Aí eu sai para evitar ficar mais agressivo.”
(Sic)

Depois da facilitadora ouvir o aluno, pergunta se ele gostaria de participar do círculo restaurativo, explica os procedimentos e fala que poderia convidar Marcelo (ofensor), caso ele se interessasse. O aluno aceita e assina o termo para menores.

4.1.2 Pré-círculo 2

Em seguida, a facilitadora convida Marcelo para conversar e pergunta o que havia acontecido. Marcelo conta a mesma versão de Nilton. A facilitadora, da mesma forma, pergunta se ele gostaria de participar do círculo restaurativo, explica como funciona e informa que Nilton deseja participar porque gostaria de esclarecer a situação. Marcelo aceita e assina o termo para menores. Em seguida, a facilitadora marca o horário do círculo.

4.1.3 Circulo

Os alunos foram recebidos pela facilitadora e convidados a sentar. Em seguida, a facilitadora pede que Nilton (receptor) fale como se sente em função do ocorrido. O aluno fala: “Eu falei para o Marcelo que quando ele estava bagunçando, atrapalhava, principalmente, a aula de matemática porque é difícil aprender matemática com bagunça.” (Sic)

Enquanto Nilton falava, Marcelo o ouvia. Depois foi lhe dada a vez para que falasse como via a situação. O aluno expressa: “Sei que bagunço um pouco dentro de sala, mas não sabia que ele se incomodava tanto com a minha bagunça.” (Sic).

A facilitadora pergunta o que Marcelo pensa sobre o ocorrido, se outros alunos haviam se queixado da bagunça dele. Marcelo responde: “Eu acho que não só ele que se incomoda. Eu reconheço que os demais alunos também se incomodam.” (Sic).

A facilitadora explica que de fato os demais alunos poderiam ter dificuldades para aprender, em razão da bagunça na hora da aula. Em seguida, a facilitadora pergunta o que Marcelo pensa depois de ouvir Nilton. Depois, Marcelo expressa: “eu vou tentar melhorar meu comportamento dentro da sala”. A facilitadora pergunta a Nilton como está se sentindo, e o aluno responde: “eu estou satisfeito com esse encontro porque agora o Marcelo sabe que me incomoda quando ele fica bagunçado.” (Sic).

A facilitadora sugere a Marcelo se poderá conversar e brincar com os colegas no intervalo e, assim, evitar os conflitos com os colegas. Em seguida, pergunta se eles estão dispostos a refazer as pazes. Ambos concordam e cumprimentam-se. Em seguida se abraçam, sorrindo.

Percebe-se que o círculo foi positivo porque o aluno reconhece seu erro. Além disso, os alunos tiveram oportunidade de reatar os laços e ainda evitar futuros conflitos. Gerber et al (2011) afirma que mesmo os círculos restaurativos não resultarem efeitos mais positivos do que se espera, eles têm valor social, e a eficácia dos programas deve ser testado não somente para conhecer os seus efeitos gerais, mas também para as percepções dos infratores sobre o conflito.

4.2 PROCESSO RESTAURATIVO 2

O segundo conflito envolveu 16 alunas. Em destaque, as partes principais são Francisca, 20 anos, cursando o 3º anos do ensino médio e Tatiana 16 anos, cursando o 1º ano do ensino médio. De acordo com o gestor, a confusão iniciou por conta de uma mensagem de

celular que circulava entre os alunos. O conteúdo da mensagem era de difamação envolvendo os nomes das alunas. Afirma que Francisca, ao saber do conteúdo da mensagem e que seu nome constava na lista, ficou indignada e, no intervalo, procurou Tatiana para tirar satisfação. Em seguida, o gestor informa que Francisca ficou sabendo, por outro aluno, que teria sido Tatiana a autora da mensagem e espalhada por ela aos colegas. O gestor narra que a briga começou quando as duas alunas se encontraram na escada da escola e começou uma discussão. Nesse momento, vários alunos incentivavam a briga gritando. Um deles quebrou uma garrafa e tentou colocar nas mãos de Francisca; mas, felizmente, outros alunos impediram.

O gestor afirma que as duas alunas foram à diretoria e contaram o ocorrido pedindo que o mesmo tomasse providências. Afirma que, na hora, resolveu encaminhar o caso à polícia civil e pedir uma investigação para saber quem realmente estaria criando aquele tipo de mensagem. Afirma que redigiu o documento e somente depois que assinou, lembrou-se do projeto de justiça restaurativa e resolveu pedir apoio. Em seguida, passou os nomes das alunas para a facilitadora.

4.2.1 Pré-círculo 1

A facilitadora convida Francisca para conversar sobre o conflito, explica sobre o projeto que está sendo desenvolvido na escola: os círculos restaurativos. Em seguida, a facilitadora pede para Francisca falar do acontecido. A aluna relata: “O meu nome e de algumas alunas da minha turma apareceu numa mensagem de difamação. Eu fiquei com raiva porque eu nem sabia quem era a menina; eu nem falo com ela nem é da minha turma.” (Sic).

A facilitadora pergunta se Francisca já teve algum desentendimento com a acusada e como ficou sabendo que teria sido a aluna que escreveu a mensagem. A aluna responde: “Foi o Osvaldo, um amigo dela, que estuda com ela e me falou. Todas as meninas foram falar com ela, mas quando chegaram lá não falaram nada, mas eu perguntei por que ela tinha feito aquilo e em que classificação eu me encaixo nisso. Ai ela falou, tu se encaixa onde tu quiser.” (Sic).

A facilitadora pergunta se, mesmo depois de conversar com Tatiana, ela continuava certa de que teria sido a aluna que escreveu a mensagem. Ela responde:

“Porque eu perguntei para ela, por que tu colocou meu nome nisso, se eu nem te conheço, não falo nem contigo, a gente mal se vê pelo corredor e tu fica falando besteira. Ai eu falei pra ela que ia bater nela se ela ficasse falando besteira, eu falei isso porque estava com raiva mesmo. E ela negou do início ao fim que não tinha sido ela. Ai o Osvaldo falou não! foi tu sim. Ai ela falou: ‘Ai que vergonha!’. Mas não negou na cara dele. Por isso eu achei que tinha sido ela. Depois ela subiu e foi falar

com o diretor, eu até achei estranho porque ela que fez e ainda foi denunciar para o diretor. O diretor disse que ia encaminhar para a polícia civil, ele me chamou e disse que queria que eu conversasse com a professora, mais eu queria que fosse para a delegacia porque quero descobrir quem mandou essa mensagem.” (Sic).

A facilitadora ouve Francisca. Em seguida, pede que se acalme, que não faça nada contra a aluna e pergunta se ela gostaria de chamar as duas amigas às quais afirmou que os nomes constavam na mensagem. Francisca retorna com as alunas que trouxeram a mensagem e leram para a facilitadora. Após ouvir a facilitadora, esclarece sobre o projeto e reflete sobre as tragédias que têm ocorrido nas escolas. Explica os procedimentos dos círculos restaurativos para mediações dos conflitos. Em seguida, pergunta se as alunas aceitam participar do círculo para resolver o problema. Todas concordam e Francisca fala: “Eu gostaria de participar para saber por que Tatiana fez isso comigo; eu não tenho amizade nem inimizade com ela e não tenho nada contra ela. Quero apenas uma explicação sobre essa mensagem” (Sic).

Em seguida, a facilitadora fala que irá conversar com Tatiana e convidá-la para participar do círculo também. Depois pergunta para as alunas se elas gostariam de falar sobre o caso. Uma responde: “eu estou com muita raiva, se eu pegasse a Tatiana agora quebrava a cara dela”. (Sic)

Tendo em vista a situação de nervosismo que as alunas demonstraram, a facilitadora considera ser pertinente fazer um ou mais pré-círculos com Tatiana. Em seguida, quando as alunas saíram, a facilitadora foi à sala de Tatiana e é informada que a mesma não compareceu à escola porque estava com medo das alunas que ameaçavam agredi-la. À tarde, a facilitadora vai à casa de Tatiana, mas não encontra ninguém. No dia seguinte, a mãe de Tatiana vai à escola para falar com a facilitadora, pois ficou sabendo pela vizinha que a mesma tinha ido a sua casa.

4.2.2 Pré-círculo 2

A mãe de Tatiana chega à escola, a facilitadora convidou-a a entrar e sentar. A facilitadora explica o objetivo do projeto, naquela escola, para resolução dos conflitos, e resumiu as etapas dos círculos restaurativos. Em seguida, pergunta se a mãe ficou sabendo do conflito. A mãe relata o seguinte: “Eu estou sabendo sim e não sei mais o que fazer com aquela menina; olha, senhora, lhe digo uma coisa, se aquela menina tivesse batido na minha filha a coisa ia ser feia. Eu não aguento mais essa menina! Ela me adoce, não sei mais o que fazer.” (Sic).

Depois que a facilitadora ouviu a mãe, pede que fique tranquila porque existe possibilidade de se resolver o problema com a instauração dos círculos restaurativos. Em seguida, informa à mãe que gostaria de convidar sua filha para que ela pudesse expor sua versão sobre o ocorrido. A mãe gosta da ideia e afirma que gostaria de participar junto com a filha. Em seguida, a facilitadora informa que convidará Tatiana para uma conversa e também para participar do círculo, juntamente com Francisca que já confirmara sua presença.

4.2.3 Pré-círculo 3

A facilitadora convida Tatiana para uma conversa, explica os objetivos do projeto sobre justiça restaurativa, como o trabalho está sendo desenvolvido na escola, sobre os círculos restaurativos e os procedimentos adotados para mediar os conflitos. Em seguida, pergunta se a aluna gostaria falar a respeito do fato. Tatiana relata:

“Eu nem sabia que estavam falando que tinha sido eu que escrevi aquela mensagem, só fiquei sabendo quando o Osvaldo me falou. Ai eu não fiquei com medo porque não tinha sido eu. Eu não tinha motivos pra fazer isso porque eu nem conheço aquela menina. Até o nome da minha amiga estava na lista. Eu estou com muita raiva porque minha mãe está me castigando. Eu estou pagando por uma coisa que eu não tenho nada a ver. Eu estou é preocupada com minha mãe porque ela é doente e não pode ficar nervosa por causa da cabeça dela. A doida quebrou uma garrafa na cabeça dela, e ela ficou doente. Não gosto de ver minha mãe assim, por mais que ela não seja minha mãe de verdade, mas eu gosto dela.” (Sic)

Quando Tatiana terminou de falar, a facilitadora informa sobre a conversa com sua mãe e pede a Tatiana não ficar preocupada porque notou a tranquilidade de sua mãe, e espera que o conflito seja resolvido no círculo. Em seguida, informa da conversa com Francisca que aceitou participar do círculo. Depois, pergunta para Tatiana se gostaria de participar do círculo para juntos tentarem resolver a situação. A aluna concorda e afirma que gostaria de participar e poder se defender. Em seguida, diz: “Eu quero sim, porque não quero ser acusada nem castigada por uma coisa que não fiz.” (Sic). Em seguida, informa o dia e horário do círculo conforme acordado com os demais envolvidos.

4.2.4 Pré-círculo 4

Como o nome de Osvaldo foi citado pelas alunas, a facilitadora julgou pertinente convidá-lo para que falasse do conflito. A facilitadora convoca o aluno e explica que ele estava

sendo chamado porque seu nome tinha sido citado como a pessoa que afirmou que Tatiana tinha feito e espalhado aquela mensagem. Em seguida, explica sobre a pesquisa, o desenvolvimento do projeto na escola e os procedimentos dos círculos. Em seguida, pergunta se o aluno gostaria de falar sobre o conflito. O aluno afirma: “Eu nem sabia de nada, só fiquei sabendo dessa mensagem quando vi as meninas reunidas na escada para pegar Tatiana para dar porrada, ai corri até a sala da Tatiana e contei tudo e pedi para ela não sair para merendar. Ela disse que ia porque não tinha nada com isso e que não tinha sido ela quem escreveu a mensagem e por isso não tinha medo e foi. Ai a Francisca a chamou para conversar e começaram discutir e os alunos todos gritando e falando, briga! briga! ...” (Sic)

Quando o aluno terminou de falar, a facilitadora o informa sobre o círculo que será instaurado com os envolvidos naquele conflito para juntos tentarem resolver a situação. Em seguida, pergunta se aceita participar. Depois, a pesquisadora o informa da visita de sua residência para pedir autorização de sua mãe, caso concordasse. Da mesma forma, haverá visita às residências das demais alunas envolvidas no conflito. Osvaldo aceita e fala: “eu acho bom por que quero esclarecer tudo isso”. Depois, a facilitadora informa a data e horário do círculo.

4.2.5 Pré-círculo 5

A facilitadora vai à casa de Francisca e conversa com os pais, informa sobre os objetivos do projeto e os círculos restaurativos que será instaurado na escola. Em seguida, pergunta se a filha comentou sobre o conflito. O pai descreve:

“O diretor está errado, como que ele ia mandar o nome da minha filha para delegacia sem falar com os pais dela? Olha senhora, aqui todo mundo se conhece, ele me conhece, sabe onde moro, sabe que meu filho terminou o ensino médio ano passado lá, e agora é estagiário naquela escola. Nós nunca recebemos uma reclamação dele, e agora o diretor ia fazer isso com minha filha. Se não fosse o meu primo, que é policial ter vindo me pedir para eu ir à escola porque ele passou lá em frente e viu que a Francisca estava envolvida numa discussão e ele não queria vê-la na delegacia. Olhe eu estava com muita raiva mesmo, pensei até em trocar ela de escola, mas o problema é que aqui só tem essa escola de ensino médio, a outra só tem Educação de Jovens e Adultos – EJA.” (Sic)

Depois de ouvir o pai, a facilitadora pede sua tranquilidade, pois o diretor não levaria mais o caso à delegacia. Informa que foi marcado um círculo com todos os alunos envolvidos no conflito na tentativa de resolvê-lo. Em seguida, a facilitadora explica as fases dos círculos para que ele não tenha dúvida. Informa que, no pré-círculo, o ofendido e o ofensor poderão

expressar seus sentimentos e entrar num acordo. Em seguida, informa que a filha aceitou participar e pergunta se os pais gostariam também de participar. O pai fala o seguinte: “Gostei dessa ideia. Isso é muito bom e já era hora da escola fazer isso. Eles deveriam chamar primeiro os pais para falar o que nossos filhos estão fazendo na escola, antes de mandá-los para delegacia. Eu vou participar sim.” (Sic).

Em seguida, a facilitadora reforça que o problema poderá ser resolvido no círculo, agradece pela atenção e disponibilidade do pai de participar do círculo, demonstrando interesse em resolver o problema da filha. Em seguida, pergunta se o mesmo autoriza a participação da filha. Após a assinatura do pai ao TCLE, são informados o dia e o horário da realização do círculo.

4.2.6 Pré-círculo 6

Devido à divulgação da notícia dos pré-círculos na escola, mais onze alunas, com seus nomes também publicados na mensagem, procuraram a facilitadora para saber da possível participação do círculo porque gostariam de saber quem escreveu a mensagem. A facilitadora recebe as alunas que relatam o ocorrido, à medida que expressam seus sentimentos de raiva e de vergonha.

Uma aluna afirmou: “Eu sei que não sou isso que consta na mensagem; mas os outros não, principalmente os homens que podem acreditar, e aí não vão mais respeitar a gente.” (Sic). Outra falou: “Eu quero é quebrar a cara de quem fez essa mensagem que é para aprender não fazer mais isso.” (Sic).

Depois de ouvi-las, a facilitadora explica a pesquisa e o desenvolvimento do projeto na escola. Caso elas concordem em participar dos círculos, os pais ou responsáveis seriam informados e convidados a participarem também. Seria solicitada a autorização deles por elas serem de menores. Em seguida, explica sobre os círculos, pergunta se elas aceitam participar. Todas concordaram e assinaram o Termo de Assentimento Informativo para Menores.

Em seguida, a facilitadora vai à sala do diretor, informa o andamento do caso e o convida a participar do círculo, que havia agendado com os envolvidos. O diretor informa que gostaria, mas não poderá, devido a um compromisso inadiável. No lugar dele, irá a pedagoga. Então, a facilitadora informa data e horário do círculo.

4.2.7 Círculo

A primeira participante a chegar é a mãe de Tatiana. O pai da Francisca informa a impossibilidade da filha participar devido a um trabalho de campo. A facilitadora os convida a sentar. Enquanto os pais aguardam os demais convidados, conversam sobre o conflito e a atitude. Em seguida, as alunas chegaram. A facilitadora trata de acomodar a todos e proteger Tatiana contra possíveis agressões pelas alunas, por aparentarem muita indignação e, assim, acomoda a aluna numa cadeira entre ela e a mãe. A facilitadora explica a ordem das falas. Em seguida, solicita a aluna, sentada a sua direita, a iniciar o relato sobre a sensação, ao saber do seu nome circulado numa mensagem de difamação. A aluna fala: “Eu não estou gostando de saber que meu nome está na lista daquela mensagem e gostaria de saber quem escreveu e por que colocou meu nome.” (Sic).

A pergunta foi repetida para as demais alunas e cada uma falou sobre seus sentimentos. Porém, afirmaram que estava indignada com Tatiana porque sabiam que não era aquilo que a mensagem dizia. Outra aluna falou: “Eu estou com muita raiva e com vontade de bater na Tatiana porque ela não tem prova que a gente é isso que ela está falando, quando a gente leu a mensagem ficamos surpresas porque a gente não a conhece. Por isso a gente queria participar para saber dela porque ela colocou nosso nome naquela mensagem e também perguntar para ela se ela tem prova de tudo que falou.” (Sic). Outra acrescentou: “Eu estou com raiva dela ter falado aquilo de mim, eu estou até com vergonha de sair à rua, porque quem não me conhece vai acreditar, principalmente os homens.” (Sic).

Outra aluna Falou: além de fazer tudo aquilo, ela ainda foi na diretoria falar para o diretor que todo mundo queria bater nela, disse que a Francisca queria brigar com ela, que estava gritando com ela, mas isso não é verdade, porque a gente estava perto e viu tudo. Na verdade, a Francisca só chamou ela para conversar e não estava gritando. Acho que é porque ela fala alto e tem a voz grossa. Mas os alunos que ficaram gritando: Briga! Briga! Neste momento, o policial passou e pediu calma e mandou a Francisca ir pra casa dela.” (Sic). Depois de ouvir as alunas (vítimas), a facilitadora solicita ao pai de Francisca para que fale como se sente em relação ao conflito. Ele relata:

“Primeiro gostaria de parabenizar esse trabalho e pedir desculpas para a mãe da Tatiana pela atitude da minha filha, quero dizer que não apoio a atitude dela, fiquei sabendo da confusão pelo meu primo que é policial e passou na hora da discussão e foi me avisar lá em casa pedindo que fosse buscar minha filha que estava envolvida numa briga e ele não gostaria de vê-la na delegacia. Depois disso vim à escola e levei ela para casa e dei conselhos, falei para ela que não se resolve as coisas desta

forma. Mais fiquei com raiva dela porque ela não procurou o diretor e depois viesse para casa e conversasse. Depois a Assistente Social foi lá em casa e contou o que aconteceu, aí fiquei assustado porque a Francisca não tinha contado que teve até garrafa quebrada. Já imaginou se minha filha tivesse feito algo pior a essa jovem, ela poderia está morta e a Francisca presa essa hora, até porque ela já é maior de idade, eu falei isso pra ela. Então a Assistente Social me falou que ia ter essa reunião, convidou eu e a mãe dela. Eu fiz questão de vim porque quero falar com o diretor sobre esse negócio de mandar minha filha para a delegacia sem antes chamar os pais dela. Também queria pedir desculpas para a mãe da Tatiana e ouvir a versão da filha dela sobre essa acusação que estão fazendo contra ela e saber se foi ela mesma, porque eu e a mãe da Francisca não estamos satisfeitos de saber que o nome da nossa filha está rolando por aí como se ela fosse uma qualquer, e agradeço pela oportunidade de falar sobre os problemas da minha filha dentro da escola. Porque eu sei que os filhos dentro de casa, são um, e fora, são outros, e prometo para a mãe da Tatiana que ela pode ficar despreocupada porque já falei com Francisca, e isso não vai mais acontecer.” (Sic).

Em seguida, a facilitadora pede para Osvaldo se expressar como estava se sentindo depois do envolvimento no conflito e por ter sido citado como o responsável pela confirmação de ter sido Tatiana a autora da mensagem. O aluno relata no pré-círculo: “Eu só fiquei sabendo que a Tatiana estava sendo acusada quando as meninas estavam esperando ela lá embaixo para bater, aí fui correndo avisar ela, mas eu não falei para Francisca que foi a Tatiana que escreveu a mensagem” (Sic).

Em seguida, a facilitadora passa a fala para a mãe e solicita que expresse como se sente, após Tatiana ter se envolvido no conflito. A mãe fala:

“Quero dizer que se minha filha fez isso eu não apoio, eu jamais serei conivente com qualquer erro dela, porque se minha filha fez isso, eu não conheço esse lado dela. Eu estava lá em casa lavando louça quando ligaram pra mim, ainda estou doente até hoje, dizendo que estavam querendo linchar minha filha na escola, eu disse, como? Então querem matar! Eu fiquei nervosa num estado de choque que quase não conseguia vestir minha roupa. Quando cheguei aqui o diretor me falou que falaram para ele que o pivô de tudo isso era o Osvaldo. Eu disse que não acreditava Porque ele não sai lá de casa, é um menino que eu gosto. Então quem tem um amigo desse não precisa de um amigo da onça pra dizer que tem um inimigo. Também não estou afirmando que foi ele, nem que não foi.” (Sic).

Quando a mãe terminou de falar, a facilitadora conta que entende seus sentimentos. Em seguida, pergunta se Tatiana gostaria de falar sobre o que realmente ocorreu e como se sente com a acusação. A aluna fala:

“Primeiro eu quero dizer que eu não cheguei à diretoria e falei que vocês estavam querendo me agredir, eles que perguntaram se ela me agrediu! e eu falei que não, mas se aquilo não fosse gritar, imaginem se ela tivesse gritando! Eu quero dizer pra vocês que não foi eu quem fiz a mensagem. Eu não tenho motivos porque eu não conheço essas meninas, eu não tenho raiva delas. Que motivo eu teria para fazer isso? Eu nem sei por que estão me acusando. Agora eu estou pagando por uma coisa

que não fiz, porque a mamãe já me tomou tudo. Eu não ia fazer uma coisa dessas para depois sofrer. Eu também quero saber quem fez a mensagem.” (Sic).

Terminado o depoimento de Tatiana, a facilitadora passa a vez à pedagoga e pede-lhe que fale como a escola está vendo o problema e como a representante da escola se sente diante da questão. A Pedagoga fala o seguinte:

“Eu estou impressionada porque esse trabalho é muito importante para a escola e para os alunos, porque eu percebi que quando as alunas entraram na sala, estavam muito nervosas, com a certeza da culpa da aluna. Mas, depois que todos falaram elas mudaram de opinião. Eu reconheço que o pai tem toda razão de questionar a atitude da escola quando ia mandar o caso para a delegacia sem antes consultar os pais. Olhe esse ano a escola já esteve envolvida em três casos e isso não é bom nem para a escola nem para os alunos. Quero pedir para vocês não alimentarem mais esse tipo de escândalo.” (Sic)

Em seguida, a facilitadora reflete sobre as possíveis consequências relacionadas às causas que poderiam ter se manifestado de forma indefinida, conforme posicionado pelo pai. Depois, solicita aos alunos que, ao receberem aquele tipo de mensagem, mostrassem ao diretor para que tomasse providências e, então, os conflitos seriam evitados. Afirma que os conflitos podem acarretar resultados graves. Nesse momento, os alunos expressam espanto e dizem: “não, isso não ia acontecer porque a Francisca só queria conversar com ela.” (Sic). A facilitadora explica que somos seres humanos e, na raiva, somos capazes de fazer qualquer maldade. Feita a reflexão, todos concordaram. Em seguida, a facilitadora lembra que, se o caso fosse encaminhado à delegacia, não seriam somente os nomes deles que estariam em jogo; os dos pais também. Nesse momento, uma aluna fala: “Isso é verdade porque a cidade é muito pequena e as pessoas falam assim mesmo.” (Sic).

A facilitadora pede às alunas que se coloquem no lugar de Tatiana, que reflitam um pouco, pois Tatiana pode ser inocente. E se for não culpada, estaria pagando com a punição, aplicada pela mãe, por um crime não cometido. Mas também se fosse verdade, ela poderia ser perdoada. A facilitadora percebe a solidariedade das alunas à ofensora. Tatiana se comove então e contém o choro. Em seguida, a facilitadora lembra às alunas mais uma vez sobre as tragédias ocorridas nas escolas nos últimos anos. Afirma que o objetivo do trabalho é evitar as tragédias na escola.

Em seguida, a facilitadora solicita aos participantes que respondam se estão satisfeitos com a audiência e quais as suas considerações com o desfecho do conflito. A facilitadora solicita a vítima, Tatiana, a fazer suas considerações e diz: “Eu estou satisfeita sim, até porque ninguém tem prova que eu escrevi a mensagem.” (Sic).

Outra aluna falou: “Essas mensagens não começaram esse ano. Desde ano passado, existe esse tipo de mensagem circulando dentro da escola. Por isso, não podemos afirmar que foi ela, até mesmo porque esse é o primeiro ano que ela estuda na escola.” (Sic).

Observe, pela fala da aluna, que sua posição em relação à acusada mudou radicalmente depois de ouvir as falas, inclusive a defesa de Tatiana. Seguem-se as considerações e uma a uma vai tecendo suas considerações. Em seguida, uma aluna afirmou: “primeiro, ninguém quis acusar ela, mas falaram que tinha sido ela.” (Sic). Outra falou: “Eu nem sabia quem era ela, por isso queria saber por que o meu nome estava na lista. Mas agora dá para ver que não foi ela.” (Sic). Outra aluna falou “Eu nem estava mais com raiva dela porque minha amiga acabou de falar para mim que foi a outra moça que escreveu a mensagem.” (Sic). Uma aluna falou o seguinte: “quero pedir para Tatiana tomar juízo e eu não vou dizer que foi nem que não foi ela, mas eu não vou mentir, eu fiquei com muita raiva dela mesmo.” (Sic).

Oswaldo falou: “Eu estou satisfeito porque pude me defender da acusação, mas vou me afastar de algumas amizades, porque assim como vocês não gostaram dos seus nomes envolvidos no conflito, eu também não gostei.” (Sic). Uma aluna falou: “Eu gostei de estar aqui. Isso é muito bom porque, se a gente for deixar de lado, acontecem coisas piores. E esse tipo de mensagem vem acontecendo há muito tempo na escola, e até agora ninguém tinha feito nada.” (Sic). Outra aluna falou: “Eu nem sabia que meu nome estava no meio. Só fiquei sabendo quando aconteceu a discussão, mas achei estranho estarem falando que tinha sido a Tatiana porque ela passou por mim no corredor e nos cumprimentamos normalmente e falamos oi uma para a outra.” (Sic). Após as declarações dos alunos, a facilitadora passa a fala à pedagoga:

“Uma coisa muito importante está acontecendo na escola porque a família está sendo representada pelos dois pais que estão presente aqui. Quero agradecer por eles terem vindo. Eu sei que vocês deixaram seus afazeres para estarem aqui. Quero pedi para Tatiana que mude seu comportamento, que não repasse esse tipo de mensagem. Você sabe que sua mãe é doente. Não fique com raiva da sua mãe nem de Francisca, porque, como todos ouviram, acusaram outra aluna. Quero agradecer mais uma vez os pais e asseguro que, a partir de agora, se alguma coisa acontecer com os filhos de vocês, podem ter certeza que a escola irá informá-los. E vocês não podem esquecer que vocês têm direitos, mas também tem deveres. Então, quando o professor tiver explicando, prestem atenção e guardassem o celular. Quero pedir para vocês que perdoem Tatiana.” (Sic).

Em seguida, a facilitadora passa a vez para o pai e este faz suas considerações, dizendo: “Eu estou satisfeito e gostaria de parabenizar pelo modo como as coisas foram resolvidas. Estava faltando esse tipo de trabalho nas escolas. Quero falar mais uma vez para a mãe da Tatiana ficar sossegada porque minha filha não vai mais procurar confusão com a filha

dela. Eu já conversei muito com minha filha. Falei para ela que as coisas não se resolvem assim. Por isso, as meninas têm pai e mãe para responderem por elas. Eu já pedi para minha filha que, da próxima vez, ela deve falar primeiro comigo ou com a mãe dela, antes de sair batendo nos outros.” (Sic).

Em seguida, a mãe faz suas considerações e agradecimentos, dizendo:

“Eu gostaria de falar para todos que esses fuxicos nunca vão ser descobertos porque ninguém nunca vai chegar na frente e falar: foi fulana! mas eu peço desculpa para vocês, e quero dizer que não vou ficar com raiva de vocês nem inimiga do pai da Francisca, nem da filha dele. Vocês já pararam para pensar se a menina tivesse atingido ela com a garrafa e matado, ela estaria presa. Para vocês verem o tamanho da confusão, só quem não pensa! Eu sou mãe, e sei que tem mãe que diz: o meu filho não faz isso! Depois viram assaltantes e vão para cadeia, esses tipos de coisas, porque nós pais e mães, nós não podemos acreditar friamente nos nossos filhos porque todo mundo mente. Quero pedir para vocês, se tiverem outros problemas esses, procurem a direção da escola, mas não fiquem com briga, isso não leva para lugar nenhum. E se eu tivesse me “destrambelhado”? e pegasse uma arma e fosse atrás de vocês? Eu não ia matar um bocado? Tem os dois lados, o lado bom e o lado ruim, porque nenhuma mãe nenhum pai gostaria de ver um filho esfaqueado, furado de garrafa. Então não se deixem abalar por essas picuinhas, fofuquinhas. Então vocês tem que ter cuidado com essas coisas. Agora eu queria que vocês se colocassem no lugar dela, já pensou se não foi ela que fez! Porque lá em casa está difícil às coisas para ela. Além do mais, ser acusado de uma coisa que não fez, eu não estou aqui defendendo ela, porque ela não é flor que se cheire. Se alguém lhe fizer alguma coisa, chame para sentar e conversar, não só com ela, mais com qualquer um, eu sei que dá raiva quando alguém fala alguma coisa ruim da gente, eu já passei por isso, mas a gente tem que se controlar.” (Sic).

Depois, a facilitadora faz suas considerações, lembrando os objetivos do trabalho, reflete sobre as consequências da violência na escola e como pode ser evitada, e que os alunos fiquem atentos. A pesquisadora pergunta se eles acreditam que na escola deles não pode acontecer uma tragédia também. E acrescenta que uma briga pode aparentar uma simples briga. Porém, se nada for feito, poderá torna-se um grande problema para a família, para escola e para os alunos. Fala sobre a importância de a escola ser um local tranquilo, que ofereça segurança para todos, onde a comunidade escolar possa viver em paz. Em seguida, pergunta se acreditam na inocência de Tatiana, se estão dispostos a perdoá-la ou, quem sabe, até mesmo se possível, pedir desculpas. Em seguida, as alunas começam a pedir desculpas para Tatiana e muitas dão as mãos e/ou abraçam-na. Nesse momento, uma fala: “Eu não quero pedir desculpas porque eu não tinha acusado ela. Só soube que tinha sido ela, mas eu não estava mais com raiva dela, até porque depois que ela falou, deu para perceber que ela não tinha feito aquilo.” (Sic).

Por fim, a facilitadora agradece a presença de todos, principalmente aos pais e sugere que todos se cumprimentem. Depois do momento de confraternização, a facilitadora encerrou

o círculo, considerado proveitoso. Primeiro, houve participação ativa dos pais e demais envolvidos; segundo, porque as alunas saíram com o sentimento oposto em relação à acusada. “A paz enquanto valor autônomo, e não apenas a ausência de um conflito organizado, constitui um valor adicional. Terá de ser promovida e defendida, com o objetivo último de alcançar a harmonia das pessoas consigo próprias, com os outros e com o seu meio” (ONU, 1999).

Wormer (2008) afirma que a justiça restaurativa tem várias vantagens porque o método baseia-se na resolução dos conflitos em vez de processos baseados nos problemas. Além disso, dá voz às pessoas marginalizadas, e se concentra na cura e reconciliação, além de oferecer um novo caminho pelo qual o trabalho social pode restabelecer seu papel histórico dentro da justiça criminal. Realmente, os círculos, quando bem conduzidos, possibilita resolver os conflitos sem que haja vitimização.

Em relação ao conflito em questão, observou-se que as vítimas iniciaram o círculo agitadas e aparentando muita raiva em relação à ofensora. Porém, ao final, aparentavam um sentimento de alívio, sendo que a maioria demonstrou-se sensibilizada com a ofensora. Donaldson (2009) descreve que, geralmente, a resolução de conflitos apresenta-se de forma positiva, quando tratados com as experiências restaurativas, incluindo a redução da raiva e medo, o aumento da paz e a redução de rancor que a vítima mantinha para com o agressor.

O estudo de Joo, Kim e Gerber (2011) corroboram com esse estudo. Os autores colheram dados com uma amostra de 249 menores; destes, 49,8% atendidos pelo tribunal comum; e 50,2% que foram atendidos pelos círculos restaurativos. Os menores responderam uma escala do tipo Likert: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo, 3 = não concordo, 4 = concordo e 5 = concordo totalmente. Dentre os infratores, (44,6%) ladrões juvenis; (34,5%) infratores juvenis; e os ofensores mais violentos, que somaram (20,9%). O objetivo do estudo era de avaliar as percepções de futuros crimes e ofensas e sentimentos de arrependimentos. Para tanto, os jovens respondiam as seguintes questões: o círculo/tribunal ajudou ou impediu de transgredir a lei no futuro? possibilitou-o reembolsar do dano causado? permitiu você pagar a sociedade o dano causado? você se arrepende de ter colocado outras pessoas em risco, resultado de sua ofensa? Os autores consideram que houve uma percepção positiva para a prevenção de futuros crimes. 43,5% dos entrevistados que participaram dos círculos restaurativos afirmou que o processo pode evitar futuras ofensas, contra 38,4% dos atendidos pelo tribunal comum. 36% que participaram do círculo restaurativo disse que o processo possibilitou-os reparar o dano causado à vítima e a sociedade, contra 20% dos da norma judicial. Ao final, os autores concluíram que os ofensores atendidos nos Círculos

Restaurativos demonstraram mais sentimento de arrependimento que os ofensores atendidos nos processos de justiça comum.

Wormer (2008) afirma que a justiça restaurativa tem suas vantagens como trabalho social porque lida com a resolução do conflito, considerado não somente a vítima e ofensores, estendendo-se também para comunidade, por meio de uma metodologia que dá vez e voz, baseada na resolução e reconciliação não somente no problema.

Donaldson (2009) afirma que a justiça restaurativa possibilita momentos para que experiências emocionais, vivenciadas entre os indivíduos, sejam compartilhadas. Afirma que os rituais de interação dos círculos cria maior solidariedade social entre os indivíduos, proporcionando às vítimas a autoconfiança e abrandamento da raiva, em relação ao ofensor. Desta forma, a justiça deve levar em consideração os aspectos legais, judiciais, sociais, econômicos e outros, que constituem as bases do respeito das sociedades, pela dignidade dos seus membros, além da garantia da segurança e integridade das pessoas.

4.3 PROCESSO RESTAURATIVO 3

O conflito envolveu uma mensagem pornográfica que circulava na escola. A pedagoga tomou conhecimento do conteúdo da mensagem e encaminhou os alunos para facilitadora e aponta como ofensores: Valdir, 16 anos; Alex, 15 anos; e a vítima Fernando, 16 anos. A mensagem descrevia uma cena em que o ofendido supostamente teria praticado sexo oral e feito uma dança sensual.

4.3.1 Pré-círculo 1

A facilitadora convida os alunos para conversar. No início, eles demonstram preocupação e explicam o ocorrido. Alex falou: “a senhora chamou a gente por causa da mensagem, né? Olhe, não foi nada, a gente só estava brincando.” (Sic). Valdir acrescentou:

“Quando a gente fez à mensagem a gente estava fazendo um trabalho na casa do Fernando e começamos bagunçar uns com os outros. Primeiro nós chamamos o Alex de pantera. Depois, a gente resolveu escrever a mensagem para bagunçar com Fernando. Ele é meu primo e estava junto, e até deu a ideia do que a gente deveria escrever. Depois que nos trocamos a mensagem entre a gente, tivemos a ideia de enviar para nossos amigos. Mas depois eles passaram para os amigos deles e espalhou no colégio. Mas o Fernando nem ligou.” (Sic).

Quando os alunos concluíram, a facilitadora acrescenta que gostaria de instaurar o círculo para conversar com todos, inclusive Fernando. Em seguida, explica sobre o projeto e os círculos restaurativos. Depois, pergunta se aceitam. Eles concordam e afirmam que sim, porque sabiam que Fernando não estava com raiva deles. Em seguida, a facilitadora informa a necessidade de visita à casa deles para fazer o estudo socioeconômico da família, e também pedir autorização dos pais para que eles pudessem participar do círculo. Eles ficaram muito preocupados com a situação. Porém, a facilitadora garante que tudo sairá bem para todos. Esclarecida a situação, eles concordaram a realização da visita. Depois, a facilitadora informa que chamará Fernando para falar do conflito e convidá-lo ao círculo e, seguidamente, marca a data do círculo.

4.3.2 Pré-círculo 2

A facilitadora chama Fernando para conversar sobre o conflito e lhe pede que relate o fato. O aluno descreve o conflito conforme os dois alunos. Em seguida, a facilitadora informa que conversou com os alunos e os convidou a participarem do círculo restaurativo, juntamente com Fernando, para esclarecer o ocorrido. Fernando afirma que não tinha problema algum em participar porque não estava com raiva dos alunos e acrescenta: “Nós somos primos, e eu estava junto na hora da elaboração da mensagem, eu até ajudei. Mas agora que estamos aqui, eu quero resolver porque estou com vergonha porque todo mundo está lendo a mensagem e parece que estão acreditando que eu fiz aquilo.” (Sic).

Quando o aluno terminou de falar, a facilitadora explica sobre o projeto, como se daria o círculo e pergunta novamente se ele gostaria mesmo de participar. O aluno concorda. Em seguida, a facilitadora o informa do dever de visitar sua família para fazer o estudo socioeconômico e pedir autorização dos pais para que ele participasse do círculo, por ser menor de idade. O aluno também demonstra preocupação com o fato da visita, apesar da explicação da facilitadora não ser prejudicial a ele, e assegurou que tudo sairia bem. Assim, ele se sente seguro, autoriza a visita e assina o Termo de Assentimento para menores, inclusive os mesmos procedimentos para os demais. Em seguida, a facilitadora informa o horário do círculo.

4.3.3 Círculo

Os alunos chegaram à sala de mediação de conflitos, receberam os cumprimentos da facilitadora e pediu que se acomodassem. Em seguida, a facilitadora pergunta para Fernando (receptor) como estava se sentindo em relação ao ocorrido. Ele respondeu:

“Eu não senti nada porque não tenho nada a ver com isso, nada daquilo é verdade e eu sei que foi só uma bagunça eu nem estou com raiva deles. Eu só queria que a senhora fosse à sala porque tem um monte de alunos que tem a mensagem no celular e estão enviando para os amigos deles, eu estou com vergonha porque quando eu passo eles ficam rindo. Eu não quero que espalhe mais, eu quero que eles apaguem.” (Sic).

Quando o aluno terminou sua fala, a facilitadora os aconselhou a não fazer mais aquele tipo de brincadeira porque poderiam se envolver em confusões maiores. Segue-se o prosseguimento com os conselhos: vocês já pararam para pensar se a brincadeira fosse com outro aluno? E se ele não gostasse? E se os pais desse aluno levassem vocês e seus pais para a justiça? Já pensaram também no caso de os pais de vocês fossem condenados a indenizar esse aluno? E mais: se o pai desse aluno resolvesse pegar uma arma e vir à escola matar vocês? Conclui-se, assim, na reflexão com os alunos sobre as consequências de uma simples brincadeira. Nesse momento, Fernando fala: “Isso não tem nada a ver porque era só o meu nome, não da escola.” (Sic). A facilitadora informa os alunos que, a partir do momento da circulação da mensagem dentro da escola, o gestor deve tomar providências já que a escola é também envolvida. Em seguida, a facilitadora pede aos alunos que pensem nas pessoas que não os conhecem, principalmente o Fernando, pois as pessoas podem acreditar naquilo que diz na mensagem. "Vocês concordam comigo?" - diz a facilitadora.

A facilitadora percebe que os alunos refletem sobre o que foi falado. Em seguida, Fernando acrescenta: “Por isso eu quero que os alunos apaguem aquela mensagem.” (Sic). Quando o aluno terminou de falar, a facilitadora prossegue, provocando mais uma reflexão, interrogando: Vocês entendem que foi somente uma brincadeira? Mas o problema tomou tamanha proporção, inclusive causando uma situação vexatória e sofrimento para Fernando, acarretando graves consequências. Em seguida, solicita que reflitam sobre o problema. Nesse momento, Fernando fala: “Mais isso não tem nada a ver, porque é só o meu nome, não o nome da escola.” (Sic). Com a retomada, a facilitadora mostra que, a partir do momento da circulação da mensagem dentro da escola, e entre os alunos, inclusive, menores de idade, o problema já envolvia a escola, sendo necessárias, portanto, as providências adotadas pela escola. Novamente, a facilitadora sugere aos alunos que pensem nas pessoas que leram a

mensagem, na situação da escola e nas consequências que uma “simples” brincadeira poderia causar. Acrescenta, ponderadamente, certas atitudes, vistas por muitos como uma simples brincadeira, mas que podem resultar em consequências graves. Os alunos demonstram pensativos, permanecendo calados. Em seguida, a facilitadora sugere passar nas turmas para explicar aos demais alunos sobre a brincadeira que resultou naquela mensagem. Os alunos concordaram.

Nas salas, a facilitadora explica aos alunos o surgimento da mensagem, informa a situação vexatória e o constrangimento que Fernando enfrentara. Os alunos, de forma tranquila, se prontificaram a apagar a mensagem de seus celulares. A facilitadora pede aos alunos, se caso recebessem mensagens de igual teor, que não repassem para evitar novos problemas. Hennem (2011) afirma: “A filosofia restauradora é, de certa forma, um instrumental de proteção da comunidade, permitindo operar com o problema da violência, dando aos indivíduos os direitos e os meios de comunicação, sendo mais uma estratégia de adaptação. A iniciativa é um movimento positivo em direção a responder a ofensa de forma que atenda às preocupações das vítimas e cidadãos de modo muito real.” (P.11).

Desta forma, há de se reconhecer que a técnica restaurativa, adotada no enfrentamento do conflito em questão, apresentou-se de maneira positiva para a criação de estratégias na resolução do problema, para que a vítima tivesse suas necessidades atendidas. Para Gerber et al (2011), a justiça restaurativa torna-se uma alternativa apropriada para os construções de novos métodos para resolução dos conflitos principalmente dentro dos tribunais de menores, devido a sua eficácia nos programas de resolução de conflitos e da redução de reincidências do crime.

De fato, os programas que trabalham com resolução de conflito, com uso das técnicas restaurativas, vêm demonstrando eficácia em vários países, conforme estudos realizados. Por exemplo, o estudo de Hennem, intitulado *Society How Circles of Support and Accountability Work Restoratively in the Risk Experiences in Reconciling Risk Management and Restorative Justice* Realizado no Canadá em 2011. Neste sentido, Fukamachi (2012) são reconhecidas as ações em parcerias com a Justiça e instituições educacionais para resolução dos conflitos para fortalecimento comunitário e aprofundamento da cidadania, fortalecidas com a criação da resolução n° 125 do Conselho Nacional de Justiça que estabelece criação dos Centros.

Vale ressaltar que a justiça brasileira vem investindo em melhorias no acesso à justiça e efetividade na resolução dos conflitos. Prova disso é a aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de lei n° 8.046/2010 cuja proposta regula a mediação e a conciliação de conflitos.

4.4 PROCESSO RESTAURATIVO 4

O quarto caso envolveu um aluno e uma professora. Foi um caso cheio de contradição. Tudo começou quando a pedagoga procurou a facilitadora, trazendo um papel com o nome de um aluno que, segundo a mesma, recebeu de uma professora reclamando a respeito do comportamento de um aluno. A Pedagoga explica que a professora solicitou intervenções pedagógicas, pela ação indisciplinar do aluno, após a docente ter pedido a ele que guardasse a maquiagem, usada dentro de sala.

4.4.1 Pré-círculo 1

Depois de ouvir a Pedagoga, a facilitadora convida o aluno para uma conversa sobre o conflito. Na sala, a facilitadora esclarece o motivo da convocação, explica o projeto que está sendo desenvolvido na escola e os procedimentos dos círculos restaurativos. Em seguida, solicita que o adolescente relate o ocorrido. O aluno narra o fato com as seguintes palavras: “Quando a senhora me chamou, desconfiei que fosse pelo problema que tive com a Professora.” (Sic).

A facilitadora pergunta ao aluno o motivo de ele ter pensado isso. O aluno responde: “Porque já tinha visto a placa nessa sala e perguntei para minha amiga para que servia aquela sala, ela falou que era para atender os alunos que brigavam.” (Sic). A facilitadora retorna para o conflito e pergunta se o adolescente pode relatar o que realmente aconteceu. O aluno relata:

“Bem eu estava conversando com minha amiga sobre nosso trabalho e estava em pé, mas não era só eu que estava em pé tinha um grupo que estava em pé e rindo, mas ela só chamou minha atenção. Fiquei com raiva dela por isso, porque ela não falou com os outros que estavam fazendo mais bagunça que eu! Ai quando ela gritou comigo, dizendo: ‘Cesar! Da pra você calar essa boca? Eu estou na sala, você não está vendo?’ Ai eu falei, ixi professora! Não precisa gritar, ai ela falou: ‘Pode sair da sala!’ Então eu fui para o refeitório. Ai um rapaz que esta estagiando na escola me viu e falou: ‘ei cara te cuida porque eu vi a professora na coordenação entregando um papel com teu nome para a Pedagoga e quando ela saiu, ela falou que tu vai se ferrar com ela porque ela não vai deixar aquilo barato.’ Ai eu fiquei preocupado porque os ex-alunos dela falam que ela gosta de perseguir os alunos, mas eu só fiz aquilo porque não gosto dela, ela é muito estressada, chega na sala estressada e desconta nos alunos, não sei por que, mas acho que é porque ela está grávida, por isso já até me arrependi do que fiz.” (Sic).

Em seguida, a facilitadora pergunta ao aluno se gostaria de participar do círculo restaurativo com a professora para esclarecer o problema e quem sabe resolver a situação de forma favorável. O aluno concorda e fala: “Eu gostaria sim, porque não quero ser perseguido

por ela e também estou arrependido de ter feito aquilo.” (Sic). Depois, a facilitadora esclarece os procedimentos dos círculos restaurativos e informa que chamará a professora para o relato da sua versão a respeito do conflito. Então, será convidada a participar do círculo. Explica ao aluno que precisará visitar sua residência para fazer o estudo socioeconômico e pedir a sua mãe para autorizá-lo a participar, inclusive ela. O aluno concorda e assina o Termo de Assentimento Informativo para Menores.

4.4.2 Pré-círculo 2

A facilitadora visita à residência do aluno e conversa com a mãe que é professora também. Explica sobre o projeto de justiça restaurativa que está sendo desenvolvido na escola e também sobre os círculos e pré-círculos, e informa o motivo da visita e que Cesar gostaria de participar junto com a professora. Em seguida, pergunta se a mãe está sabendo do conflito. A mãe confirma e acrescenta:

“Estou muito chateada com a professora e com a escola porque a professora me conhece, nós estudamos juntas no ensino médio e ela sabe que eu também sou professora. Mais não entendo porque ela não me chamou para conversar sobre os problemas do meu filho. Eu gostaria de participar dessa reunião porque não aceito que a professora fique ameaçando meu filho. Eu sei que o Cesar conversa muito, mas isso não é motivo para ela expulsar meu filho da sala e ainda ficar ameaçando. E quero participar para esclarecer essa história da maquiagem porque eu nunca soube que meu filho usa maquiagem. Eu já sei da orientação sexual do meu filho e dou todo apoio até porque eu também vivo com minha companheira e meus dois filhos sem problema. Depois que ele me falou sobre o problema com a professora, eu conversei com ele e depois dei uma surra nele, pois ele sabe que eu não aceito essas reclamações, eu conversei muito com Cesar sobre indisciplina na escola e em casa.” (Sic).

Quando a mãe terminou de falar, a facilitadora informa que tanto a relação dela com o filho poderia ser discutido no círculo, assim como a relação da professora com a escola e informa que seu filho e a professora aceitaram participar do círculo. A mãe responde: “Gostaria muito, pois quero falar com a professora sobre esse negócio dela ficar ameaçando meu filho.” (Sic).

4.4.3 Pré-círculo 3

A facilitadora procura a professora na escola e é informada que a mesma não havia comparecido ao trabalho por causa da licença médica. Quando a professora retorna, a

facilitadora a convida para uma conversa na sala de mediação e informa que havia recebido da coordenação um papel com o nome do aluno para que fosse acompanhado, por ter agido com indisciplina com a mesma. Em seguida, informa que conversou com Cesar que relatou o ocorrido e demonstrou-se disposto a participar do círculo porque gostaria de resolver o problema. Em seguida, a facilitadora explica a ela sobre o projeto de justiça restaurativa que estava sendo desenvolvido na escola e pergunta se a professora gostaria de participar do círculo. Informou também que a mãe do aluno foi convidada e aceitou participar. Esclarece que, no círculo, todos poderão conversar abertamente sobre o problema, e quem sabe chegar numa resolução. A professora concorda e acrescenta: “Será muito bom porque já estou sabendo que falaram para o Cesar que eu disse que ia ferrar com ele. E também já sei quem falou para ele” (Sic).

Então, a facilitadora pergunta para professora como ela soube da fofoca, e ele responde: “Porque quando falei que ele pensava que aquilo iria ficar assim, mais não ia, e que eu ia conversar com ele. Tinha uma pessoa perto. Por isso quero participar para esclarecer essa situação, será ótimo até porque gostaria mesmo de falar com a mãe dele, pois o Cesar já vem me dando trabalho desde início do ano.” (Sic).

Quando a professora conclui, a facilitadora a agradeceu por ter concordado em participar do círculo e assegura a possibilidade de se resolver aquela situação da melhor forma adequada. Em seguida, informa à professora que a pedagoga irá participar do círculo e pergunta se terá algum problema. Ela concorda e afirma que é melhor assim. Depois recebe a data do círculo que foi combinada com Cesar e a mãe.

O círculo não aconteceu na data prevista pela ocorrência de uma tragédia. Um adolescente, aluno da escola, faleceu, vítima de traumatismo craniano, causado por um acidente de moto. Por esse motivo, não houve aula porque os alunos foram liberados para comparecerem ao velório. O círculo foi remarcado para outra data com a aprovação de todos os envolvidos.

4.4.4 Círculo

O círculo inicia na data e hora, conforme acordado, entre Cesar, a mãe, a professora e a Pedagoga. Depois de todos se acomodarem, a facilitadora explica como se dará a ordem das falas, informando que primeiro falaria o aluno; em seguida, a professora; na sequência, a mãe; e, por último, a pedagoga. Quando terminasse aquela rodada, iniciar-se-ia novamente na

mesma ordem. Em seguida, a facilitadora pergunta a Cesar se gostaria de relatar o que aconteceu e também a sensação disso tudo, depois do ocorrido. Cesar fala:

“Eu só falei ixi, porque fiquei com muita raiva dela, ela só gritou comigo, todas as vezes que estamos conversando ela só sabe gritar falando meu nome e também não era só eu que estava conversando, tinha vários alunos em pé e conversando, mas ela só falou comigo. Também não gostei dela falar na coordenação sobre maquiagem, isso é mentira porque eu nunca levei nem usei maquiagem na sala. Eu fiquei com tanta raiva dela ter falado isso, que até falei para mamãe que gostaria de processá-la. Eu não gostei também dela ficar falando na sala dos professores que ‘ia ferrar comigo’, e quero pedir para ela não fazer nada com o rapaz que me falou, porque ele não tem culpa da nossa briga. Quero falar para ela, que não é só eu que acho ela estressada, mas muitos alunos também, eu achava que era porque ela está grávida, mas o mesmo rapaz que me falou que ela disse que ia ferrar comigo, disse que ela sempre foi assim, que ele já estudou com ela, que ela gosta mesmo de perseguir os alunos que respondem para ela, mas eu não tenho medo porque eu sei que estou errado, mas também sei que não era só eu que estava conversando. Quero dizer para ela que eu não gosto dela por causa do jeito que ela tratar a gente na sala.” (Sic).

Enquanto Cesar falava, todos ouviam atentamente. A professora, por várias vezes, faz sinal de negação sobre o relato do aluno que estava falando a seu respeito. A facilitadora propõe que a professora anote o que deseja rebater e aguarde sua vez de falar. Ela concorda. Quando Cesar concluiu sua fala, a facilitadora passa a fala para a professora:

“Primeiro quero dizer que não é de hoje que o Cesar me dá trabalho, é desde início do ano, e eu venho deixando, antes ele sentava no fundo e agora migrou mais para o centro da sala com um grupinho e simplesmente me ignora, eu estou lá na frente e para ele eu nem estou ali e isso me irrita e todos aqueles do grupinho são alunos impulsivos. Naquele dia ele chegou depois que eu enteava na sala, e todo mundo estava conversando eu esperei uns cinco minutos, depois falei, gente eu estou aqui, depois falei Cesar, por favor! toda vez é isso! Ai você falou ixi professora! Eu me chateei pela forma que você me tratou, fiquei mais chateada ainda porque você me ignorou na frente de todo mundo. Por isso mandei você sair da sala e me esperar que depois falava com você, mas quando eu te procurei não te encontrei. Ai a pedagoga pediu que eu tivesse paciência porque você poderia está passando por um momento muito delicado, ai eu falei, não! Mas isso não vai ficar assim, eu vou falar com ele sim! Ai o rapaz ouviu e falou: professora ele está no refeitório, ai eu falei pera ai! Eu vou dar um jeito nele, não se preocupe não! Depois percorri toda a escola procurando você e não te encontrei. Se eu fosse outra professora eu tinha feito pior para não perder o controle da turma, até porque quando você fez isso, todos os alunos olharam para mim, foi uma situação bem constrangedora mesmo. Eu quero dizer que nem por um momento eu cheguei com ignorância com nenhum aluno em sala de aula, eu nunca cheguei estressada em sala de aula. Eu só me estresso quando vou olhar os cadernos e eles não fizeram a tarefa. Eu não sou de deixar as coisas para depois nem de envolver a família, eu gosto de resolver as coisas do meu jeito e na escola, acho que não era para isso está acontecendo porque eu ia falar com ele naquele mesmo dia, o problema é que ele não me esperou. Olha! Eu sei o que é adolescente porque eu trabalho há dezoito anos como professora e tenho experiência, eu sei que essa fase é complicada, já peguei meninos considerados problemáticos e que hoje estão trabalhando e quando me veem me cumprimentam. Eu não sou certa, sei que tenho meus defeitos, mais eu sou assim, sou rígida mesmo porque se não a gente não consegue, e eles se acham os donos da razão e que sempre estão certos. Gostaria de falar nem sabia que ele era seu filho, que só fiquei sabendo depois que entrei na sala e vi você aqui, até porque eu trato todo mundo igual, para mim não tem isso, de um melhor que o outro só porque é filho de fulano ou sicrano,

para mim não tem rico nem pobre, todo mundo é igual. Sobre a maquiagem, eu nunca falei que ele estava se maquiando, eu anotei no papel o nome dele e disse que ele faltou com disciplina comigo.” (Sic).

Quando a professora terminou de falar, a facilitadora pergunta à pedagoga se gostaria de esclarecer melhor o problema da maquiagem, surgida no conflito, já que a informação parecia não condizer com os relatos. Em seguida, a facilitadora relembra a Pedagoga como recebeu o caso. E fala:

“Você (Pedagoga) foi até a sala de mediação de conflitos enquanto eu conversava com o Osvaldo durante o Pré-círculo do caso 2, e falou que gostaria de conversar comigo sobre o Osvaldo porque uma professora solicitou que o aluno fosse acompanhado porque faltou com indisciplina durante a aula quando a professora pediu que ele guardasse a maquiagem. Você lembra também que Osvaldo lhe interrompeu e falou: ‘Eu Professora? Acho que tem alguma coisa errada porque eu não tive nenhum problema de maquiagem com professora’. Em seguida, você (Pedagoga) solicitou um minuto para ir à sua sala pegar o papel e conferir o nome do aluno. Quando você (pedagoga) retornou, pediu desculpas para Osvaldo, porque estava enganada e não era mesmo o nome de Osvaldo e afirmou que o nome anotado no bilhete era do Cesar. Depois você (Pedagoga) me entregou o papel” (Sic).

Quando a facilitadora concluiu, a pedagoga fala: “Foi mesmo! Mas o problema da maquiagem não era com Osvaldo nem com Cesar, e sim com outro aluno e nós já conversamos com ele e foi resolvido.” (Sic). Em seguida, a Pedagoga pede desculpas a todos, principalmente ao Cesar, pelo equívoco.

Em seguida, a facilitadora passa a fala para a mãe de Cesar:

“Não entendi por que falaram para a professora ter paciência com a situação do meu filho, porque a gente vive bem, apesar da minha separação com o pai dele. Aliás, já faz três anos e mesmo assim não acredito que esteja surgindo efeito na vida deles. E também não acho que o motivo seja de eu conviver com minha companheira, até porque eu converso muito com ele e a irmã dele. Meu filho sabe da minha situação e eu sei e aceito e respeito à situação dele. Acho que isso é a fase da adolescência mesmo. Essa não é a primeira vez que recebo reclamação dele. Uma professora já tinha me falado que ele conversa muito. Já conversei com ele sobre isso, e mais, quando chegarmos em casa vou conversar novamente com ele. Perguntei para ele porque ele tinha sido expulso, ele disse que foi porque estava em pé conversando com a amiga. Olha eu sei que muitas vezes os filhos não falam a verdade, mas no caso dele não, ele falou o que tinha feito. Ele já apanhou por causa disso porque ele sabe que tem que respeitar as pessoas e os pais. Eu acho que do jeito que ele faz lá em casa, assim ele quer fazer na escola. Realmente professora, eu fiquei chateada porque isso não deixa de ser um problema e a escola deveria ter chamado os pais. Quanto à questão da maquiagem, eu falei poxa meu filho! Será que você está fazendo isso, eu vou lá na escola, aí ele falou: mãe não é verdade. E também eu não gostei porque ele falou que o colega dele passou na sala dos professores e ouviu você falando que ia ferrar com meu filho. Foi aí que eu percebi que o negócio era mais sério e que não era só a questão da maquiagem. Mais eu também sei que o temperamento dele é muito forte. Eu sempre falo pra ele que a gente não resolve as coisas assim. Eles estão comigo, eu sou a mãe e o pai. Ele sabe que eu sou de conversar, não sou de ir deixando as coisas passar, falo para ele que tem que respeitar os professores. Os professores na reunião falaram muito bem dele, mas eu acredito que ele conversa mesmo, e você (professora) pode separar ele do grupo. Olha meu filho! Não foi fácil para seu pai e Eu estudarmos, nós sofremos muito e passamos dificuldades. E mais, eu

dei uma surra nele, mas já estou arrependida, na hora fiquei com o coração nas mãos, mas tem que ser assim, se não...” (Sic).

Quando a mãe termina, a facilitadora se direciona a Cesar e pergunta como o aluno se sente depois de ouvir as falas, se estava satisfeito e o que poderia considerar sobre o relato da professora. Cesar fala: “Eu estou satisfeito sim, até porque eu sei que estou errado por ter respondido para professora, principalmente porque ela está grávida. Eu prometo que vou mudar, vou me separar do grupo e vou conversar com meus amigos só no intervalo e fora da escola. Mas eu quero pedir pra professora mais uma vez que não faça nada com meu amigo. Quero pedir desculpas para mamãe por ela ter que vim aqui por minha causa, porque ela poderia está fazendo o almoço para ir trabalhar; mas não, está aqui” (Sic). Em seguida, a facilitadora faz as mesmas perguntas para professora que responde:

“Eu estou satisfeítíssima, primeiro porque ficou esclarecido sobre a maquiagem, segundo porque a mãe dele veio e eu tive a oportunidade de esclarecer o que realmente aconteceu porque as pessoas escutam uma coisa e falam outra, mas eu falei para aquele rapaz que ele não tinha nada que falar o que ouviu e muito menos aumentar porque ele falou coisas que eu nem tinha falado. Estou muito feliz porque Cesar e a mãe dele não estão com raiva de mim porque eu dou aula desde meus vinte anos e nunca tive problemas com alunos e nem com os pais, procuro sempre resolver meus problemas com os alunos sem precisar incomodar os pais porque eu sei que a gente tem muito que fazer em casa. Ela poderia estar mesmo em casa fazendo as coisas dela, não está aqui por causa de você, mas foi bom porque eu também nem sabia que ele era filho dela, a gente se conhece há tanto tempo, até estudamos juntas. Eu prometo que vou tentar ser mais paciente, porque não sou estressada como ele falou, só me estresso quando eles não fazem a tarefa do caderno. E quero que ele me desculpe se eu falei alto com ele e dizer para ele que também me magoou quando falou daquele jeito comigo na frente dos alunos. Mas eu quero dizer que já passou e que pra mim está tudo bem.” (Sic).

A facilitadora refaz as mesmas perguntas para a mãe e pede que faça suas considerações. A mãe fala:

“Estou satisfeita sim porque cheguei aqui muito chateada com a professora por causa da história da maquiagem, mas já foi esclarecido e também porque eles não estão magoados. Mas quero pedir para a professora, quando meu filho fizer algo de errado, que ela me informe para que eu venha conversar com ela e em casa falo com ele. Quero pedir para o Cesar parar de conversar na sala e prestar atenção na aula porque como a professora falou, ele a ignora. Eu sei como ela se sente porque também sou professora. Por isso meu filho, não faça mais isso. Você não me falou que tinha falado assim com ela, você só falou que estava conversando. Quero pedir desculpas para a professora e dizer que não é por falta de conversas porque eu converso com ele todos os dias. É isso, e agradecer porque eu gostei mesmo da gente poder conversar assim. Quero pedir também para a pedagoga me chamar se ele fizer alguma coisa errada e também para ela não ficar falando que ele está passando por uma situação difícil porque isso não é verdade, porque eu, e minha companheira e meus filhos vivemos bem, pelo menos eu não percebo nada de errado.” (Sic).

Quando a mãe conclui sua falar, volta-se para o filho e fala: “Meu filho, me responda uma coisa... minha situação de vida..., você entende o que estou falando, né?” O filho confirma, então ela continua: “A minha situação te incomoda?” Você sofre por causa disso? Ele responde: “Não! Eu nem ligo para nada disso.” (Sic). Em seguida, a facilitadora faz as mesmas perguntas à pedagoga que fala: “Quero me desculpar mais uma vez com Cesar e a professora, pelo equívoco, e dizer que a professora é muito dedicada e organizada. Sobre o que ela falou da fofoca de prejudicar o aluno, quero dizer que estamos todos juntos. E se for preciso, esse problema poderá ser resolvido de outra maneira.” (Sic).

Em seguida, a facilitadora pergunta para Cesar e a professora como eles estavam se sentindo e se estavam dispostos a se perdoarem para que pudessem sair do círculo, sem mágoas. Em seguida, a professora e o aluno levantam-se e estendem as mãos, se abraçaram, pedindo desculpas. Em seguida, a facilitadora sugere que todos se cumprimentem. Em seguida, a facilitadora pergunta se todos reconhecem que o conflito ficou esclarecido. Todos concordam. Depois, agradeceu a presença de todos e encerrou o círculo.

Neste caso, por mais que possamos observar que tanto a vítima como o ofensor e as mães demonstraram irritabilidade entre si devido ao conflito. Pode-se observar também uma atitude agressiva da mãe para com o filho, além de uma postura autoritária da professora com seus alunos. Porém, pode-se considerar que houve, de todas as partes, um desejo genuíno de lidar com a situação de maneira positiva. Os conflitos são inevitáveis entre as relações humanas. Porém, seu enfrentamento pode ser de forma pacífica ou violenta, construtivas ou destrutivas. (ONU, 1999).

Desta forma, pode-se considerar que, no conflito em questão, a instauração dos pré-círculos e do círculo restaurativo possibilitou para que o aluno desabafasse seus sentimentos de raiva contra a professora. Já a professora teve a oportunidade de saber como Cesar e os demais alunos concebiam seu comportamento em sala de aula. Joo et al (2011) afirmam que os trabalhos com justiça restaurativa são projetados para reparar os danos entre infrator, vítima e comunidade. Esses programas proporcionam um ambiente em que os infratores podem ser reintegrados em suas comunidades, e vítimas podem voltar para suas vidas diárias, sem medo, tendo como objetivo final criar uma comunidade mais coesa. Realmente, no conflito entre Cesar e a professora, o aluno iniciou o círculo com preocupação e medo, por saber que a professora teria o ameaçado. Todavia, ao final, o caso ficou esclarecido entre vítima e ofensor.

4.4.5 Pós-Círculos

Quinze dias depois de encerrados os círculos, os principais envolvidos foram convidados para uma conversa, e a maioria disse que, até aquele momento, estava tudo bem, exceto para Osvaldo, que relatou, durante a visita, a mentira da mãe. Ele também mentiu em relação à convivência dele com a mãe e sobre sua orientação sexual, porque a mãe o obrigou. Segundo ele, a mãe não aceita que ele seja gay, por isso o maltrata, o prende, bate em sua cara e o coloca para trabalhar na taberna para que não tenha tempo de ir para rua e arrumar namorado. O aluno afirmou que a mãe o ameaça de todas as formas, caso ela descubra que ele esteja andando com homens.

Acredita-se que o fator que devem ser considerados nas relações conflituosas, nos casos mediados nesse estudo, sejam os problemas sociais que a maioria das famílias enfrentam a ausência dos pais, a falta de apoio pedagógico em casa, já que a grande maioria dos pais são semianalfabetos, a desproteção da maioria dos adolescentes tanto por parte da família quanto do Estado e o bullying presente em três dos casos mediados nesse estudo. Acredita-se que esses fatores, provavelmente, estejam interferindo nas relações de conflitos entre os adolescentes.

Hannem (2011) acredita que, para viver uma vida bem sucedida, os jovens e os adolescentes necessitam de uma variedade de atividades e iniciativas para atraí-los para a vida na comunidade, além do atendimento às suas necessidades básicas - lazer, educação, oferecimento de prática esportiva, aconselhamento quanto ao namoro e ajuda quanto à profissionalização (nível superior) e demais aspirações. Sobre o assunto, Zehr (2008) chama atenção quando fala das necessidades dos ofensores como uma responsabilidade social. Em outras palavras, o Estado deve atender as necessidades que os indivíduos por si só não conseguem suprir. Portanto, diz o autor, a identificação e atendimento das necessidades básicas do ofensor é o elemento chave. Diz ainda que o crime gera também uma obrigação para a Comunidade e/ou Estado.

Segalin e Trzcinski (2006) afirmam que as políticas sociais no Brasil, principalmente aquelas direcionadas às crianças, adolescentes e jovens, mobilizam debates, assembleias e conferências públicas em que o foco central visa tão somente os problemas com as drogas, da prostituição, do ato infracional, da gravidez precoce, entre outros, mas com pouca reflexão sobre suas procedências e, assim, propor ações preventivas e planejamento de políticas públicas que assegurem à prosperidade infanto-juvenil, um cenário feliz e saudável a partir da intervenção na origem destas mazelas sociais.

Nesse estudo, a maioria dos conflitos mediados originou-se em decorrência do bullying que esteve presente em dois dos casos praticados por meio de mensagens via celular, uma nova forma de praticar o bullying em que os ofensores escreviam os insultos e textos pornográficos. Em seguida, encaminhavam para suas vítimas e amigos, expondo as primeiras situações vexatórias dentro e fora da escola. Para Marriel et al. (2006), o bullying é uma forma de violência considerada sutil de menor visibilidade, porém muito praticada dentro das escolas. Acreditam que os adolescentes que sofrem bullying na maioria das vezes apresentam dificuldades para se defender perante às situações agressivas, o que pode colaborar para a evasão escolar.

Dados do estudo desenvolvido por essas mesmas autoras revelaram que (34,2%) dos adolescentes com sentimento depreciativo eram provenientes da humilhação, de brincadeiras, da discriminação entre amigos ou até mesmo das opiniões negativas dos educadores. Campos e Jorge (2010) apontam que, nesses casos, as vítimas dificilmente pedem ajuda e, geralmente, sentem dificuldades ou quase impossibilitados de reagir aos ataques, ou mesmo de conversar com alguém sobre o problema. É comum terem poucos amigos, baixo desempenho escolar, medo ou falta de vontade de ir à escola, chegando, por isso, a simular doenças. Trocam de colégio com frequência ou abandonam os estudos, havendo casos de jovens que chegam a desenvolver extrema depressão e/ou incapacidade para aprender. Ednir (2007), por sua vez, destaca que a saída da escola constitui o primeiro passo para o jovem se tornar um infrator, e a volta para a escola é o primeiro passo no caminho da recuperação de um infrator. Quanto menos violentas forem as escolas e comunidades, menos jovens serão autores e receptores de atos violentos. A violência na escola conduz à diminuição da aprendizagem e ao abandono dos estudos, principalmente por parte dos jovens.

Outros fatores geradores da violência na escola são a homofobia e autoritarismo. Ao iniciar o projeto na escola, a facilitadora recebeu um grupo de cinco alunos querendo conversar a respeito de um problema que ocorria na escola. Segundo o grupo, quando o aluno vai ao banheiro, muitos deles já chegaram a ser até agredidos por um segurança que não aceita que os mesmos circulem pelos corredores. Afirmam que já cogitaram atacar o segurança e quebrar-lhe a cabeça. Em outra ocasião uma professora também procurou a facilitadora na sala de mediação de conflitos e falou que esse mesmo segurança não ameaçava somente os alunos mas também os professores que são ameaçados e xingados quando passam do horário de entrar em sala. E acrescentou que ninguém fazia nada em relação ao problema. Foi colocada a possibilidade de instauração de círculos restaurativos para solucionar o problema. Porém, tanto os alunos como a professora concordaram, por temerem represarias. Em relação ao ódio que os

alunos demonstraram sentir do segurança, a facilitadora solicita que os alunos não cometam nenhuma agressão contra o segurança e informa que levará o problema para o conhecimento do gestor e que fossem adotadas as providências cabíveis e, assim, evitar futuras tragédias na escola. Os alunos concordam, prometem não cometer nenhuma besteira e solicitam que a facilitadora não mencione seus nomes. A facilitadora garante que as informações ficarão em sigilo. E assim o fez.

Para Milani (2004, p. 8) “a desconstrução da violência exige o envolvimento dos sujeitos, das instituições e da sociedade em suas multidimensionalidades, física, mental, emocional, ética, espiritual, econômica, jurídica, política entre outra”. A autora afirma que o sistema educacional tem uma responsabilidade especial nesse processo. Diante da questão, ratifica-se que as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes, entre outros problemas de natureza socioeconômica, política e psicossociais, caracterizam-se como os principais fatores detectados nas relações conflituosas.

Joo et al (2011) afirmam que a justiça restaurativa contribui para a redução da reincidência do crime e ainda ameniza os efeitos do ódio da vítima sobre os infratores. De acordo com o conflito e a maneira de solucioná-lo, os autores afirmam que pode ser criado um clima emocional diferente, sendo a base para a legalidade da intervenção nos processos judiciais ou círculos restaurativos.

Por outro lado, há de considerar que as famílias, embora estivessem presentes nos círculos, demonstraram, além da capacidade de compreensão, uma maneira extremamente rígida e violenta de tratar os filhos, principalmente no caso das mães. Não se satisfaziam em estarem presentes e olhar o filho de uma forma mais compreensiva, mas parecia não suportar a tarefa da educação, atacando os filhos de forma pública. Hennem (2011) considera que a justiça restaurativa pode ser adotada como uma técnica que trabalha para incluir e reintegrar o ofensor na comunidade e, de outra forma, esse indivíduo seria muito estigmatizado. O autor afirma que o modelo pode ser adotado como uma estratégia de gestão de risco e proteção comunitária.

Para Wormer (2008) a escola seja adequada para o modelo restaurativo, no sentido de orientar e possibilitar espaços de discursão entre vítima e infrator, reparação e integração na comunidade, enfatizar que as necessidades e as verdades das vítimas e ofensores são ditas pela suas próprias vozes, ou seja, estabelece-se a comunicação direta. E ainda possibilita ao ofensor a responsabilização e reparação do dano causado à vítima. Fukamachi (2012) considera que a realização dos processos restaurativos possibilita refletir e discutir a proposta dos elementos estruturais que molduram os fenômenos do campo grupal. Além disso, é

importante que o facilitador esteja apto a identificar e discriminar os recursos do grupo para alcançar os objetivos propostos na tarefa, ou seja, a resolução dos conflitos e reestabelecimento harmonioso dos relacionamentos afetados.

Zehr (2002) concorda que a justiça restaurativa pode não ser um modelo puro, visto como ideal, podendo ser praticado em qualquer comunidade, mas pode ser um meio de aprendizagem com práticas que surgiram de novas ideias e que, certamente, possibilitará o aparecimento de novas práticas por meio dos diálogos possibilitados entres os envolvidos em conflitos.

Desta forma, considera-se que seja imprescindível a proteção dos adolescentes, principalmente no espaço escolar para que não sejam humilhados em público como foi observado na maioria dos casos mediados neste estudo. Assim, acredita-se que programas com os círculos restaurativos, dentro das escolas, sejam relevantes para se trabalhar com os conflitos entre os adolescentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivos: 1) avaliar a percepção de segurança de alunos e servidores de uma escola pública do estado do Amazonas e conhecer os tipos de violência com as quais se confrontam; 2) identificar e descrever o perfil socioeconômico das famílias dos participantes dos círculos restaurativos; e 3) descrever as experiências dos círculos restaurativos.

Em relação à percepção de segurança na escola, a maioria dos participantes afirmou que se sentem seguros. Porém, um índice a considerar respondeu se sentirem inseguros. Quanto aos tipos de violência sofrida na escola, conclui-se, a partir dos resultados da escala sobre violência na escola, que é alto o índice de pessoas que nunca sofreram nenhum tipo de violência e um índice relevante que respondeu já ter passado por situações que os intimidaram. Além de outras formas de violência sofrida, tanto na escola quanto na comunidade, sendo a maioria humilhação, furtos de objetos pessoais danificados. Portanto, este número não pode ser desprezado, demonstrando a importância de implementação de políticas públicas eficientes que possam combater e impedir ainda mais seu agravamento. Presume-se que a ausência do Estado, em referência a políticas públicas e, principalmente, a segurança nas escolas, favorece a prática de crimes como o tráfico de entorpecentes, não somente nos arredores da escola, mas também no seu interior.

Prevenir esse e outros tipos de violência nas escolas é combater também a evasão escolar que acredita-se ser um problema grave porque os alunos, principalmente os adolescentes, que em muitos casos evadem da escola por não saberem lidar com a violência sofrida, dentre as quais a psicológica que, nesse caso, se manifesta em forma de bullying.

Em relação à análise estatística dos valores médios, mostraram-se resultados significativos e de média magnitude, evidenciando a existência de violência nos diversos contextos estudados, sendo a maior média para os arredores da escola. Em relação aos coeficientes de correlação de Pearson, entre as variáveis, observou-se correlação positiva, mas moderada entre as variáveis. Assim, acredita-se que, apesar de os resultados serem significativos e moderados, a violência na escola estudada, pode estar relacionada às variadas formas de violência, sofrida na comunidade e vice-versa.

Quanto ao perfil socioeconômico, detectaram-se inúmeros problemas de natureza socioeconômica e psicossocial, dentre os quais, os conflitos familiares intensos, baixa renda, pobreza, ausência dos serviços públicos básicos ou dificuldades no acesso, o desemprego, analfabetismo, negligência contra crianças e adolescentes. Este contexto no qual as necessidades

básicas não são atendidas é um campo fértil para a violência, e a tendência é de se agravar esse círculo caso nada seja feito.

A vulnerabilidade social das familiares em questão não é diferente das demais em outros municípios brasileiros. Isso porque a nova forma de produção e distribuição desigual da riqueza e a expressão capitalista refletem em todas as partes com aprofundamento cada vez mais dos problemas sociais, entre os quais a violência que coloca em risco crianças, adolescentes e, principalmente, os jovens. Demonstra-se, desta forma, a necessidade de uma maior atenção dos órgãos públicos e da sociedade para as condições de vida em que estão inseridas estas pessoas, na busca de romper o ciclo de violência tanto dentro quanto fora das escolas públicas. Desta forma, as políticas sociais devem direcionar-se para minimizar a vulnerabilidade desta população. É preciso olhar as necessidades humanas de forma mais abrangente, contemplando aspectos físicos, sociais e psicológicos.

Quanto às experiências com os círculos restaurativos, foram mediados quatro conflitos e instaurados os pré-círculos e os círculos. Sendo dois em decorrência do bullying praticado por meio de mensagens de celular, uma desavença entre dois alunos e um desentendimento entre professor e aluno. Todos os casos tiveram resultados satisfatórios, mostrando que, com a realização dos círculos restaurativos, é possível oferecer serviços de qualidade à comunidade escolar, com espaço de fala e escuta para que se possa refletir e encontrar novas formas de resolução dos conflitos. Cabe ressaltar que esse não é o objetivo dos círculos restaurativos e sim uma ferramenta com a qual se pode lidar com as situações de conflitos em curso que, apesar do êxito, não tem o poder de mudar a estrutura social. Apesar do seu valor, o básico para atender as necessidades humanas de uma parte das amostras deste estudo continua não sendo oferecido.

Vale reforçar a necessidade de a instituição escolar passar a ser um espaço multidisciplinar, com profissionais capacitados para que, desta forma, seja oferecida uma educação voltada não apenas para o pedagógico, mas também o oferecimento de serviços humanizados, visando à formação de cidadãos. Que esses profissionais, além de humanizar o trabalho pedagógico, possam contribuir com o trabalho dos professores para que, juntos, possam solucionar os inúmeros problemas que as escolas públicas enfrentam, entre estes a violência, o bullying e, principalmente, amenizar os problemas sociais e os conflitos que muitas famílias enfrentam.

Espera-se que esses profissionais dentro das escolas possam colaborar no processo de ensino aprendizagem dos indivíduos, possibilitando, assim, um clima social e psicológico mais saudável para os alunos, servidores e seus familiares. Desta forma, contribui-se para o enfrentamento dos problemas de natureza psicossocial relacionada diretamente no processo de

ensino aprendizagem e nas relações conflitantes e que extrapolam o âmbito da escola. Deve haver uma compreensão das questões relacionadas à vida familiar e individual dos alunos que provavelmente interferem nos relacionamentos sociais das crianças e adolescentes. Espera-se que a inserção destes profissionais nas escolas possa minimizar os problemas que envolvem as questões psicossociais que afetam o cotidiano da escola, buscando manter sempre um contato mais próximo com os alunos, familiares e servidores. A escola é um espaço importante para a implementação de ações positivas, como a autonomia e a saúde que são virtudes que podem ser alcançados por meio de uma sociedade atuante e de um Estado em que seus diversos setores e poderes, incluindo esferas políticas, social, econômica, funcione realmente.

A questão é bem mais abrangente e complexa do que se apresenta e vale ressaltar que, durante as visitas domiciliares, encontramos adolescentes vivendo em local onde o consumo de álcool e drogas, tanto por adultos como por crianças e adolescentes, já é considerado “comum”. A realidade é preocupante principalmente por ser uma ocorrência muito grave para um município tão pequeno onde o combate à droga, por exemplo, deveria ser bem mais fácil que nas grandes capitais. Observou-se que, no município, os serviços básicos como os de infraestrutura, necessários para promoção da saúde e exercício da cidadania, na sua maioria são precários ou inexistentes. Localizamos adolescentes vivendo em situação de extrema vulnerabilidade social, considerada como uma situação subumana, já que a qualidade de vida não favorece as condições necessárias para um crescimento e desenvolvimento considerado saudável.

Entretanto, a implantação de programas nas escolas utilizando o modelo restaurativo, permitirá trabalhar na resolução dos conflitos e redução da violência no âmbito escolar, possibilitando conhecer a realidade de vida dos alunos, como também oferecer aos profissionais da escola uma nova metodologia para a resolução dos conflitos escolares. Sabe-se que as escolas públicas brasileiras não possuem uma equipe multidisciplinar para contribuir com os serviços pedagógicos: Assistente Social, Psicólogos e Psicopedagogos considerados essenciais para o acompanhamento pedagógico das crianças, adolescentes e suas famílias.

É preciso tomar providências para que possamos livrar as crianças e adolescentes de um futuro sombrio. É preciso protegê-las hoje para que amanhã não seja preciso puni-las. Infelizmente, a lei na sua maioria ainda não se concretizou. Luta-se muito pela redução da maioridade penal. Porém, não existem lutas nem reivindicação pela verdadeira proteção das crianças e adolescentes, muito menos políticas públicas que ofereçam condições dignas de sobrevivência para essa população. Portanto, para falarmos em redução da violência urbana, antes é preciso pensar na violência praticada contra as crianças e adolescentes, nas condições de

vida como observadas no município onde foi realizada esta pesquisa, já que a situação de vida dessas pessoas pode ser considerada uma violência contra os direitos humanos e de cidadania.

Acredita-se que, para combater a violência, será preciso primeiro combater a miséria que ainda existe em muitos lares brasileiros. Entretanto, para que isso aconteça, é preciso que os reais objetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA se concretize em políticas públicas de proteção que visem resgatá-las da situação de vulnerabilidade social na qual se encontram.

Que estas políticas cheguem realmente aos cidadãos desprotegidos que vivem nos locais mais distantes dos grandes centros urbanos e que as famílias tenham acesso à renda e aos bens e serviços e, sobretudo, sua autonomia. Desta forma, existe a necessidade de reduzir as desigualdades sociais.

Por fim, cabe reforçar a necessidade da realização de outros estudos relacionados à violência nas escolas envolvendo o método de justiça restaurativa para que, assim, haja possibilidade de mais material que demonstre definitivamente sua eficácia. Com isso, talvez seja possível a implantação em todas as escolas públicas brasileiras de programas de combate a essas e outras formas de violência dentro das escolas. Desta forma, a instauração dos círculos restaurativos para resolução dos conflitos escolares venha ser uma nova metodologia adotada no sentido de proteger a comunidade escolar, auxiliar no enfrentamento dos problemas de relacionamentos, além de fortalecer a humanização da educação pública brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGUINSKY, B.; CAPITÃO, L. Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 257-264, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.
- ALMEIDA, S. M. N.; ALENCAR, M. S.; FONSECA, A. S. A. Programa de mediação de conflitos escolares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10. 2009, Braga. **Anais...** Braga: Universidade do Minho/UFC, 2009.
- AVANCI, J. Q. et al. **Escala de violência psicológica contra adolescentes**. 2005. Texto original: Escala of psychological violece against adolescents. Disponível em: <www.fsp.usp.br/rsp>. Acesso em: 17 maio 2013.
- BARROSO, J. R. **Justiça restaurativa**. 2008. Disponível em: <<http://www.renatafortes.adv.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.
- BECKER, V. A. P. BRISOLA, E. M. A. Contexto educacional: uma experiência em justiça restaurativa. **Revista Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU), v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.rchunitau.com.br/revista/index.php/rch/article/view/10>>. Acesso em: Acesso em: 17 dez. 2013.
- BECKER, V. A. P.; RISOLA, E. M. A. Políticas, formação e práticas sociais. In: Anais do XV ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15 E ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 11. – Universidade do Vale do Paraíba, s.d. São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, s.d.. Disponível em: <<http://www.rchunitau.com.br/revista/index.php/rch/article/view/10>>. Acesso em: 17 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS 196/96**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/res19696.htm>>. Acesso em: 30 maio 2012.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990.
- BORBA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 42-62.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e métodos. Porto: Porto, 1991.
- CAMPOS, H. R.; JORGE, S. D. C. Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 107-128, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.

COMPAGNER, C. A. **Média, desvio padrão e variância**: noções de estatística. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/matematica/media-desvio-padrao-e-variacao-nocoes-de-estatistica.jhtm>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Coletânea de Leis- CRESS-AM/Roraima. 2. ed. Manaus: Valer, 2010.

COSTA, C. **Introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DONALDSON, C. Restorative justice: linking the law with health. **Perspectives in Public Health**, v. 130, n. 6, p. 254-255, Nov. 2010. Disponível em: <<http://rsh.sagepub.com/content/130/6/254>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

DYNIWICZ, A. M. **Curso de avaliação de efetividade de promoção à saúde**: amostragem e instrumentos com enfoque qualitativo, processamento e análise da informação qualitativa. Curitiba, 15 de jul. de 2006.

EDNIR, M. (Org.). **Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos**: parceria para a cidadania. Rio de Janeiro: CECIP, 2007.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. Universidade Católica de Santos. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FREITAS, O. R.; AMIRES, J. C. **Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens**. Caminhos de Geografia [on line]. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 30 maio 2012.

FREIRE, L. M. B. **O serviço social na reestruturação produtiva**: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

FUKAMACHI, K. H. **Descrição e análise dos elementos estruturais dos círculos restaurativos e dos fenômenos do campo grupal em processos envolvendo a justiça restaurativa**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Faculdade de Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2012. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3118>. Acesso em: 17 jun. 2013.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUARESCHI, P. (Org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Relações comunitárias, relações de dominação. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1996.

HANNEM, S. **Experiences in reconciling risk management and restorative justice**: how circles of support and accountability work restoratively in the risk. 2011. [on line]. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.

KIM, H. J.; GERBER, J. The effectiveness of reintegrative shaming and restorative justice conferences: focusing on juvenile offenders' perceptions in Australian reintegrative shaming experiments. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**,

v. 56, n. 7, p. 1063-1079, Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.sagepublications.com>>. Acesso em: 30 maio 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Benjamin Constant**: infográficos: dados gerais do município. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=130060>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

JORGE, M. H. P. M. Violência como problema de saúde pública. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo>>. Acesso em: 30 maio 2012.

JUSTAMAND, M. **Neoliberalismo: a máscara atual do capital**. Rio de Janeiro: Achiané, 2010.

KAHN, T. et al. **O dia a dia nas escolas: violências auto assumidas - Projeto de Pesquisa**. São Paulo: ILANUD/Instituto Sou da Paz, 1999.

LEVISKY, D. L. (Org). **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira: aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e nas relações com a violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MAIA, C. A; BARRETO, M. **Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: Análise dos registros**. 2012. Disponível em: <http://guialocal.brasil.com.br/Analise_a_viol%C3%Aancia_escolar_manaus_amazonas-r1184616-Manaus_AM.html>. Acesso em: 17 jun. 2013.

MARRIEL, L. C. et al. Violência escolar e autoestima de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 35-52, jan./jun. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0336127.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2012.

MILANI, F. M. **Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão**. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. (Coleção Saúde em Debate, 46).

_____. Social violence from a public health perspective. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

MINAYO, M. C. S.; RAMOS, S. E. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/630/63013483002.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2012.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME/ PROJOVEM ADOLESCENTE 01 de fevereiro de 2005. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

MUCCHIELLI, A. (A cura di). **Dicionário dei metodi qualitativo nelle scienze umane e sociali**. Edizione italiana curata, ampliata e aggiornata da Arrigo Pedon. Traduzione di Cesare Caterisano. Roma: Borla, 1999. (Collana Metodologia delle Scienze del Comportamento).

NASCIUTTI, J. C. R. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. A instituição como via de acesso à comunidade**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 13, p. 119-134, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Manual para escolas e profissionais de serviço social**. 1999. (Série Formação Profissional, 1). Disponível em: <<http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/HRSocialWork-scannado.pdf>> / direitoshumanos.gddc.pt> Acesso em: 15 dez. 2013.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, I. T.; ALDRIGHI, T. B.; EMILIO, S. A. **Avaliação da implantação de um projeto de justiça restaurativa em escolas públicas**. 2012. Disponível em: <http://congresoulapsi2012.com/trabajos/1334147972_1937.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

PEREIRA, A. G. **Globalização, novos rumos no mundo do trabalho**. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

PRUDENTE, N. M. **Algumas reflexões sobre justiça restaurativa**. 2008. Disponível em: <http://www.justiciarestaurativa.org/news/algumas...a_restaurativa/at.../file>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. **Justiça restaurativa em debate**. 2012. Disponível em: <justicarestaurativaemdebate.blogspot.com/.../resolucao-200212-do-cons>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. (Org.). **Resolução 2002/12**. Princípios básicos para utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Disponível em: <<http://www.justicarestaurativaemdebate.blogspot.com>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. (Org.). **Conselho tutelar do Município de Benjamin Constant – AM**. Demonstrativo anual de 2012.

_____. (Org.). **Coordenação pedagógica da Escola Estadual Imaculada Conceição**. Demonstrativo anual de 2012.

QUEIROZ, D. T. et. al. Observação participante observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007. Disponível em: <www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RESTORATIVE justice. [on line]. Disponível em: <www.restorativejustice.org>. Acesso em: 20 maio 2013.

ROLIM, M. **Mais educação, menos violência**: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana. Brasília: UNESCO/Fundação Vale, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001785/178542por.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2012.

SALOMÃO, J. **Experiências com grupos**: os fundamentos da psicoterapia de grupos. Rio de Janeiro: Imago, 1968.

SCHUCH, P. Tecnologias da não violência e modernização da justiça no Brasil. O caso da justiça restaurativa. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 1-26, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 maio 2012.

SEGALIN, A.; TRZCINSKI, C. Ato infracional na adolescência: problematização do acesso ao sistema de justiça. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 5, n. 6, p. 1-19, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. M. M. **Educação e violência**: qual o papel da escola? 2003. Disponível em: <www.dhnet.org.br/inedex.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

SILVA, M. L. O. **O controle sócio penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo entre a “proteção” e a “punição”**. 2005. 113 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2005.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua trajetória, incidência no Brasil, influencia no serviço social. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. O. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

STRANG, H.; BRAITHWAITE, J. (Eds.). **Restorative justice and family violence**. New York: Cambridge University Press, 2002.

THE SMITH Institute. Disponível em: <www.smith-institute.org.uk>. Acesso em: 20 maio 2013.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TOMIATTO, O. I. et al. **Avaliação da implantação de um projeto de justiça restaurativa em uma escola pública**. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Resolution A/RES/52/13**: culture of peace. 1998. United Nations Resolutions. Disponível em: <http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk_sum_cp.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013

_____. **Resolution A/RES/53/243**: Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace. United Nations Resolutions. 1999. Disponível em: <http://www3.unesco.org/iycp/uk/uk_sum_cp.htm> Acesso em: 20 mar. 2013

VASCONCELLOS, A. T. M.. (Org.). **Adolescência e violência**: consequências da realidade brasileira: violência e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VIOLANTE, M. L. V. (Org.). **Adolescência e violência**: consequências da realidade brasileira: a perversidade da exclusão social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

VITTO, R. C. P. Justiça criminal, justiça restaurativa e direitos humanos. In: SLAKMON, C. (Org.) et al. **Justiça restaurativa**. Brasília, DF: MJ/PNUD, 2005.

_____. **Violência entre alunos e professores obriga SEDUC a instalar câmeras em escolas**. 2013. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/manaus-amazonas-amazonia-Seduc-instala-cameras-escola-violencia-professores-alunos-violencia_0_918508144.html>. Acesso em: 17 jun. 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**: os novos padrões de violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangarri, 2012.

Wormer, V. K. Restorative justice as social justice for victims of gendered violence: a standpoint feminist perspective. **Social Work**, v. 54, n. 2, April 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.

ZEHR, H. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ZIMERMAN, D.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de assentimento informativo para menores

Assentimento informado para _____

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Conflitos escolares sob o enfoque da restaurativa”. A pesquisa tem como objetivo desenvolver um trabalho com adolescentes em conflito no contexto escolar, sob o enfoque da justiça restaurativa, medir a percepção de segurança dos alunos e toda comunidade escolar, identificar e descrever o conteúdo dos círculos restaurativos, promover relacionamentos harmoniosos entre a comunidade escolar; promover saúde física, psicológica e social de toda comunidade escolar; resolução dos conflitos e redução da violência no âmbito da escola.

Círculos restaurativos se caracterizam como um grupo para restauração das relações, visando por meio do diálogo resolver conflitos, para isso se utilizam de cinco elementos estruturais, são eles: Cerimônia: de abertura e de fechamento, marcam o tempo e o espaço do círculo como um lugar à parte; Orientações: são compromissos ou promessas que os participantes fazem uns aos outros quanto ao modo como se comportarão no círculo; Bastão de fala: um objeto que passa de pessoa para pessoa em ordem sequencial, o detentor do bastão tem a oportunidade de falar enquanto todos os outros participantes tem a oportunidade de escutar; Processo Decisório Consensual: decisões tomadas por consenso; Facilitador ou guardião: supervisiona a qualidade do espaço coletivo e estimula as reflexões do grupo através de perguntas ou pautas.

Por fenômenos do campo grupal entendem-se manifestações na relação grupal, são elas: resistências: as forças inconscientes que se opõem ao processo terapêutico, obstruindo seu progresso; insights (elaboração): a possibilidade de se ter uma visão (ou compreensão) do que se passa em seu mundo interno psíquico; e actings (atuações): a manifestação na conduta de sentimentos não elaborados pelo indivíduo, e outras manifestações encontradas na situação analítica, transpondo-as para a situação de grupo.

O círculo será realizado com a sua presença e das demais pessoas envolvidas neste processo e que podem colaborar para a sua resolução. É um espaço onde as pessoas têm iguais oportunidades para expressarem seus pensamentos e ideias acerca do conflito estabelecido no processo e posteriormente tomarem decisões compartilhadas, buscando ações concretas que beneficiem todos os envolvidos.

A pesquisa será realizada pela Assistente Social Claudia dos Santos Lima, sob orientação da Profa. Dra. Maria Gerada Viana Heleno, docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. Telefone para contato 4366-5351.

A pesquisa será realizada pela Assistente Social Claudia dos Santos Lima, sob orientação da Profa. Dra. Maria Gerada Viana Heleno, docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. Telefone para contato 4366-5351.

Contato CEP, Secretária do Comitê de Ética em Pesquisa – UMESP. Tel.: 4366-5814. E-mail: cometica@metodista.br,

Para contato com a pesquisadora: e-mail: claudiasolima@hotmail.com. End.: Rua João Barbosa 178, Colônia, Benjamin Constant – AM. CEP: 69630-000, ou Rua Gasparini, 35. Rudge Ramos, São Bernardo do Campo – SP. CEP: 69635-130. Telefones: (011) 95323-2161/ (092) 9102-5665/ (097) 9165 7944.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins de produção de conhecimento científico preservando o sigilo de identidade e mantendo a privacidade de cada participante. Os dados de cada participante somente serão divulgados, de forma anônima, em veículos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Você pode escolher se quer participar ou não. Discutimos todos os procedimentos desta pesquisa com seus pais ou responsáveis e eles sabem que também estamos pedindo seu acordo. Se você vai participar na pesquisa, seus pais ou responsáveis também terão que concordar. Mas se você não desejar fazer parte na pesquisa, não é obrigado, até mesmo se seus pais concordarem.

Você pode discutir qualquer coisa deste formulário com seus pais, amigos ou qualquer um com quem você se sentir à vontade de conversar. Você pode decidir se quer participar ou não depois de ter conversado sobre a pesquisa e não é preciso decidir imediatamente. Pode haver algumas palavras que não entenda ou coisas que você quer que eu explique mais detalhadamente porque você ficou mais

Esclarece-se ainda que, caso haja alguma necessidade, a Assistente Social compromete-se a dar apoio por meio de encaminhamento à instituição adequada para tal aos participantes da pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações acima, se aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste termo, que depois será impresso em duas vias, uma para você e outra que será arquivada pela pesquisadora.

Eu, _____ abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa “Conflitos escolares sob o enfoque da restaurativa”, como participante. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador responsável sobre a

pesquisa, os procedimentos nela envolvidos e ausência de possíveis riscos. E foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

_____, ____ de _____ 2013.

Assinatura da criança/adolescente: _____ RG _____

Ass. Pesquisador: _____ RG _____

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para adultos

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “Conflitos escolares sob o enfoque da justiça restaurativa”. A pesquisa tem como objetivo desenvolver um trabalho com adolescentes em conflito no contexto escolar, sob o enfoque da justiça restaurativa, medir a percepção de segurança dos alunos e toda comunidade escolar, identificar e descrever o conteúdo dos círculos restaurativos, promover relacionamentos harmoniosos entre a comunidade escolar; promover saúde física, psicológica e social de toda comunidade escolar; resolução dos conflitos e redução da violência no âmbito da escola.

Círculos restaurativos se caracterizam como um grupo para restauração das relações, visando por meio do diálogo resolver conflitos, para isso se utilizam de cinco elementos estruturais, são eles: Cerimônia: de abertura e de fechamento, marcam o tempo e o espaço do círculo como um lugar a parte; Orientações: são compromissos ou promessas que os participantes fazem uns aos outros quanto ao modo como se comportarão no círculo; Bastão de fala: um objeto que passa de pessoa para pessoa em ordem sequencial, o detentor do bastão tem a oportunidade de falar enquanto todos os outros participantes tem a oportunidade de escutar; Processo Decisório Consensual: decisões tomadas por consenso; Facilitador ou guardião: supervisiona a qualidade do espaço coletivo e estimula as reflexões do grupo através de perguntas ou pautas.

Por fenômenos do campo grupal entendem-se manifestações na relação grupal, são elas: resistências: as forças inconscientes que se opõem ao processo terapêutico, obstruindo seu progresso; insights (elaboração): a possibilidade de se ter uma visão (ou compreensão) do que se passa em seu mundo interno psíquico; e actings (atuações): a manifestação na conduta de sentimentos não elaborados pelo indivíduo, e outras manifestações encontradas na situação analítica, transpondo-as para a situação de grupo.

O círculo será realizado com a sua presença e das demais pessoas envolvidas neste processo e que podem colaborar para a sua resolução. É um espaço onde as pessoas têm iguais oportunidades para expressarem seus pensamentos e idéias a cerca do conflito estabelecido no processo e posteriormente tomarem decisões compartilhadas, buscando ações concretas que beneficiem todos os envolvidos.

A pesquisa será realizada pela Assistente Social Claudia dos Santos Lima, sob orientação da Profa. Dra. Maria Gerada Viana Heleno, docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. Telefone para contato 4366-5351.

Contato CEP, Secretária do Comitê de Ética em Pesquisa – UMESP. Tel: 4366-5814. e-mail: cometica@metodista.br,

Para contato com a pesquisadora: email: claudiasolima@hotmail.com. End: Rua João Barbosa 178, Colônia, Benjamin Constant – AM. CEP: 69630-000, ou Rua Gasparini, 35. Rudge Ramos, São Bernardo do Campo – SP. CEP: 69635-130. Telefones: (092) 9103-5665/ (097) 9165 7944.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins de produção de conhecimento científico preservando o sigilo de identidade e mantendo a privacidade de cada participante. Os dados de cada participante somente serão divulgados, de forma anônima, em veículos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Esclarece-se ainda que, caso haja alguma necessidade, a Assistente Social compromete-se a dar apoio por meio de encaminhamento à instituição adequada para tal aos participantes da pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações acima, se aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste termo, que depois será impresso em duas vias, uma para você e outra que será arquivada pela pesquisadora.

Eu, _____ abaixo assinado, concordo em participar dos círculos restaurativos da pesquisa, “Conflitos escolares sob o enfoque da restaurativa” como participante. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador responsável sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos e ausência de possíveis riscos. E foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante: _____

Ass. Pesquisador: _____ RG _____

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os responsáveis

Eu, _____ RG nº _____

Autorizo a participação do _____, _____ de idade, no projeto de pesquisa “Conflitos Escolares sob Enfoque da Justiça Restaurativa” e estou ciente de que:

A pesquisa tem como objetivo desenvolver um trabalho com adolescentes em conflito, isto é, com problemas de relacionamento no ambiente escolar. Para tanto, será avaliado como os adolescentes percebem o nível de segurança da comunidade escolar. E, também na incidência de conflitos, como no seu caso, você esta sendo convidado a participar dos círculos restaurativos.

Os Círculos restaurativos se caracterizam como um grupo para restauração das relações, visando por meio do diálogo resolver conflitos, para isso se utilizam de cinco elementos estruturais, são eles: Cerimonia: de abertura e de fechamento, marcam o tempo e o espaço do círculo como um lugar a parte; Orientações: são compromissos ou promessas que os participantes fazem uns aos outros quanto ao modo como se comportarão no círculo; Bastão de fala: um objeto que passa de pessoa para pessoa em ordem sequencial, o detentor do bastão tem a oportunidade de falar enquanto todos os outros participantes tem a oportunidade de escutar; Processo Decisório Consensual: decisões tomadas por consenso; Facilitador ou guardião: supervisiona a qualidade do espaço coletivo e estimula as reflexões do grupo através de perguntas ou pautas.

O círculo será realizado com a presença do meu filho e das demais pessoas envolvidas neste processo e que podem colaborar para a sua resolução. É um espaço onde as pessoas têm iguais oportunidades para expressarem seus pensamentos e idéias a cerca do conflito estabelecido no processo e posteriormente tomarem decisões compartilhadas, buscando ações concretas que beneficiem todos os envolvidos.

A pesquisa será realizada pela Assistente Social Claudia dos Santos Lima, sob orientação da Profa. Dra. Maria Gerada Viana Heleno, docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. Telefone para contato 4366-5351.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins de produção de conhecimento científico preservando o sigilo de identidade e mantendo a privacidade de cada

participante. Os dados de cada participante somente serão divulgados, de forma anônima, em veículos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Caso deseje esclarecer alguma dúvida, entre em contato com o CEP, Secretária do Comitê de Ética em Pesquisa – UMESP. Tel: 4366-5814. e-mail: cometica@metodista.br,

Para contato com a pesquisadora: email: claudiasolima@hotmail.com. End: Rua João Barbosa 178, Colônia, Benjamin Constant – AM. CEP: 69630-000, ou Rua Gasparini, 35. Rudge Ramos, São Bernardo do Campo – SP. CEP: 69635-130. Telefones: (011) 95323-2161/ (092) 9102-5665/(097) 9165 7944 (todos são da vivo).

Esclarece-se ainda que, caso haja alguma necessidade, a Assistente Social compromete-se a dar apoio por meio de encaminhamento à instituição adequada para tal aos participantes da pesquisa.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações acima, se aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste, que depois será impresso em duas vias, uma para você e outra que será arquivada pela pesquisadora.

Eu, _____ abaixo assinado, concordo com a participação do menor acima citado na pesquisa, “Conflitos escolares sob o enfoque da restaurativa”, como participante. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador responsável sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos e ausência de possíveis riscos. E foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

_____, ____ de _____ de 2013.

Assinatura dos pais/responsáveis: _____

Ass. Pesquisador: _____

3 – DESPESAS DA FAMÍLIA

DESPESAS	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Moradia		
Saúde		
Alimentação		
Educação		
Transporte		

4 – TIPO DE MORADIA?

alvenaria madeira mista

Quantos cômodos?

um dois três quatro mais de quatro

Possui energia elétrica?

sim não

Possui asfalto?

sim não

Possui água enganada e tratada?

sim não

Qual o tipo de escoamento dos dejetos?

Fossa séptica a céu aberto outros

Qual? _____

Há coleta seletiva do lixo?

sim não

Quantas horas por dia os pais costumam dedicar aos filhos?

Qual o tipo de lazer que geralmente é feito em família?

5 – RENDA FAMILIAR

QUAL A RENDA MENSAL (total) DE SUA FAMÍLIA? (atenção: some os salários de todos os membros da família que trabalham e contribuem para a renda familiar).

R\$ _____._____, ____

Quem é o responsável pela manutenção da família?

Há despesas médicas permanentes? () Sim () Não

Motivo:

Valor: R\$ _____._____, ____

6 – Utilize o espaço abaixo para anotações complementares sobre a família como algumas necessidades ou demais informações que julgar relevantes.

_____AM, _____de _____de 2013

Assinatura do responsável
Pelas respostas

Técnico responsável

APÊNDICE E - Percepção de segurança da comunidade escolar

(n=274)

Esse Mês:	Nunca	%	Algumas vezes	%	Muitas Vezes	%	O tempo todo	%	Não respondeu	%
Mexeram comigo e ou me intimidaram	163	59,5	95	34,7	08	2,9	05	1,8	0,3	1,1
Falaram mal e ou me ameaçaram	191	69,7	71	25,9	09	3,3	03	1,1	0,0	0,0
Fiquei com medo de certos alunos	207	75,5	58	21,2	05	1,8	03	1,1	01	0,4
Algo meu foi roubado	187	68,2	65	23,7	10	3,6	0,0	0,4	11	0,4
Eu estive envolvido em briga e ou violência física	221	80,7	35	12,8	04	1,5	10	3,9	04	1,2
Eu conversei sobre essas coisas com alguém na escola E isso: Ajudou?	Sim	%	Não	%					NR	%
	119	43,4	24	8,8					131	47,8
	91	33,2	45	16,4					138	50,4

Fonte: Dados coletados em pesquisa realizada em junho de 2013.

APÊNDICE F – Tipos de violência sofrida pela comunidade escolar

(n=274)

No último ano, Alguma vez:	Na escola				Nã o res pon deu	%	Na Comunidade				Nã o res pon deu	%
	Sim	%	Não	%			Sim	%	Não	%		
Alguém humilhou você	55	20,1	208	75,9	11	4,9	54	19,7	186	67,9	34	12,4
Alguém ameaçou você?	37	3,3	228	83,2	09	3,3	35	12,8	206	75,2	33	12,0
Você foi agredido por alguém de forma forte o bastante para que precisasse de curativos ou ir ao médico?	14	5,1	250	91,2	10	3,6	12	4,4	228	83,2	34	12,4
Alguém danificou, de propósito, alguma coisa sua (como roupa, livros, (Relógio etc.)?)	41	15,0	222	81,0	11	4,0	36	13,1	204	74,5	34	12,4
Você andou/conviveu com pessoas que carregam armas de fogo (revólver, outros)?	19	6,6	241	88,0	14	5,1	36	13,1	207	75,5	31	11,3
Você andou/conviveu com pessoas que carregam armas brancas (facas, canivetes, punhal. etc.)?	27	9,9	233	85,0	14	5,1	35	12,8	205	74,8	34	12,4
Alguém furtou de você algum objeto sem que você visse?	61	22,3	203	74,1	10	3,6	66	24,1	177	64,6	31	11,3

Fonte: Dados coletados em pesquisa em março de 2013.

ANEXOS

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

UNIVERSIDADE METODISTA
DE SÃO PAULO-UMESP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONFLITOS ESCOLARES SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Pesquisador: CLAUDIA DOS SANTOS LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 07093812.0.0000.5508

Instituição Proponente: Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 134.883

Data da Relatoria: 18/10/2012

Apresentação do Projeto:

O estudo tem por objetivo principal "desenvolver um trabalho com adolescentes em conflito, no contexto escolar, sob o enfoque da justiça restaurativa, além de medir a percepção de segurança dos alunos e da comunidade escolar". Propõe também identificar e descrever o "conteúdo dos círculos restaurativos, caracterizados por aconselhamentos e manejo de grupos, visando à promoção de relacionamentos harmoniosos entre a comunidade escolar; promover saúde física, psicológica e social de toda comunidade escolar; resolução dos conflitos e redução da violência no âmbito da escola". Este estudo será realizado em uma Escola Estadual do Município de Benjamin Constant Amazonas, AM. Para tanto, a metodologia configurar-se-á nos círculos restaurativos, visando resolução dos conflitos. A pesquisa será desenvolvida no período de fevereiro a setembro de 2013, com 1.812 participantes da Escola Estadual Imaculada Conceição, situado na Rua Mon Senhor Tomaz s/n centro, município de Benjamin Constant - AM, Localizado na região do Alto Solimões Estado do Amazonas Brasil. A pesquisa contará com 1.812 participantes, distribuídos entre alunos (1440) e servidores (72) da escola. A abordagem metodológica caracteriza-se numa proposta quali-quantitativa, a ser delineada pela aplicação de um instrumento chamado escala da violência na escola, além da aplicação de um questionário. Os dados serão analisados com apoio do software SPSS.

Objetivo da Pesquisa:

Desenvolver um trabalho com adolescentes em conflitos por meio de instalação dos círculos restaurativos visando a resolução dos conflitos, identificar, analisar e descrever o conteúdo dos

Endereço: DO SACRAMENTO

Bairro: RUDGE RAMOS

CEP: 09.640-000

UF: SP

Município: SAO BERNARDO DO CAMPO

Telefone: (11)4366-5817

E-mail: cometica@metodista.br

ANEXO B - Carta de autorização da instituição participante



Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
Escola Estadual "Imaculada Conceição"
Email: conceicao@seeduc.am.gov.br
Fone: 91 - 3115-5996



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu **CIZINO DA ASSUNÇÃO RODRIGUES**, gestor da Escola Estadual Imaculada Conceição, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada "**CONFLITOS ESCOLARES SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**" sob responsabilidade da pesquisadora **CLAUDIA DOS SANTOS LIMA**. Para isso, serão disponibilizados a pesquisadora o espaço físico e as turmas de alunos da escola.

Benjamin Constant, 24 de julho de 2012



Gestor

Cizino da Assunção Rodrigues
Gestor
Fon: 061-46 - 58900 3011

Av. Yakaupuma Imbuazá, nº 2293
Benjamin Constant - CEP: 69220-900
Fone: (91) 3614-2200 - Manaus - Amazonas - Brasil
Home Page: <http://www.seeduc.am.gov.br>

Secretaria de Estado de
Educação e Qualidade do Ensino



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO C - Carta de autorização da instituição coparticipante

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
BENJAMIN CONSTANT – AMAZONAS
ATO DE CRIAÇÃO LEI DELEGADA Nº 8 05/07/2005
E-MAIL: COORD.REGIONALBC@GMAIL.COM**

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, **ALMECIR FERREIRA DE SOUZA** declaro ciência da participação da instituição **Escola Estadual Imaculada Conceição** como instituição co-participante no projeto de pesquisa intitulado **“Conflitos Escolares sob o enfoque da justiça restaurativa”**, sob a responsabilidade do pesquisador **CLAUDIA DOS SANTOS LIMA**, sendo a instituição proponente **Universidade Metodista de São Paulo**. Serão disponibilizados ao pesquisador já citado toda a Instituição Escolar, após a emissão do parecer ético de aprovado pelo CEP da instituição proponente. Declaro ainda conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.


Almecir Ferreira de Souza
Coord. Regional de Educação/B.C.
Portaria GS-55/2009-SEDUC

ANEXO D - Carta de apresentação do pesquisador



Faculdade de Saúde
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde
São Bernardo do Campo, 20 de junho de 2012.

À
Escola Estadual Imaculada Conceição
A/C Sr. Cizino da Assunção Rodrigues

Prezado Senhor,

Tem esta a finalidade de apresentar *Claudia dos Santos Lima*, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde, nível de Mestrado desta Universidade. A referida aluna se encontra em fase de orientação com a Profa. Dra. Maria Geralda Viana Heleno, para realização de sua dissertação sobre o tema: **“Conflitos escolares sob o enfoque da justiça restaurativa”**.

Assim sendo, solicitamos que conceda a nossa aluna autorização para que a mesma possa coletar dados necessários à consecução do seu projeto de pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados para um trabalho acadêmico de divulgação muito restrita e específica.

Colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Maria Geralda Viana Heleno
Profa. Dra. Maria Geralda Viana Heleno
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde



Tel.: (11) 4366.5000
www.metodista.br

Campus São Paulo
Av. dos Bandeirantes, 900
Jardim Paulista
05508-900 - São Paulo/SP - Brasil - SP

Campus Itaquape
Av. dos Bandeirantes, 900
Jardim Paulista
05508-900 - São Paulo/SP - Brasil - SP

Campus Itapira
Av. dos Bandeirantes, 900
Jardim Paulista
05508-900 - São Paulo/SP - Brasil - SP

ANEXO E – Questionário sobre a percepção de segurança na escola e na comunidade

APRESENTAÇÃO

Este questionário pretende coletar dados para avaliar a percepção de segurança dos alunos e da comunidade escolar. Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a este questionário. **VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR. PORTANTO, NÃO ESCREVA SEU NOME.** Dê suas respostas conforme as instruções, não deixando **NENHUMA** questão em branco.

Gratos por sua colaboração.

Pesquisadora:

Claudia dos Santos Lima

Mestranda em Psicologia da Saúde

As próximas frases falam a respeito de alguns fenômenos relacionados à violência nas escolas. Dê suas respostas anotando nos parênteses que antecedem cada frase e que melhor representa sua resposta. Marque apenas um parêntese em cada pergunta.

**COMO VOCÊ SE SENTIU NA ESCOLA
E NA COMUNIDADE ESSE MÊS?**

EU ME SENTI:

Na sala de aula:

Seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

Na escola:

Seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

Nos arredores da escola:

Seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

Entre a escola e a casa e vice versa:

Seguro () não muito seguro () inseguro () muito inseguro ()

ESSE MÊS

Mexeram comigo e ou me intimidaram:

Nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

Me xingaram e ou ameaçaram:

Nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

Fiquei com medo de certos alunos:

Nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

Algo meu foi roubado:

Nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

Eu estive envolvido em briga e ou violência física:

Nunca () algumas vezes () muitas vezes () o tempo todo ()

Eu conversei sobre essas coisas com a seguinte pessoa na escola:

_____.

E isso: Ajudou () não ajudou ()

Dados complementares

1- Sexo: () masculino () feminino.

2- Idade: ____anos.

3- Estado civil: () solteiro () casado () outros

4- Escolaridade (indique qual o nível mais alto alcançado)

() ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo

() ensino superior incompleto () ensino superior completo

() especialização () mestrado completo () doutorado completo

() outro, especifique: _____

5- Tempo de trabalho na escola: _____anos.

Se for menos de um ano assinale aqui: ()

6 - Função: _____

7 – Você atualmente ocupa cargo de chefia? Sim () Não ()

ANEXO F- Escala sobre percepção de violências na escola e na comunidade

APRESENTAÇÃO

Este questionário pretende coletar dados para avaliar a percepção de segurança dos alunos e da comunidade escolar. Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a este questionário. **VOCÊ NÃO PRECISA SE IDENTIFICAR. PORTANTO, NÃO ESCREVA SEU NOME.** Dê suas respostas conforme as instruções, não deixando **NENHUMA** questão em branco.

Gratos por sua colaboração.

Pesquisadora:

Claudia dos Santos Lima

Mestranda em Psicologia da Saúde

As próximas frases falam a respeito de alguns fenômenos relacionados à violência nas escolas. Dê suas respostas anotando nos parênteses que antecedem cada frase e que melhor representa sua resposta. Marque apenas um parêntese em cada pergunta.

Escala sobre a violência na escola e na comunidade

Nº	NO ÚLTIMO ANO, ALGUMA VEZ:	(a) NA SUA ESCOLA	(b) NA SUA COMUNIDADE
1	Alguém humilhou você?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO
2	Alguém ameaçou você?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO
3	Você foi agredido por alguém de forma forte o bastante para que precisasse de curativos ou ir ao médico?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO
4	Alguém danificou, de propósito, alguma coisa sua (como roupa, livros, relógio etc.)?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO
5	Você andou/conviveu com pessoas que carregam armas de fogo (revólver, outros)?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO
6	Você andou/conviveu com pessoas que carregam armas brancas (facas, canivetes, punhal. etc.)?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO
7	Alguém furtou de você algum objeto sem que você visse?	1. () SIM 2. () NÃO	1. () SIM 2. () NÃO

ANEXO G - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA – CEP

UNIVERSIDADE METODISTA
DE SÃO PAULO-UMESP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONFLITOS ESCOLARES SOB O ENFOQUE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Pesquisador: CLAUDIA DOS SANTOS LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 07093612.0.0000.5508

Instituição Proponente: Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Outros

Detalhe: CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Justificativa: Por solicitação da banca de qualificação o título da pesquisa foi alterada de Conflitos

Data do Envio: 02/04/2014

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 578.476

Data da Relatório: 24/04/2014

Apresentação da Notificação:

Substituição do Título do Projeto de Pesquisa de Conflitos Escolares sob o Enfoque da Justiça restaurativa para Experiências com Circuitos Restaurativos em uma Escola Pública no Estado do Amazonas em decorrência da solicitação da banca de qualificação desta dissertação de mestrado.

Objetivo da Notificação:

Deixar o CEP ciente da alteração do título da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não se aplica.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A alteração não traz implicações éticas.

Endereço: DO SACRAMENTO

Bairro: RUDGE RAMOS

CEP: 09.640-000

UF: SP

Município: SAO BERNARDO DO CAMPO

Telefone: (11)4398-5817

E-mail: cometica@metodista.br

UNIVERSIDADE METODISTA
DE SÃO PAULO-UMESP



Continuação do Parecer: 578.476

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a capa da dissertação com o novo título.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Notificação aceita.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP-UMESP considera o projeto de pesquisa APROVADO, lembrando que a condição de aprovação da pesquisa propriamente dita exige o que segue:

- Que sejam encaminhados ao CEP-UMESP relatórios anuais sobre o andamento da pesquisa (parciais e finais);
- Que sejam notificados ao CEP-UMESP eventos adversos que tenham ocorrido no curso da pesquisa e que sejam significativos do ponto de vista ético e metodológico;
- Que sejam notificadas eventuais emendas e modificações no protocolo de pesquisa.

SAO BERNARDO DO CAMPO, 02 de Abril de 2014

Assinador por:
Luclane Fritzo Mendes
(Coordenador)

Endereço: DO SACRAMENTO
Bairro: RUDGE RAMOS CEP: 09.640-000
UF: SP Município: SAO BERNARDO DO CAMPO
Telefone: (11)4366-5817 E-mail: comeca@metodista.br